

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsner Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsner Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsner Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águia Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águia Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO	Atos Administrativos	
	Resoluções de Afastamentos nº 608 a 612/2013	2
	Atos Legislativos	
	Resoluções da Mesa nº 038 a 041/2013	3
	Requerimentos nº 072 a 074/2013	4
	Ata da 626ª Sessão Extraordinária - Sucinta	4
	Ata da 627ª Sessão Extraordinária - Sucinta	4
	Ata da 2247ª Sessão Ordinária - Íntegra	4
	CPI da Telefonia - Ata da 12ª Reunião	12
	CPI da Telefonia - Ata da 13ª Reunião	13
	CPI da Telefonia - Ata da 14ª Reunião	14
	CPI da Telefonia - Ata da 15ª Reunião	15
	CPI da Telefonia - Ata da 5ª Audiência Pública	21
	CPI da Telefonia - Ata da 6ª Audiência Pública	24
	CPI da Telefonia - Termo de Depoimento da Srª Jaqueline Pina Barra (TIM/Norte)	30
	CPI da Telefonia - Termo de Depoimento da Sr Enylson Flavio Martinez Camolesi (Telefônica/VIVO)	32

EXPEDIENTE	GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES	As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h
	É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

R E S O L U Ç Ã O N º 608/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento da servidora **MARAIZA DOS SANTOS LENDENGUE**, Matrícula 011698, para viajar com destino a cidade de Fortaleza-CE, no período de 26.10 a 04.11.2013, com a finalidade de realizar visita técnica, treinamento e procedimentos na tramitação de processos, formalização de contrato, gestor do contrato, junto a Assembleia Legislativa daquele Estado, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de outubro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 609/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do servidor **ERNANDE ANTONIO PINTO COSTA**, Matrícula 012313, para viajar com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 24.10 a 02.11.2013, com a finalidade de participar de treinamento em Controle sobre Processo Legislativo junto a Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de outubro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 610/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **IVO DE SOUZA PEREIRA**, para viajar com destino a cidade de Fortaleza-CE, no período de 28.10 a 05.11.2013, com a finalidade de realizar visita a Comissão de Obras, Infraestrutura e Rodovias da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de outubro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 611/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JEAN FRANK PADILHA LOBATO**, para viajar com destino a cidade de Brasília-DF, no período de 29.10 a 01.11.2013, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades Parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de outubro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

R E S O L U Ç Ã O N º 612/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

RESOLVE

AUTORIZAR o afastamento das servidoras **LADY LAURA DOS SANTOS DE LIMA**, Matrícula 013581 e **ANE CLEIDE DA CONCEIÇÃO**, Matrícula 014504, para viajarem com destino a cidade de Manaus-AM, no período de 28.10 a 01.11.2013, com a finalidade de realizarem visitas junto às Comissões Permanentes, bem como, os Setores Administrativos da Assembleia Legislativa do Estado do Amazonas, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 24 de outubro de 2013

Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO

Presidente

Deputado JALSER RENIER PADILHA

1º Secretário

Deputado REMÍDIO MONAI MONTESSI

2º Secretário

ATOS LEGISLATIVOS
RESOLUÇÃO DA MESA
RESOLUÇÃO Nº 038/13

Cria Comissão Especial Externa para analisar os processos de indicação de candidatos ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, nos termos dos arts. 268 a 272 do Regimento Interno desta Casa.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 31, *caput* c/c art. 23, VI, “j”, e arts. 43, 268 a 272 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada Comissão Especial Externa, para analisar a indicação dos nomes dos candidatos ao cargo de Conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, em face da aposentadoria do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Reinaldo Fernandes Neves Filho, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Chico Guerra;
- Soldado Sampaio;
- Coronel Chagas;
- Brito Bezerra;
- Marcelo Cabral;

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 23 de outubro de 2013.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 039/13

Cria Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2013 que “Acresce dispositivos ao art. 27 do texto vigente”.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 31, *caput* e art. 33, IX da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j”, e art. 42 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada **Comissão Especial Interna**, para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 004/2013 que “Acresce §7º e incisos I, II e III ao art. 27 da Constituição Estadual”, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Dhiego Coelho;
- Soldado Sampaio;
- Jean Frank;
- George Melo; e
- Chicão da Silveira.

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 23 de outubro de 2013.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 040/13

Cria Comissão Especial Interna para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 005/2013 que “Altera e acresce dispositivos à Constituição Estadual e dá outras providências”.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 31, *caput* e art. 33, IX da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j”, e art. 42 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada **Comissão Especial Interna**, para analisar e dar parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 005/2013 que “Altera e acresce dispositivos à Constituição Estadual e dá outras providências”, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Mecias de Jesus
- Aurelina Medeiros;
- Ionilson Sampaio;
- Gabriel Picanço;
- Erci de Moraes;
- Brito Bezerra;
- Naldo da Loteria

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 23 de outubro de 2013.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

RESOLUÇÃO Nº 041/13

Cria Comissão Especial Externa para analisar e dar parecer ao Projeto de Lei nº 064/2013 que “Altera a Lei nº 738/09 que dispõe sobre a política de regularização fundiária do Estado de Roraima e dá outras providências”.

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o art. 31, *caput* e art. 33, IX da Constituição Estadual, c/c art. 23, VI, “j”, e art. 43 do Regimento Interno deste Poder, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica criada **Comissão Especial Externa**, para analisar e dar parecer ao **Projeto de Lei nº 064/2013** que “Altera a Lei nº 738/09 que dispõe sobre a política de regularização fundiária do Estado de Roraima e dá outras providências”, composta pelos seguintes Parlamentares:

- Mecias de Jesus
- Aurelina Medeiros;
- Ionilson Sampaio;
- Gabriel Picanço;
- Erci de Moraes;
- Brito Bezerra;
- Naldo da Loteria

Art. 2º A Comissão a que se refere o art. 1º tem o prazo para funcionamento de 60 (sessenta) dias.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Palácio Antônio Martins, 23 de outubro de 2013.

Dep. **FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

Dep. **JALSER RENIER**

1º Secretário

Dep. **REMÍDIO MONAI**

2º Secretário

REQUERIMENTOS

REQUERIMENTO Nº 072/13

Excelentíssimo Senhor

Deputado **CHICO GUERRA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente,

Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com o art. 192, parágrafo único, inciso I, alínea “b”, c/c inciso I do art. 153 e XVII do art. 196, todos do Regimento Interno, requerem de Vossa Excelência, após ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão Plenária do dia 24 de outubro do corrente, às 10h, **momento em que acontecerá a Reunião do Parlamento Amazônico nesta Casa de Leis.**

Sala das Sessões, 23 de outubro de 2013.

Deputados

REQUERIMENTO Nº 073/13

Excelentíssimo Senhor

Deputado **CHICO GUERRA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente:

Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com os incisos II e XIII do art. 196, c/c alínea “f” do art. 248, todos do Regimento Interno, requerem urgência urgentíssima e a realização de Sessão Extraordinária, no dia 10 de outubro do corrente, às 17h, para discussão e votação, em **turno único**, do **Projeto de Lei nº 048/13, que “Institui o dia do Militar Estadual Inativo, de autoria do Deputado Soldado Sampaio; Projeto de Lei nº 055/13, que “altera o Anexo I da Lei Delegada nº 8, de 16 de janeiro de 2003, que dispõe sobre a reestruturação da Secretaria de Obras e Serviços Públicos, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo.**

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2013.

Deputados

REQUERIMENTO Nº 074/13

Excelentíssimo Senhor

Deputado **CHICO GUERRA**

Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Senhor Presidente:

Os Deputados que a este subscrevem, de conformidade com os incisos II e XIII do art. 196, c/c alínea “f” do art. 248, todos do Regimento Interno, requerem urgência urgentíssima e a realização de Sessão Extraordinária, no dia 10 de outubro do corrente, às 17:30h, para discussão e votação, em **turno único**, do **Projeto de Lei nº 056/13, que “institui o dia do Auditor Fiscal do Estado de Roraima, e dá outras providências, de autoria do Deputado Jalser Renier; Projeto de Lei nº 058/13, que “cria o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais do Estado de Roraima – CEDDP/LGBT-RR, e dá outras providências, de autoria do Poder Executivo.**

Sala das Sessões, 10 de outubro de 2013.

Deputados

ATAS PLENÁRIO-EXTRAORDINÁRIA

ATA DA SEXCENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às dezesseis horas, do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima vigésima sexta Sessão Extraordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Chicão da Silveira, proceder à leitura do Requerimento nº 047/13, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a urgência urgentíssima e a realização de Sessão Extraordinária no dia vinte e sete de agosto, às dezesseis horas, para discussão e votação, em turno único do Projeto de Lei nº 021/13 que “Dispõe sobre o parcelamento e o reparcelamento de débitos previdenciários de responsabilidade do Estado de Roraima e suas respectivas autarquias e fundações públicas junto ao Instituto de Previdência do Estado de Roraima-IPER, e dá

outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, proceder à leitura do Projeto de Lei nº 021/13, bem como do Parecer das Comissões em conjunto. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado. E, não havendo mais nada a tratar, o Senhor Presidente, declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Aguida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 10/10/13

ATA DA SEXCENTÉSIMA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DO QUADRAGÉSIMO SEXTO PERÍODO LEGISLATIVO DA SEXTA LEGISLATURA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA.

Às dezesseis horas e trinta minutos, do dia vinte e sete de agosto de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a sexcentésima vigésima sétima Sessão Extraordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, Deputado Chicão da Silveira, proceder à leitura do Requerimento nº 048/13, assinado pela maioria absoluta dos Senhores Deputados, requerendo a urgência urgentíssima e a realização de Sessão Extraordinária no dia vinte e sete de agosto, às dezesseis horas e trinta minutos, para discussão e votação, em turno único do Projeto de Lei nº 040/13 que “Altera e acresce dispositivos à Lei nº 581, de 16/01/07, que dispõe sobre o plano de cargos, carreiras e remunerações da Universidade Estadual de Roraima – UERR, e os anexos que menciona, e dá outras providências”, de autoria do Poder Executivo. Colocado em discussão e votação, o Requerimento foi aprovado. Prosseguindo, o Senhor Presidente declarou aberta a Sessão, solicitando ao Senhor Segundo Secretário, Deputado Remídio Monai, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, que foi lida e aprovada na íntegra. Após, solicitou ao Senhor Primeiro Secretário, proceder à leitura do Projeto de Lei nº 040/13, bem como do Parecer das Comissões em conjunto. Colocado em discussão e votação o Projeto foi aprovado. E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente, declarou encerrada a Sessão. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Angela Aguida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Jalser Renier, Jean Frank, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada em: 10/10/13

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2247ª SESSÃO, EM 09 DE OUTUBRO DE 2013.

45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA.

=ORDINÁRIA=

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICÃO DA SILVEIRA.

Às nove horas do dia nove de outubro de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima quadragésima sétima Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da sexta legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

Convido os Deputados Gabriel Picanço e Brito Bezerra para atuarem os Primeiro e Segundo Secretários *ad hoc*, respectivamente.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Senhor Presidente, não há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo quorum para abertura dos trabalhos, suspendo a Sessão pelo tempo necessário. Reaberta a Sessão.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Solicito ao Senhor

Primeiro Secretário proceder à verificação de quórum.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – Senhor Presidente, há quórum para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Havendo quórum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (Brito Bezerra) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. Os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

.Ofício nº 031/13, de 08/10/13, do Deputado Célio Rodrigues Wanderley, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 08/10/13.

.Proposta de Emenda Constitucional s/n/13, de 08/10/13, do Deputado Coronel Chagas, que acresce o inciso 7º ao artigo 27 da Constituição Estadual, e dá outras providências.

.Moção de Aplausos s/n/13, de 07/10/13, da Deputada Aurelina Medeiros, aos professores de Roraima pela passagem de sua data comemorativa, dia 15 de outubro.

.Memorando nº 049/13, de 08/10/13, do Deputado Francisco Assis da Silveira, justificando sua ausência à Sessão Plenária do dia 08/10/2013.

EXTERNOS:

.Requerimento s/n/13, de 08/10/13, do Colegiado de Entidades Sociais do Estado de Roraima, solicitando que, diante do fato de que não haverá Sessão na Assembleia Legislativa no dia 21 de outubro, a referida Audiência seja transferida para o dia 22 de outubro, durante a Sessão, para que todos os Deputados participem.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente.

O Senhor Presidente (**Chicão da Silveira**) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (**Gabriel Picanço**) – (Proceda à chamada).

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Em primeiro lugar, eu quero dar as boas vindas aos Deputados Naldo e Célio, que fazem parte do Partido Socialista Brasileiro. O PSB é um partido que começou pequeno, é partido que tem como líder o Governador de Pernambuco, Eduardo Campos, candidato a Presidente no ano que vem, e que tem dado exemplo de administração, reconhecido inclusive pela ONU. Sem dúvida alguma, o PSB ganha com a entrada do Deputado Célio, que é um Deputado experiente, com 6 mandatos. O Deputado Naldo, com 3 mandatos, tem enriquecido o partido. Com certeza, teremos vários candidatos a Deputado Estadual. Teremos também candidatos a Deputado Federal, que considero pessoas da mais alta responsabilidade. O partido avaliou esses nomes de uma maneira muito criteriosa, porque para o nosso partido não basta a pessoa querer ingressar, é preciso que essas pessoas tenham conduta ilibada e realmente venham a contribuir com o PSB. Portanto, eu vim dar as boas vindas aos colegas e àquelas pessoas que fazem parte do PSB, como também ao vice Governador Chico Rodrigues. Se por força das circunstâncias e dos entendimentos políticos, a partir de abril, o nosso partido vier a ficar a frente deste Estado, acredito que, ao invés de ter alegria, temos motivos para nos preocupar desde já, porque a situação do Estado suscita preocupação. Meu caro Deputado Joaquim. Tenho a percepção que o nosso Estado está de certa forma, paralisado. Muitas de suas ações importantes, como é o caso da FEMHARH, ITERAIMA, que já tem sido debatido nesta Casa; a situação da Secretaria de Agricultura, do setor agrícola que praticamente não anda; a situação problemática da Secretaria da Saúde do nosso Estado; a situação problemática das escolas do nosso Estado, enfim, são situações que, se porventura tiverem que ser enfrentadas pelo PSB, não nos deixa motivo de alegria, muito pelo contrário, nos dá motivo para, desde já, estarmos preocupados com esta situação. Em uma reunião recente com o Governo do Estado, nós ouvimos o próprio Governador dizer que a situação é preocupante, e provavelmente o próximo Governador irá atrasar salários de funcionários efetivos diante da situação econômica que o nosso Estado está passando. Inclusive pediu que o orçamento do ano vindouro já

fosse discutido pelo vice-Governador, porque ele teria uma condição de vislumbrar melhor a situação das finanças e do orçamento do ano vindouro. Se o momento político vier a deixar a gestão deste Estado nas mãos do PSB, logicamente o PSB não está sozinho na condução desse processo, vai continuar governando o Estado com os aliados, mas é uma responsabilidade maior do partido. Eu particularmente tenho conversado com o Chico Rodrigues sobre isso, e acredito que ele converse isso com o próprio chefe do Executivo, até porque ele não tem escondido isso, o Governador Anchieta não tem escondido essa preocupação. Agora, eu confesso que é um motivo de preocupação para o partido em nível local e nacional como gerenciar melhor essa situação do Estado de Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz - É importante essa colocação e preocupação com o futuro do Estado. Em abril ou maio, consta nos anais da Casa, e fiz um discurso dizendo que naquele momento se fazia necessário o Governo do Estado fazer severos ajustes no seu custeio, porque todas as perspectivas econômicas do país mostravam que estava se aproximando uma crise, e essa crise não passou: a queda da receita federal, que reflete na atual receita do Estado, que é o FPE, a queda do PIB, a queda na exportação, o caos na saúde, falta de recursos na educação, problema de segurança pública, e mais, agora que o Governo do PSB vai enfrentar aqui no nosso Estado, que é imperceptível, mas o reflexo é para daqui a dois meses. Começa outra crise, representando em torno de 25% da nossa receita, que é o ICMS, motivada pela greve dos bancários. Com isso cai o movimento do comércio, cai o movimento da pequena indústria, como também a receita federal, com crise dos bancários em nível nacional. Ela reflete muito mais intensa nos Estados, que dependem de recursos federais, cuja segunda receita é o ICMS. Então, essa é uma projeção, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional. São dados que a gente está estudando agora, mas começam a refletir nos meses de melhor arrecadação do próximo exercício, que são os meses de janeiro, fevereiro e março. É preciso o Governador ter coragem de tomar medidas drásticas para segurar o custeio do Estado, até porque eu quero lembrar que há 3 ou 4 Projetos de Lei aqui para aumentar salários de funcionários públicos estaduais, nivelando-os ao do Presidente do Supremo Tribunal de Justiça do País. Isso é preocupante porque a Constituição do País diz que o salário deve ser vinculado ao salário do Governador, mas já tem vários órgãos da estrutura do Estado pleiteando esse ajuste. Quero lhe parabenizar pela coragem de expor a situação.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua – Essa questão tem sido bastante debatida em nosso partido. Em uma conversa com o Governador do Estado, questionei o que seria necessário para diminuir o custeio da máquina do Estado. Ele disse que seria demitir, e não poderia ser feito isso no momento porque agravaria mais ainda a situação econômica do Estado, e uma imensa maioria ficaria desempregada. Mas são questões que têm que ser enfrentadas. O Estado criou o que para sair dessa dependência do contracheque? Algumas coisas foram interessantes, pontuais: a questão de asfaltamento de vicinais. O grande time disse: nós tivemos chance para cuidar da nossa regularização fundiária com responsabilidade, mas não o fizemos. Se nós tivéssemos feito isso, hoje, o Estado já teria uma matriz econômica baseada no setor primário. Hoje, para vocês terem uma ideia, a FEMARH não financia nada, está parada. Não é só por causa da greve, mas porque tem um impedimento inclusive da Justiça e do Ministério Público, de que de lá não saia nenhuma licença. Vá, Deputado Brito, você que é ligado ao setor empresarial, vá àquela serraria do Distrito Industrial que Vossa Excelência verá que estão às moscas, porque eles não conseguem licenciamento ambiental para comprar madeira. Portanto, estão lá milhares de pais de famílias na iminência de ficarem desempregados. Se vocês forem às ruas desta cidade, me parece que há um clima de desânimo, de certa forma, generalizado. Pelo menos é esta a percepção que eu tenho. E a sociedade deste Estado tem falado mal de nós parlamentares, e da classe política, como um todo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Deputado Ionilson, já foi colocado com muita sabedoria a sua coragem para que houvesse este debate nesta Casa. Eu quero, também, junto com o Deputado Joaquim, colocar habilidade no que Vossa Excelência está colocando, porque é bom que se explique que essa questão da matriz econômica só começou com essa preocupação agora, porque hoje nós temos asfaltos em RR. Nós temos o nosso Estado parcialmente eletrificado. Nós sabemos Deputado Ionilson, que no passado pegou-se dinheiro emprestado em dólar para o Estado e não foi colocado energia em canto nenhum. Então, eu entendo que a sua preocupação não é dar nomes aos bois, mas discutir o problema com

responsabilidade. Ontem mesmo, tinha servidores aqui pedindo aumento. É muito bom dar aumento, mas o Estado aguenta? Essa discussão dói na nossa carne. Muito bem disse o Deputado Joaquim, que há categorias que estão ganhando muito acima do teto, e, que não param de procurar esta Casa pedindo mais benesses. Nós aqui temos que discutir esse problema com responsabilidade, e não jogar para o palanque que se ganha pouco. É mentira! Este Estado é um dos Estados que paga a Folha de salário maior deste país. Profissionais ganham acima da média nacional aqui. Então, eu gostaria de me solidarizar com Vossa Excelência porque o problema também passa por essa discussão. Vossa Excelência abordou com muita sabedoria essa questão e acho que nós precisamos fazer ajustes. Há categorias que precisam realmente ser mais bem remuneradas, mas nós temos que ver também a questão do Estado, porque, senão, no próximo Governo, seja quem for o Governador, não vai pagar salário. Parabéns, Deputado, pela fala de Vossa Excelência, que demonstra extrema preocupação com esse problema, que é de todos nós.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Brito Bezerra – Parabéns, Deputado Ionilson, pelo pronunciamento de Vossa Excelência. Contribuindo com o seu pronunciamento, eu quero parabenizar o PSB do Estado por recepcionar na sua sigla partidária dois Deputados de renome em nosso Estado: Deputado Célio Wanderley e Deputado Naldo da Loteria. O Deputado Célio Wanderley em seis mandatos; Vossa Excelência, dois mandatos; Deputado Naldo da Loteria tem três mandatos; o Vice-Governador e próximo Governador deste Estado, sete mandatos de Deputado Federal. Então gozam de uma experiência consubstancial para que possam contribuir com a administração do PSB aqui no Estado de Roraima.

Deputado e amigo, eu desejo para o Governo do PSB aqui no Estado de Roraima e para o povo do Estado de Roraima a mesma administração que foi feita no Estado de Pernambuco pelo presidente Eduardo Campos, um dos melhores governadores do país. Já foi avaliado até com o melhor na educação. Estudantes dos polos mais secos do nordeste estão hoje fazendo cursos superiores em outros países bancados pelo Poder Público do Estado de Pernambuco. Um Estado tido como pobre no solo, pobre nas condições climáticas, mas hoje rico, porque está sendo bem administrado por um Governo que tem competência. No Governo de Eduardo Campos, 98% do Estado têm Luz Para Todos, com a mão do Governo Federal. Sim, mas o Governador teve a competência de distribuir o Luz Para Todos. A educação, maravilhosa. A saúde funciona bem. O PSB, no Governo do Eduardo Campos, tem o melhor polo de produção de hortifrutigranjeiro do país. É lá em Petrolina, Lagoa Grande, enfim, é um polo de desenvolvimento nas margens do Rio São Francisco. A CODEVAF (Companhia do Vale do São Francisco) foi criada com o fim de desenvolver o Estado de Pernambuco. Aqui foi criada a CODESAIMA (Companhia de Desenvolvimento do Estado de Roraima) também com esse fim, copiada pelo mesmo modelo e não conseguiu porque virou cabide de emprego. É estrutura politicamente usada para manter os poderosos no poder. Portanto, eu desejo a Vossas Excelências, com a competência e experiência que têm Deputado Célio, Deputado Naldo e o Vice-Governador Chico Rodrigues, que mudem a história deste Estado. Vai estar na mão de vocês, agora em março, e vocês poderão mostrar para que vieram, que é fazer o povo de nosso Estado feliz. Se merecerem o povo do Estado lhe dará a eleição de Governador e devolverão o mandato de Deputado. É isso que eu desejo para o PSB, de coração. Se administrar bem, o povo de nosso Estado ficará feliz. E desejo ao povo de nosso Estado a melhor administração que possa ter nesses sete meses que vai estar o PSB à frente do Governo. Obrigado e parabéns a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Ionilson Sampaio continua. – Quando nós estivemos na reunião da UNALE, Deputado Brito, Vossa Excelência também estava em Recife. O Governador de Pernambuco se reuniu conosco, o Chico Rodrigues estava lá, e ele, inclusive, colocou à disposição dele toda a metodologia de gestão, desde já, de quem quiser, principalmente daqueles que tiverem interesse, como é o caso do Vice-Governador Chico Rodrigues, para que possa trocar experiência com a sua equipe técnica. Enfim, acredito que o Vice-Governador já está fazendo isso. Nós não estamos sendo aqui nenhuma mãe Diná. Nós estamos apenas conjecturando. O Doutor Ulisses Guimarães dizia que na política as previsões não têm a validade de um iogurte, Deputado Flamarion. Possivelmente, se o Governador se afastar no final do mês de abril, o PSB vai ficar à frente deste Estado pela legislação e pelo caminho natural que lhe reserva. Mas, se não for assim, o PSB vai continuar defendendo as suas bandeiras, vai continuar defendendo o

melhor caminho econômico deste Estado e, principalmente, nós parlamentares aqui desta tribuna. É preciso tirar Roraima do atraso e do subdesenvolvimento. Então, não havendo mais tempo para apartes para dar a palavra ao Deputado Sampaio, a não ser que o Presidente conceda essa benevolência, nós encerramos a nossa participação. Obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado **Ivo Som** - Bom dia, Senhor Presidente, Mesa Diretora desta Casa, senhoras e senhores, parlamentares, amigos, servidores, imprensa, sejam bem vindos a esta Casa.

Senhor Presidente, quero aqui, em nome do nosso Presidente da CPI da Telefonia, Deputado Coronel Chagas, e dos demais membros, Deputados Erci de Moraes, Brito Bezerra, Flamarion Portela e a minha pessoa, fazer um relato.

Quero parabenizar todos os Deputados que participaram desta CPI. Uma CPI que, aos olhos do Brasil e do mundo, não seria diferente, pois as pessoas que pensam em comprar um celular ou ter uma linha de telefone ou uma internet, e, às vezes, todos são enganados de forma clara e verdadeira e, nesse contexto de CPI, não só Roraima, mas boa parte do Brasil, em especial a UNALE.

Fizeram várias CPIs nos estados brasileiros e em Roraima não foi diferente. Chegamos aqui para saber dos desmandos e desvios das horas cobradas nos telefones celulares, em especial em Roraima. Posso citar, por exemplo, a presença de várias pessoas ilustres dos Poderes Judiciário, Legislativo e muitos outros. A OAB, o Ministério Público presentes nessas oitivas, através dos seus representantes. Ouvimos também o Poder judiciário, a Defensoria Pública, o PROCON da ALE. Chamamos a esta Casa o representante da ANATEL, o doutor Iran Albuquerque, que não aceitou o convite e não veio. O Senhor Marcos da empresa OI, que foi representado por outra pessoa, a Senhora Francisca Evânia Martins. Da empresa CLARO foi convidado o Senhor Rafael de Araújo, comparecendo o Senhor Dilson José Leal Porto. Da empresa VIVO, foi convocada a Senhora Margarida Caplan Smith, e compareceu no lugar dela o Enilson Flávio Martines Calmodez. Compareceu representantes da TIM, a única que foi convocada, e a única titular que compareceu foi a Senhora Jaqueline Barra. E, por último, quero dizer que fizemos muitas viagens, faltei algumas. Quero deixar registrado isso, mas quando faltava, estava a serviço desta Casa. Quando não estava de resolução, estava presente, mas ali estavam os meus colegas companheiros, representando muito bem esta Casa.

Participamos de muitas Audiências Públicas em muitos Estados. Fui, pessoalmente, buscar informações em Manaus, São Paulo e em Fortaleza. Em Roraima não foi diferente, passamos em Rorainópolis, São João da Baliza, Caorebe e São Luiz do Anauá; em Caracará, com a participação de Iracema; Bonfim, com a participação de Normandia; Pacaraima, com a participação de Amajari e Uiramutã; a última em Boa Vista, com a participação de Mucajaí, Alto Alegre e Cantá.

Quero dizer que foi muito importante tudo isso. Vimos claramente quantas perguntas foram feitas a cada um deles e a que eu mais perguntava às empresas: quais eram os investimentos, os desmandos e a forma que seriam ressarcidos aos consumidores que foram penalizados, e a forma clara, e muitas vezes judicialmente. É inadmissível você colocar um crédito de 20 reais num celular e em pouco mais de um minuto, sequer faz cinco ligações, recebe a mensagem que seu crédito já acabou. É inadmissível você ir até Bonfim, pouco mais de um quilômetro, você adentra em Lethen, já começam a chegar mensagens: “você está acessando uma via internacional a 4,99 por entrada e por saída”. Isso não nos explicaram. Quando estivemos em Pacaraima, e adentramos em Santa Elena ou na Venezuela, começamos a receber a mensagem: “4,99 uma chamada internacional”. Se você adentrar 10 vezes já dar quase 50 reais. Isso não foi respondido. Pasmem, vocês, senhores, a ANATEL, que se sente a mais blindada, deixando de vir ao primeiro convite o Senhor Iran Albuquerque, entendendo ele que não tinha obrigação de comparecer, e dizendo no documento que não tinha dinheiro para comprar a passagem de Manaus para Boa Vista. Que absurdo, uma empresa que tem seus consociados no México e em outros países, uma empresa que controla todo o sistema de telecomunicação via celular, dizer que o convocado está deonte ou que não tem dinheiro para comparar a passagem! Cadê o outro representante? Tudo bem deixamos para lá. Mas, o nosso Presidente e nossos assessores, convocamos através da Presidência, deliberada pelos Deputados. Convocamos para ontem um novo representante da ANATEL, e desta vez ele apareceu. Apareceu, mas simplesmente disse que não iria falar. Que não tinha nada o que falar, a não ser que fosse apenas como convidado. Orientado pela Procuradoria Geral da União, e até escoltado por agentes federais,

chamou o nosso Presidente e disse que só poderia falar se fosse como convidado, pois a empresa não autorizava que ele falasse como convocado. Mas esta Casa tem compromisso, nosso Presidente convidou os membros da comissão e deliberamos, por unanimidade, que ele seria ouvido como convocado e ele aceitou. E aí quero parabenizar o Deputado Chagas, que em nenhum minuto fraquejou, ou se deixou curvar. Imediatamente o Presidente falou: “Fale simplesmente a verdade, caso contrário dou até voz de prisão”. Ele aceitou, fez um juramento, mas, pasmem os Senhores, depois de muitas perguntas, e uma delas, “a que se atribui tanto descaso no desvio de ligações e não ressarcimento ao contribuinte”. E ele nos disse que não cabia a ele responder, que as empresas que dessem um jeito.

E, para finalizar, depois de muito bate boca e muitas conversas, após as 18h, pasmem, Senhor João, que tem conhecimento jurídico, que sabe das prerrogativas e dos direitos do cidadão. Ele se negou a assinar o documento. Disse que não tinha quem fizesse ele assinar. Foi um choque, ficamos todos abismados. O Presidente Chagas sequer teve ação e eu muito menos. Aí perguntei a ele, como é que o senhor fala que não quer assinar? E ele disse: “Não assino nada”. Essas foram as palavras do Senhor Fabrício Leopoldo. Ele falou: “Posso até guardar, mas não assino nada”.

Então, o nosso Presidente bravamente deixou registrado que todas as providências iriam ser tomadas, através dos caminhos jurídicos e da assessoria desta Casa. Nosso trabalho ainda não chegou ao fim, ainda vamos ter o relato do relator, Deputado Flamarion. Teremos ainda nossas reuniões e ainda terá muita coisa para rolar. Quero dizer, Senhor Presidente, que minha assessoria está providenciando uma Moção de Repúdio contra a ANATEL, em nome do Senhor Fabrício, pois se omitiu e não quis assinar o documento.

Quero finalizar, parabenizando a Comissão e esta Casa. Não tenho dúvidas, Presidente Coronel Chagas, que esta CPI não vai terminar em pizza. Quem dera muitas outras CPIs fossem levadas tão a sério como foi esta, pois muitas terminam em pizza e nada fazem. Quando o Coronel Chagas chegou com esse requerimento, formando essa CPI e por unanimidade com a assinatura dos eminentes Deputados, outorgando a minha pessoa e os Deputados Brito, Flamarion, Erci de Moraes, Coronel Chagas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Coronel Chagas. – Deputado Ivo Som, quero lhe parabenizar pelo seu pronunciamento e dizer que a CPI percorreu vários municípios do Estado colhendo informações, fazendo diagnóstico com a participação de todos os Deputados e servidores desta Casa. Estamos chegando à fase final dos trabalhos da CPI e, com certeza, a minha impressão, claro que isso ainda vai ser deliberado, o Deputado Flamarion Portela deve estar preparando o relatório, e a nossa ideia é que na primeira quinzena de novembro todas as CPIs do Brasil estejam concluídas para que no dia 15 de novembro, nós estejamos em Brasília para fazer a entrega à UNALE. Então, para isso, nós temos que votar o relatório no âmbito da Comissão. Temos que votar depois em plenário e depois levarmos juntos todos os membros a uma grande reunião da UNALE para irmos ao Congresso Nacional e ao Ministério das Comunicações.

Mas, a minha impressão é que tudo que se falava e que se ouvia, o sentimento das pessoas, das reclamações das quedas das ligações nos bairros que não têm cobertura, de cobrança indevida em contas, das pessoas que ligam para os Call centers e passam 10, 20, 30, às vezes uma hora e não conseguem resolver os problemas, a falta de telefone nas comunidades indígenas, nas vilas, em localidade que têm com 03, 04 meses sem telefone, com um único orelhão sem funcionar. Tudo isso tem se confirmado nos trabalhos que a CPI vem fazendo.

Tenho certeza que essa CPI vai trazer esse diagnóstico e, com certeza, vai resultar em mais investimento das operadoras para que tenhamos um serviço de qualidade e também uma conta menor para os cidadãos.

Parabéns pelo seu pronunciamento, vamos em frente, e em breve concluir os trabalhos dessa CPI.

O Senhor Deputado Ivo Som continua. – Obrigado Deputado Coronel Chagas Presidente da CPI e agradeço aos demais.

Senhor Presidente, quero discordar das colocações do Deputado Mecias de Jesus, colocadas na semana passada nesta Tribuna: “Roraima completa 25 anos sem ter o que comemorar”. Crítica Mecias. Não vou entrar na questão de pensamento, mas vou entrar na questão de Estado. O Deputado Mecias falou que em 2009 a dívida do Estado estava em cerca de 100 milhões e hoje ela ultrapassa os dois bilhões. Os mesmos empréstimos foram liberados por esta Casa, assinados por muitos Deputados, como também eu. Quem não ver Roraima hoje, principalmente a Capital Boa Vista, com 100% de água potável?

Empréstimos esses, que quando foi feito, diferente dos governos que passaram e que sumiram com o dinheiro, acabaram com o dinheiro. Dinheiro esse que o Governador atual é quem paga a conta hoje. Nesses mesmos dois bilhões, estavam inclusos o dinheiro da rede elétrica do Estado de Roraima, o qual sumiu do nada. Quem quer ver a verdade passe na estrada do Alto Alegre, e vejam quantos postes estão ali deitados. Passem em qualquer vicinal e vejam quantos postes estão deitados. Nesses mesmos dois bilhões, tem o dinheiro da CAF de 2002, que foi renegociada a dívida. Agora, querem colocar a culpa em um governo que nunca foi político, mas quando assumiu causou inveja, torceu o pescoço de cada um, mesmo aqueles que se sentiam o bam bam bam de Roraima, mesmo aqueles que tentaram de alguma forma cassá-lo. Agora, quando se tem coisas boas não se fala. Quero, por exemplo, Senhor Presidente, dizer onde é que está o dinheiro. Há pouco tempo fiz um relato onde se encontravam 326 milhões de reais nas obras de saneamento, transformação de energia elétrica, projetos sociais.

Fui citado na última quinta-feira pelos Deputados Brito, Gabriel e Mecias, que perguntaram onde era que estava bom no Estado. Então, que se mudem daqui, cumprem com suas palavras. Primeiro porque foram eleitos por este Estado e devem compromisso a essa sociedade. Não se pode pegar o Estado, como se pegou todo endividado e querer transformá-lo em uma coisa melhor do mundo, muito menos ainda quando se trata de uma pessoa que nunca foi nem sequer vereador e aí se tornou Governador porque o Brigadeiro Ottomar confiou na sua pessoa, convidando-o para ser vice-Governador. Se vocês não viram o jornal Roraima Hoje, procurem ler. Estive pessoalmente ontem com o Governador, e falei para ele: “Senhor Governador, o Senhor tem mais é que continuar trabalhando porque só quem sabe quando reconhece um trabalho, é quem recebe uma posse. Falo diretamente do que muito era cobrado. Cadê a saúde? Cadê o concurso da saúde? Por que não falaram isso aqui ontem? Quase dois mil concursados! quase dois mil pais de famílias! Estive no Parque Anauá e eu via no sorriso de cada um o que era, realmente, fazer um concurso recorde e tomar posse recorde. Será que a oposição não vê isso? Só vive de palanque quando colocam isso aqui dentro ou só querem aplausos? Fica a minha pergunta. Queria dizer que estaria ruim onde tem vicinais asfaltadas? Queria saber qual estado asfalta vicinais? Queria ver uma Jatapu que foi jogada e humilhada lá, está sendo recuperada. Queria ver se alguém falava dos melhores projetos sociais que um Estado poderia ter e hoje tem. Quem cuida das crianças? Quem cuida dos adolescentes? Quem cuida dos idosos? O Estado cuida da sociedade. Muitos passaram por lá. Hoje não temos mais fila no Crédito Social, mais de 50 mil famílias. Não tenho dúvidas. Seria aqui leviano e covarde, sei que ainda tem muito o que ser feito mas, com certeza, muita coisa fez e muita coisa estamos fazendo. Discordo plenamente quando se diz que Roraima não tem nada a comemorar, tem sim, tem muitos pais de famílias aí que hoje têm energia em sua casa, asfalto em suas portas, muitos projetos sociais e, acima de tudo, concursos. Parabéns, Governador, parabéns, Roraima. Parabéns a toda equipe de Governo e mais ainda aos demais deputados que fazem parte desse grande grupo governista. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela**: – Senhor Presidente, hoje quero trazer um assunto que pode até desagradar muitos Deputados, Erci de Moraes. Eu vou falar do envolvimento do ex-Deputado Braga com a máfia de Fayed, começando pela matéria da revista Veja que diz: “Aqui está a famosa loira Luciene”. Diz assim: “Ele convencia os fundos a investir dinheiro da previdência em fundos de investimentos falsamente rentáveis indicados por ela e controlados por cúmplices da quadrilha. Obtido o aporte, o grupo retirava a maior parte de dinheiro e deixava o fundo falir”. Essa mesma loira já posou para uma revista masculina no Recife, cujo título era: “A gata que balança o mercado financeiro”. Essa revista é da semana passada, a Veja. Pois bem, o jornal O Globo, do dia 02, traz a matéria: “Investigado por fraude em fundos negocia delação”. A Luciene cita que tem um governador envolvido com a organização. Eu estou com o inquérito policial e só há dois Estados que investiram nesses fundos: Roraima e Tocantins. A Luciene disse que Fayed e o economista Carlos Eduardo Lemos, o Dudu, terceiro na hierarquia da organização, tinham bastantes contatos políticos. Segundo ela, Fayed e Dudu eram os mais entrosados com políticos. A matéria destaca a fala de Luciene quando diz: “Dudu tinha muito contato com um tal de Braga, de Roraima, e em Manaus com uma tal de Daniele”.

Agora, vai entrar um personagem bastante interessante. Trata-se de um japonês que está no IPER desde abril. O nome dele é Francisco Hidaka, o email dele está aqui. Ele enviou no dia 05 de

março, às 17:45h, email para Fabriciopriestes@gmail.com. Sabe quem é? É o coordenador de informática do IPER. Também enviou o mesmo email para lisaanesves@hotmail.com. Trata-se de Elisângela Neves, que era chefe de gabinete do Braga aqui na Assembleia e é chefe de gabinete do Braga lá no IPER. Está dito que no email segue os contatos do IBVA, ATICO E DRAKIMA. E os anexos dos fundos do IBVA. Daniele Lima, contendo o número de celulares, fixo, fax e email. E do ATICO, contato com Noara Sousa, contendo também o número de celulares, fixo, fax e email. E com o DRAKIMA, contato com Gino Correa, contendo também o número de celulares, fixo, fax e email. Fundo DIFERENCIAL, contato com Márcia Borba, contendo também o número de celulares, fixo, fax e email. Termina dizendo: o fundo CITY está com uma previsão de envio, quarta-feira, dos extratos e, em caso de dúvida, entrar em contato com Gino Correa da DRAKIMA. Assina, Francisco Hidaka. Prestem atenção no que eu vou dizer agora. FIDES Consultoria, esse é um fundo, telefone do Hidaka: (092)9191-1929. Pois bem, em 30.01.12, o Dudu manda um email para o Fabrício Prestes, que é da comunicação, onde ele recebeu aquela correspondência que a Caixa Econômica mandou para o Governador e para o Braga, alertando sobre o risco de tirar o dinheiro do fundo da Caixa. Isso foi encaminhado para o Dudu, dia 02.02.12, às 8:45h. O Fabrício encaminha um e-mail para o Dudu mandando os extratos do Banco do Brasil e da Caixa Econômica. E o Dudu responde que recebeu e diz: “Escrevi algumas observações sobre a matéria de hoje na folha, apenas para ti dar apoio se precisar”. Quem é Francisco Hidaka? Tenho, aqui, a Ata do dia 05.03.13 do Conselho do Comitê de Investimento do Tocantins. Quem está lá como Superintendente de Gestão Financeira de Investimento? É o Francisco Hidaka. Da mesma forma, tenho outra Ata do Tocantins. Essa já do mês de abril, ou seja, mais precisamente do dia 03.04.13. Também está lá o mesmo assessor, Francisco de Assis Hidaka, ou seja, ele mandou orientação para o Braga por email. Ele é o coringa da máfia. Foi deslocado pela máfia para o Tocantins, saquearam o Instituto de Tocantins e agora o Braga o nomeou aqui, em Abril, Deputado Erci. Esse cidadão está nomeado no Instituto de Previdência do Estado de Roraima. Prova da nomeação dele está no Diário Oficial de Tocantins, e da nomeação dele, aqui, no Diário Oficial de Roraima do dia 24.04.13, Portaria 102, de 2013 do Gabinete da Presidência do IPER, nomeia Francisco Assis Hidaka de Oliveira Gaia para o cargo comissionado de Consultor Chefe de Planejamento do Instituto de Previdência do Estado, CNTS-2. Está aqui a portaria publicada no Diário Oficial, a prova da nomeação do Fabrício e da Chefe de Gabinete dele.

Pois bem, ainda trago aqui, matéria da VEJA de 05.06.13. Esse daqui é o Dudu, que foi preso com 465 mil reais no Aeroporto de Brasília. Ele só trabalhava em espécie. Quando ele foi pego, disse: “aos policiais que apreenderam os 465 mil reais: “Carregar dinheiro em espécie não é crime”. E o que diz ainda a VEJA: “Apesar de ter sido julgado e condenado, continua operando. Hoje usa como fachada, a FIDES Consultoria. Aberta há pouco mais de dois anos. “E tem como sede, salas de escritórios virtuais, num bairro nobre de Manaus”. Então, a FIDES é aquela que Hidaka mandou para o Braga naquela época, e que depois de investigada se transferiu para Manaus. Agora vou dizer para os senhores o endereço dessa empresa: está sediada à Rua Salvador, 120, sala 1201, bairro Adrianópolis-Manaus. Como vocês podem observar, há uma perfeita conexão entre esse grupo.

Tenho aqui, parte do inquérito que ontem à noite uma pessoa de Brasília me fez acessar. Inquérito policial nº 0079735-97.12.01.000-DF. O que diz esse inquérito? Aqui tem 23 aplicadores, sendo que os maiores aplicadores são os Estados de Tocantins e Roraima. O Estado de Roraima tem 43 milhões aplicados e o Estado do Tocantins, 47 milhões. Só que em dois meses esse fundo do Estado de Roraima teve um prejuízo de 7.346.887.64; Tocantins foi em torno de 11 milhões. Esse fundo teve um prejuízo de 232 milhões porque eles sacavam. Então, vocês podem observar que a questão é bem mais séria. Tem outro fundo que é o Fundo de Desenvolvimento Diferencial. Nesse fundo tem 42 investidores. O 15º é Roraima e o 16º é Tocantins. Nesse fundo, Roraima tem 768 milhões. Pasmem os senhores, em dois meses teve um prejuízo de 26.006.329.00. Tocantins tinha 154 milhões, teve um prejuízo de 50 milhões de reais, porque para lá foi deslocado o Francisco Hidaka. Acabaram lá e depois ele foi nomeado aqui. Então, nós temos esse prejuízo, somando esses dois fundos tivemos um prejuízo de 33 milhões. Mas, não satisfeito com isso, no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no mesmo inquérito policial, foi preso o Senhor Francisco Getúlio Coelho, o “G”, o outro é Dudu. Esse cara administra o

DRAKMA, DTVM, BRL, BNX. Quantos Fundos essas três citadas, o Getúlio, administra? Fundo Emaste de Investimentos em Direitos Creditórios é o tal de FEDIC. O Braga falava tanto em FEDIC que a gente ficava doído para saber o que era. Quem administra é DRAKMA Investimentos. O Fundo de Investimentos Renda Fixa ELO, que o Estado tinha depositado aquele valor, que perdeu sete milhões de reais, quem administra é a Truste Distribuidora, que também está ligada ao G. Outro Fundo que Roraima aplica é o Fundo de Investimento Diferencial, que nós conhecemos muito bem, administrado por BNX Melon, que está no grupo do G. Tudo isso são documentos da Bolsa de Valores. ATICO Geração de Energia, quem administra é BNX Melon, mais um Fundo gerenciado pelo “G”. Os três Fundos em que Roraima aplicou são administrados por esse Getúlio “G”, que foi preso também. O inquérito fala sobre a falência do BVA. O estudo elaborado pelo Ministério da Previdência Social, folhas 127 a 137, concluiu que, após a liquidação do BVA, houve uma provisão de perdas dos regimes próprios previdenciários que mantinham aplicação nos referidos fundos de investimentos num montante de 336 milhões de reais. Desses 5 fundos citados nesse documento, constam dois nos quais Roraima investiu: o Fundo Diferencial Renda Fixa e o Fundo de Investimento Renda Fixa ELO. Na realidade, quando o Braga vinha aqui, ele estava instruindo por essa gente. Procurava nos convencer de que ele era um exímio operador do mercado financeiro, mas, na realidade, ele está envolvido até o pescoço. Eu acho que o Deputado Braga foi um pouco infeliz ao consolidar a nomeação do Francisco Hidaka. É o cara que ajudou a arrombar o Instituto de Previdência. O Siqueira Campos exonerou o Presidente do Instituto Previdenciário de Tocantins no dia 27 e nomeou um, interinamente. Vou dizer o nome dele: Rogério Vilas Boas, o substituto de Rodrigo Alexandre. O Francisco Hidaka está lá. Aplicaram nesses Fundos da máfia. Vocês viram na imprensa, que tinha até Deputado Federal de Tocantins envolvido nisso. Depois o Braga trouxe o Hidaka para cá. Na hora que ele deu a liminar, ele trouxe o Hidaka para cá. Eu fui ao Tribunal de Contas perguntar, ao Presidente Essen, se o IPER não pode mexer em carteiras dentro do Banco do Brasil. - Claro que pode. Agora ele deixa lá para dizer para todo mundo que está dando prejuízo, porque já está planejando transferir novamente. O presidente foi muito claro: pode transferir sim, tirar de uma carteira que não está dando rentabilidade e colocar em outra. Portanto, estão aqui provas irrefutáveis do envolvimento do Presidente do IPER, Braga, com a máfia do Fayede, que está no cenário nacional de forma inquestionável. Eu vou entregar todo esse material à Polícia Federal porque não pode se lesionar aquilo que é dos servidores de Roraima e ficarmos aqui com a boca escancarada cheia de dentes.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Brito Bezerra**. – Parabéns pelo assunto que Vossa Excelência traz hoje à tribuna e com documentos em mãos. Existem inquéritos policiais, inclusive um inquérito na Polícia Federal investigando essa máfia em nível de Brasil, e tem ligação clara com o Estado de Roraima. Eu quero dizer para o povo do nosso Estado que tudo isso foi previsto aqui nesta Casa no ato da nomeação do Deputado Braga. Ele sentou aqui e disse ser expert em aplicações e mercado financeiro. Meu amigo Julinho, de Caracarái, me diga como um cara que se formou em odontologia e passou 5 mandatos aqui nesta Casa conseguiu se especializar em mercado financeiro? Não existe coerência alguma do feito com o dito. Eu aqui disse que não se pode colocar raposa para cuidar de galinha e fui criticado, inclusive por alguns deputados. Eu digo, porque tudo estava previsto. A lei da natureza é tão perfeita que a fisionomia do Braga já o autodenunciava aqui. Esses recursos foram colocados de maneira a ter prejuízos. O Hidaka quebrou o Instituto em Tocantins, o Governador o exonerou; o Braga achou pouco e disse: “Vem para cá que tu és bom, tu sabes roubar, vem roubar comigo aqui”. Não é o dinheiro do governo não, porque o governador do Estado acha pouco dar destino obscuro aos recursos que vêm para o Estado e coloca o Braga no IPER para roubar o dinheiro dos servidores públicos. O dinheiro que todos os meses vocês depositam nas contas com suor, para ver se lá no futuro tem dias melhores com suas famílias, inclusive quando estiverem incapacitados de trabalhar. Esses recursos estão sendo desviados. E aí eu pergunto para esta Casa e deixo aqui uma reflexão. Se isso estava previsto, se a Assembleia se manifestou, e os Deputados de oposição, em especial, justiça seja feita, falando que esses recursos iam ser desviados, que o Braga não tem condições de trabalhar com recursos dos nossos colaboradores, que sonham tanto. Eles queriam roubar não só o dinheiro, mas também, os sonhos desses colaboradores, e esses caras continuam no IPER. Subiu uma vez ali naquela sala e disse: quero mostrar só para os deputados que eu entendo.

Fez uma demonstração com cara risonha, debochando dos deputados, como se de fato, entendesse, instruído por esse Fayede e esse Dudu, que é quem traz esse dinheiro em espécie para aqueles que operam de maneira ilegal essas bolsas. O Dudu foi preso com quase 500 mil reais no aeroporto. Ele ia levando para os presidentes dos Institutos Previdenciários, para aqueles que comandam os presidentes, que autorizam eles a ficarem lá. Nós deputados, me digam qual o poder que nós temos se sempre estamos contra esses desmandos e não conseguimos tirar? Pois o governo incompetente e incoerente insiste. Deputados de situação falem parar esse homem tirar esse bandido dali porque ele está roubando o povo, roubando os recursos da Previdência. Isso é fato, não sou eu quem está inventando não. Parabéns, Deputado Flamarion. Fica a minha insatisfação e o meu sentimento de impotência de tanto falar desde o início que aquele homem entrou. Só acontecem os roubos, mas as providências não são tomadas.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ionilson Sampaio**: – Vossa Excelência realmente trouxe um assunto que parece que já estava meio esquecido. Eu inclusive sou relator daquela comissão que estava investigando o caso do IPER. O meu relatório estava praticamente pronto e eu vou agora fazer um expediente para a Mesa para pedir prorrogação, porque vou ter que alterar meu relatório e pedir a Vossa Excelência para encaminhar à comissão que compomos para investigarmos essas denúncias. A preocupação é que o Governo do Estado teve a oportunidade de não reconduzir mais o Braga. O Braga pediu afastamento e depois o Governador o renomeou para o cargo. Inclusive isso foi questionado por parte de alguns deputados da base. O Deputado Célio me disse que falou: “Governador, não coloque mais o Deputado Braga lá que a gestão dele é temerária”. E ele disse: “Não, eu vou dar oportunidade para o Braga, novamente”. O Deputado Braga é meu colega como cirurgião dentista. E eu fui lá e disse: “Braga, tem alguma coisa errada aqui”? Ele disse não. Eu também sou dentista e não sei nada de mercado financeiro. Eu sei que essa loira fez um estrago. Pensa numa loira feroz. Vossa Excelência traz assunto da mais alta relevância para este Estado e aí sim eu quero saber qual será a atitude da Assembleia diante de tudo isso que está acontecendo. Inquérito policial, investigação da Polícia Federal, prejuízo confirmado no IPER, e mais uma vez esta Casa vai ficar de braços cruzados? Nós vamos ficar de braços cruzados? Paciência. O mínimo que devemos fazer é irmos ao chefe do Executivo e pedir, em nome dos servidores deste Estado, a exoneração do ex-Deputado Braga.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Ivo Som**. – Como todos conhecem a minha posição, o que vou falar vai tremer a base. A gente, em certas situações, está aqui para defender o governo, agora, defender o indefensável é complicado. Eu também sou presidente de uma dessas comissões que apuram essas denúncias. No dia 17, será a sabatina do Deputado Braga. Eu jamais vou desmentir Vossa Excelência. Matérias nacionais estão mais uma vez no corredor de Roraima. Eu não tenho nada contra a pessoa do Deputado Braga, esse assunto é muito sério. Todos são testemunhas que quando houve os problemas das terras eu fui à tribuna pedi ao Márcio Junqueira para dar satisfação, e no dia seguinte ele encaminhou ofício a esta Casa. Da mesma forma, o Presidente do IPER tem que dar explicações. Já passei uma mensagem para ele, quero falar com ele pessoalmente, olhando na cara. Faço parte da base do governo, mas não vou tapar o sol com a peneira, como se eu fosse cego. Vamos rever isso. Com certeza, deve haver muitos erros. Vou falar diretamente com o Governador e não acredito que o meu Governador poderia ter enganado como essas pessoas aí. Na Folha de São Paulo, na VEJA, Fantástico. Ainda me surpreendi quando Vossa Excelência disse que são dois governadores e citou o nome do Braga, de Roraima. Isso não é só a questão do dinheiro não, são servidores públicos, mas vamos buscar informações e, como Presidente da Comissão, temos o dever de tentar fazer valer os direitos desses servidores.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Mecias de Jesus**. – Eu quero iniciar agradecendo a presença, em nosso plenário, do nosso colega, ex-Deputado Tião Portella, e dos Vereadores Julinho, Peter e o Nonatinho, de Caracará e, em nome dele, cumprimentar a todos os presentes. Eu entendo o motivo que o Deputado Braga aprendeu tanto sobre Fundos de Investimentos, e o sorriso dele. O motivo dele era a Luciene. A Luciene era a inspiração que ele tinha. Ele andava de um lado com a Luciene e de outro lado com o Dudu, amparado pelo governador Anchieta. É claro que ele tinha motivo para andar sorrindo! Não venha ninguém, agora, dizer que o Governador não sabia disso. Tudo o que aconteceu nós avisamos aqui desde o início. Todos esses Fundos de Investimentos nós denunciávamos aqui. Todos os deputados têm conhecimento. A imprensa e os servidores da Casa. E naquela

época já denunciávamos que o prejuízo passava de 30 milhões de reais. O Braga pediu para sair porque ele se sentiu acuado, e uma liminar que não tinha nada a ver com a outra. Aquela liminar não o autorizava a voltar porque ele tinha pedido para sair, mas o Governador, mesmo assim, o colocou de volta, por quê? Uma coisa é compromisso, outra coisa é comprometimento. O Governador reconduziu o Braga porque ele sabe de tudo o que aconteceu e participou das festas. Se o Governador não tivesse participado dessas festas dos fundos, fundos de todas as naturezas, fundos dos recursos financeiros, fundos que envolvem a modelo Luciene, que é a gata que entende mais de Fundo de Investimentos deste país. É inadmissível que ainda apareça alguém aqui dizendo que o Governador, ao retornar o Braga, não sabia de nada disso. O Francisco Hidaka foi demitido pelo Governo de Tocantins. Aqui o Governador fez diferente: o cara pediu para sair, mas ele o colocou de volta porque ele está cheio de compromissos com o cara. Mais do que isso, o larápio que foi demitido do Tocantins foi admitido aqui pelo Braga e hoje nós temos comprovado, em um inquérito que está sendo apurado em nível nacional, que são mais de 33 milhões de reais de prejuízos para o servidor público do nosso Estado, que vai comprometer a aposentadoria. Inclusive, dos servidores desta Casa Legislativa, do Ministério Público, do Tribunal de Contas e etc. Se ocorresse 10% disso com um membro da oposição, nós já estaríamos presos há muito tempo, porque, para nós, se cair uma folha, é como se tivesse caído a floresta. Mas, para eles, caiu a floresta e, é como se tivesse caído uma folha apenas. Lamento que as instituições do Estado, que têm a obrigação de apurar isso, estão caladas como se nada tivesse acontecido. Deputado Flamarion, Vossa Excelência, mais uma vez, está de parabéns pelo estudo, pela coerência e pelo preparo com que traz essas denúncias aqui. FIDES significa fedeu, ou seja, fedeu para Roraima, fedeu para o Braga e, principalmente, para os servidores públicos que têm suas aposentadorias comprometidas daqui para frente.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – Concedo um aparte ao Senhor Deputado Soldado Sampaio.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Soldado Sampaio**. – Quero parabenizá-lo pelo trabalho árduo, de muita paciência, em fazer essas pesquisas e vir a esta Tribuna colocar fatos. O trabalho da oposição sempre é de muita responsabilidade. Deputado Flamarion, principalmente a oposição, tentamos fazer alguma coisa, denunciávamos, criamos comissões, fomos ao Tribunal de Contas, participamos de uma audiência com o Presidente do Tribunal de Contas. E o Tribunal fez o seu papel, afastou o Presidente Braga naquele momento. Como bem falou o Deputado Mecias, apareceu uma liminar, que não tinha nada a ver com a outra. Era toda a desculpa que o Governador queria para dar posse, novamente, ao Braga. Deputado Mecias, eu concordo com Vossa Excelência. Eu me lembro Deputado Brito, muito bem que no caso ITERAIMA não foi diferente. Nós denunciávamos, cobramos, temos uma gravação de sua Excelência, o Governador de Roraima, dizendo que não tinha motivo nenhum para exonerar o Senhor Márcio Junqueira. “As coisas no ITERAIMA estão ocorrendo tudo dentro da legalidade”. Ele foi à TV Roraima, e todo Estado assistiu essa fala de sua Excelência, o Governador de Roraima. E, agora, não está sendo diferente com relação à questão do ex-Deputado Braga. O Governador tem conhecimento, e está envolvido. Não tem como achar que o Governador não tem conhecimento, não sabe do histórico do ex-Deputado Braga. Eu só lamento que esse Governador não tenha muitos Leocádios para resolver as questões, senão, antes disso, o Leocádio já seria remanejado para abafar mais uma coisa no ITERAIMA. Tem sido assim o comportamento desse Governo: foi assim na Saúde com o superfaturamento. A Polícia Federal agiu, fez a operação. Foi lá uma turma do abafa e ninguém sabe como chegou.

– Agora, no ITERAIMA, como Vossa Excelência trouxe aqui, recentemente, está querendo usar até a credibilidade do Exército para tentar envernizar os desmandos, a corrupção. E agora é dentro do IPER. Eu espero que esta Casa não se curve. Eu votei contra o Braga, pois sabíamos do comportamento dele. Fizemos vários requerimentos, convocando-o várias vezes, e ele chegava aqui, batia no peito e dizia que era conhecedor, que os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica não sabiam de nada. Realmente ele conhece muito bem esse esquema que está montado aí. E o Senhor Governador nada via, nada sabia, estava tudo às mil maravilhas. Dá para acreditar, Deputado Mecias?

– Eu espero que esta Casa faça o seu dever e aproveamos hoje ou amanhã, um decreto legislativo afastando esse cidadão. O Governador vai dizer que não é bem assim, vai querer criar uma comissão, nomear fulano de tal. Nós trouxemos aqui as denúncias de aluguéis de prédios que não estavam sendo usados, servidores comissionados com

altos salários dentro IPER. Denunciamos aqui o quanto era frágil o Comitê de Investimentos. E aí quando está tudo pronto, agora Deputados, com a aprovação do CEPE, ele remaneja e coloca os recursos para onde ele quer. Até aprovamos uma coisa aqui e publicaram outra. Se não tivéssemos reagido, o Comitê de Investimento seria como ele queria. Nada contra os servidores comissionados, mas, preocupado com aquela situação, nós colocamos uma emenda do Deputado Ionilson Sampaio, que trabalhou bastante para que o Comitê de Investimento do IPER fosse de servidores efetivos. E ficamos surpreendidos quando foi publicada, no Diário Oficial, a lei com percentual elevado de cargos comissionados. Tivemos que reagir e fazer outra lei como queríamos aqui. Então, é tudo orquestrado. É tudo um esquema. Espero Senhor Presidente, pois já vai ser ruim para nós em 2014 ficar pedindo votos nas ruas com essa faca atravessada nesta Casa, que é o desastre que aconteceu no ITERAIMA. Já é ruim irmos pedir votos, de cara limpa nas ruas, devido aos desmandos que estão acontecendo na Saúde no nosso Estado. Quero saber quem de nós vai encarar o servidor público, dizendo: olha, um ex-colega de vocês orquestrou o desvio de 30, 40 milhões no IPER e vocês nada fizeram. Nós, pelo menos, estamos aqui, protestando. Já estou pedindo, desde já, à Secretaria de Comissão desta Casa, cópia da sua denúncia, cópia da minha fala, porque eu vou às ruas, preparado. O cidadão vai me cobrar e, eu vou mostrar que eu fiz a minha parte, que o Deputado Flamarion fez a parte dele e outros Deputados. Espero que a maioria dos Deputados desta Casa aprove um decreto afastando o Senhor Braga de suas funções. Muito obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – Obrigado, Deputado. Como disse a Veja, eles colocavam em fundo não muito confiável, depois sacavam do próprio fundo e depois o fundo falia. Aí faliu, é questão de justiça, de liquidação etc. Pois bem, a Luciene, que é a loira famosa dessa máfia, cita o Braga, nominalmente, e aí vocês viram o desenrolar dessa história: a troca de e-mail da FIDS Consultoria. Já esse Francisco Hidaka, passando e-mail para o Braga, lhe orientando com número de telefone, fax, e-mail. Depois esse mesmo foi transferido para Tocantins, considerado o coringa da máfia. As Atas aqui provam a participação deles. Tempo depois ele sai de lá e é nomeado aqui pelo presidente Braga. Também, nesse intervalo, o Eduardo Lemos, o famoso Dudu, participa através de e-mail, tem contatos com os assessores do Braga, sua chefe de gabinete e o Fabrício, que é coordenador de informática de lá. Depois, ao ter acesso ao inquérito do Tribunal Regional Federal, Deputado Erci de Moraes, estão lá os fundos nominados, Estado de Roraima o quanto aplicou e o fundo em que está aplicado. Depois diz o prejuízo do fundo, depois prende o “G”, que é o Getúlio não sei o que lá, que simplesmente administra e é gestor de três fundos que o IPER tem dinheiro. Quer dizer, é algo inimaginável. Só se concebe alguém fazer isso acreditando na impunidade. Não se concebe alguém inteligente, racional, responsável, fazer isso, se soubesse, se tivesse certeza da impunidade, Deputado Célio. Só se faz isso, na certeza da impunidade.

Amanhã vão dizer: não, isso é politização. Aqui não tem politização, e, se for politização, eu estou fazendo o meu papel. Eu fui eleito na oposição e permaneço nela e meu papel é esse. Se alguém interpretar como politização, que interprete, mas meu papel aqui não é politizar, não. O meu papel é preservar o suor do trabalhador público deste Estado, quer seja deste Poder, do Ministério Público, Judiciário, Tribunal de Contas ou Executivo. O dinheiro que está lá pertence a essa gente. Esse dinheiro garante o futuro dessa gente e de seus filhos. Portanto, não tem sentido nenhum, a complacência. Com uma situação dessa não tem sentido. Nós temos que agir e tomar uma posição enquanto representantes da sociedade e enquanto fiscais dela. É um volume muito expressivo de dinheiro. E a orquestração ainda não acabou. Ela permanece para tirar novamente dinheiro da Caixa Econômica, para aplicar nesses fundos. Já não o fizeram porque a máfia foi desbaratada e seus membros estão presos. Mas a orquestração com a transferência do Hidaka para cá, Célio Wanderley, para mim está muito cristalino que a orquestração continuava. Por que a nomeação desse rapaz, com o retorno do Braga, em abril, se o cara que não tem vínculo nenhum com Roraima e tem uma ligação comprovada com a máfia? Então, minha gente, é hora de reflexão e muita responsabilidade. Concedo um aparte, com muito orgulho, ao Senhor Deputado Gabriel Picanço.

Aparte concedido ao Senhor Deputado **Gabriel Picanço**: – Obrigado, Deputado Flamarion. Eu queria, também, cumprimentar os visitantes que hoje estão aqui no Plenário e me juntar, Deputado Flamarion, a Vossa Excelência. Isso, para Roraima é muito ruim.

Quando disse, o Deputado Ivo, que nós não tínhamos o que comemorar no dia do aniversário do Estado, deixa eu só lhe citar algumas coisas, Deputado Ivo, com muito respeito que tenho a Vossa Excelência: estradas interditadas no sul do Estado há mais de seis meses, como no município de Caracará; lá na Serra Dourada; mais de duzentas famílias com problemas; eletrificação caindo nas estradas vicinais. Já tínhamos avisado isso à dona Conceição Escobar há mais de seis meses: vicinal 10 de São Luiz do Anauá; vicinal 19, vicinal 29, do Baliza interditada; contrato de manutenção para catorze municípios do interior com três milhões e quinhentos mil. Pedimos ao Cacá, por isso que pedimos ontem a convocação dele. Pedimos o contrato das empresas e, infelizmente, ele não mandou. Sobre a hidrelétrica de Jatapu. Gostaria até de convidar Vossas Excelências para verem *in loco*. Acho até que ela mudou de lugar, porque lá no Caroebe, onde ela foi instalada, não estão fazendo nada. Só propaganda e propaganda, não enchem barriga e nem estômago de ninguém; e hoje acontecendo mais esse desastre para o Estado de Roraima e para o nosso povo. Então, gostaria de me juntar a você, Deputado Flamarion, a você, Deputado Célio, a esta Casa, e pedir ao Senhor Deputado Célio, como líder do Governo, que peça ao Governador que tire o ex-Deputado Braga da Presidência do IPER, imediatamente. Para o bem do povo de Roraima, pois o Senhor também é funcionário público. Obrigado.

O Senhor Deputado **Flamarion Portela** continua. – Agradeço os apartes de todos os Parlamentares. Sei que o que trouxe aqui está preocupando os Senhores, sei que os senhores têm um grau de responsabilidade com este Estado, tem compromisso com este Estado. Esta Casa representa a sociedade e é de uma gravidade muito grande tudo o que falei aqui. Citei o número do processo do TRE. Se os senhores quiserem ter acesso, podem ter, mas também tenho tudo em arquivo digital. São oito volumes. Posso disponibilizar para os Senhores, todos eles. Só que carece de muita pesquisa, muita leitura, de muita dedicação para você colher aquilo que interessa para Roraima. Mas, a coisa é muito mais complexa do que a gente imagina e, com certeza, Deputado Célio, isso pode não ser amanhã nem depois de amanhã, mas terá desdobramentos. Porque isso que citei aqui está registrado nos autos, são coisas inofensíveis, inquestionáveis. São fatos reais, não são invenções do Deputado Flamarion Portela. Acho que, de forma clara, dentro da minha limitação, de forma didática, procurei demonstrar o envolvimento desses recursos do IPER juntamente com a máfia do FAYED, que todos nós conhecemos o que significa isso. Obrigado.

O Senhor Deputado **Joaquim Ruiz**: - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, senhoras e senhores aqui presentes neste Plenário. Ontem pedi à Presidência da Casa que me enviasse o Relatório do Tribunal de Contas da União sobre a transferência do Hospital das Clínicas para a Universidade Federal de Roraima. Li o relatório e o considerei extremamente técnico, com dados, levantamentos feitos no sistema SUS, com levantamentos dos bairros que podem ser beneficiados, explicando que o bairro Cauamé pode ser prejudicado porque fica próximo ao Hospital Geral hoje. E a maioria da população, como consta nos dados, fica para a área do Pintolândia. Se pegarmos aqui os dados da falta de leitos no Estado, é preocupante, pois os dados que são colocados aqui só favorecem que seja feita essa transferência, até porque o Governo Federal tem muito mais condições financeiras em manter um hospital daquele porte do que o próprio Estado de Roraima. E meu apelo é no sentido de que a Casa tomasse providências e encaminhasse um relatório ao Tribunal de Contas da União. Pois o parecer deles não é terminativo, até porque quando foi elaborado esse parecer do Tribunal de Contas da União, ainda não havia sido feita a cessão de uso, ainda não tinha sido aprovado no Conselho Universitário da Universidade Federal de Roraima. Então, é preocupante, pois se não tomarmos uma posição, possivelmente essa cessão de uso poderá ser prejudicada e um projeto que está para cento e sessenta leitos e passa para trezentos e vinte leitos, desafoga extremamente a situação da saúde no Estado. Falar que não vai ter algum tipo na alta complexidade, como eles colocam, não é aquilo que foi assinado na cessão de uso. É lógico que um Hospital Universitário trabalha sim em vários setores da alta complexidade como inclusive oncologia, que se faz urgente esse tipo de atendimento no nosso Estado. Gostaria de parabenizar o Deputado Flamarion por seu pronunciamento, sobre as denúncias contra o IPER, mas também gostaria de lembrar ao Deputado Sampaio e a todos os Deputados da oposição que os Deputados da situação não são inertes, que a gente trabalha na Casa, a gente busca resolver os problemas existentes no nosso Estado e a oposição faz parecer que não fazemos nada. Deputado

Mecias, eu faço parte da Comissão que apura o problema do IPER. Quando convocamos dois experts que mexem no mercado financeiro: um de São Paulo e um do Rio de Janeiro, vindo aqui com o Superintendente do Banco do Brasil para dar um retrato da situação, e isso era cobrado não só pela oposição, mas também pela situação. Fizemos o convite a todos os parlamentares e gostaria agora de fazer um apelo ao líder da oposição para, quando essas pessoas forem convocadas, para que possamos apurar as denúncias que estão sendo feitas aqui no Plenário, que a oposição participe da reunião, pois quando vieram os dois experts, não tinha um Parlamentar da oposição. Tive que adiar a sessão por uma hora e sair à procura de algum Deputado para que pudesse dar quórum. Sei que isso não ocorre só em uma Comissão como essa, mas tive que atrasar por uma hora a reunião da Comissão para que pudesse dar quórum. Fui atrás de deputados pelas dependências da Casa para a reunião ser realizada e era um assunto relevante para os funcionários públicos do nosso Estado, conforme o Deputado Flamarion acabou de colocar aqui na tribuna. O Deputado Flamarion está trazendo outra denúncia baseada em documentos concretos. Existem duas Comissões andando na Casa, relacionadas a esse problema e não quero ser omissivo naquilo que temos que apurar. Ao contrário, mas quero também que quando sejam convocadas as pessoas para expor esses problemas em qualquer setor do Estado, como faço na Comissão que presido aqui na Casa, pois nunca deixei de convidar nenhum dos deputados para participar de qualquer assunto que seja polêmico como foi o Plano de Cargos e Salários da Educação, como está sendo o Plano de Cargos e Salários da Saúde. Nunca deixei de convidar principalmente o líder da oposição e por isso faço esse apelo a ele, para que haja uma participação efetiva dos deputados da oposição nesses assuntos que foram denunciados agora, para que possamos apurar as denúncias colocadas nesta Tribuna. Era este apelo que gostaria de deixar e uma preocupação muito maior, Deputado Sampaio, com o relatório do Tribunal de Contas da União, que pode prejudicar sensivelmente a nossa saúde que já não está boa, mas que, pelo que vi no relatório, pode prejudicar ainda mais. Pois quando se busca uma solução para melhorar a saúde pública do nosso Estado, sai um relatório que pode prejudicar uma solução plausível, não só para a população da capital Boa Vista, mas para toda a população do nosso Estado, para todos os vizinhos da Venezuela e da Guiana que buscam uma alternativa de saúde pública aqui em Roraima. Os dados são preocupantes: Roraima é o Estado que mais absorve saúde pública no Brasil. 92% da nossa população busca atendimento na rede pública de saúde. Esses dados são do Tribunal de Contas da União e constam de um levantamento extremamente técnico. Para se ter uma ideia, no Estado de São Paulo, que é um Estado rico, apenas 42% da população busca a rede pública. No Amazonas, nosso Estado vizinho, 9% da população busca atendimento na rede pública e aqui em Roraima é 92%. Não podemos perder uma oportunidade ímpar de viabilizar um Hospital Universitário, com recursos federais, com trezentos e vinte leitos, quarenta leitos de UTI, e mais ainda, um hospital que vai dar oportunidade para os estudantes não só de medicina, mas para todos os estudantes que fazem parte da rede pública do Estado tenham a oportunidade de fazer sua especialização, sua residência. No concurso público feito agora pela saúde, não conseguimos atingir cinquenta por cento das vagas para médicos em várias especializações. Para se ter uma ideia, precisávamos de quinze anestesistas, mas somente quatro compareceram. Então, esta é a grande oportunidade de resolvermos o problema de saúde pública do nosso Estado e minha preocupação, Deputado Brito, é que a cessão de uso foi assinada e aí uma decisão como essa, que consta no relatório do TCU, pode suspender a cessão de uso do Hospital das Clínicas para o Hospital Universitário da nossa Universidade Federal.

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais Oradores inscritos, passamos para a Ordem do Dia. Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Lei nº 052/13, “que Institui o dia Estadual do Empreendedor”, de autoria do Deputado **Brito Bezerra**; Moção de Aplausos nº 023/13 a todos os contadores e contabilistas pela passagem de sua data comemorativa, dia 22 de setembro, de autoria do Deputado **Jalser Renier**; Moção de Aplausos nº 024/13 a todos os Gaúchos pela passagem de sua data comemorativa, dia 20 de setembro, de autoria do Deputado **Jalser Renier**; Moção de Aplausos nº 027/13 a todos os Secretários e Secretárias pela passagem de sua data comemorativa, dia 30 de setembro, de autoria do Deputado **Jalser Renier**; Requerimento nº 064/13, momento em que a Escolégis realizará a entrega da premiação das redações da I Jornada do Conhecimento; Moção de Aplauso nº 029/13 aos Fisioterapeutas e

Terapeutas Ocupacionais do Estado de Roraima, em homenagem alusiva ao dia da categoria, 13 de outubro do corrente.

Solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à leitura do Requerimento nº 064/13.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – (Lido o Requerimento nº 064/13).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Em discussão o Requerimento. Não havendo quem queira discutir, coloco-o em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Aprovado.

Informo aos Senhores Deputados que as matérias constantes na pauta da Ordem do Dia foram transferidas para a próxima Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que faça a leitura do Edital de Convocação nº 001/13, da Comissão de Ética, convocando os Senhores Deputados: Gabriel Picanço, Ionilson Sampaio, Ângela Portella, Joaquim Ruiz e os Suplentes: George Melo e Célio Wanderley para Reunião Extraordinária no dia 08 do corrente, após a Sessão Plenária, para discutir o nome do Consultor Jurídico Dr. Sérgio Mateus, indicado pela Consultoria Geral desta Casa, para substituir o Ouvidor desta Comissão, Doutor André Paraguassu de Oliveira, conforme ofício nº 15, de 03/10/13.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) – (Lido o Edital de Convocação nº 001/13).

O Senhor Presidente (Chicão da Silveira) – Não havendo mais matéria para a Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado **Brito Bezerra** – Senhor Presidente, é um Edital de Convocação: convocamos os Senhores Deputados Jalser Renier, George Melo, Jean Frank e Ivo Som, membros da Comissão de Indústria, Comércio e Turismo, para uma reunião extraordinária da Comissão hoje, dia 09/10/2013, às 15h, na Sala de Reunião, nos altos do Plenário Deputada Noêmia Bastos Amazonas, no qual se farão presentes vários convidados relacionados ao comércio, para se discutir sobre logística reversa e criarmos ferramentas que venham contribuir, de forma significativa, para o descarte desses produtos ou materiais após seu uso, visando minimizar os prejuízos causados ao meio ambiente. Senhor Presidente, já confirmaram presença o Senhor Ademir Teles de Menezes, Promotor de Defesa do Consumidor e da Cidadania; o Senhor Antônio Edilberto Rezende Veras, Presidente da Federação das Associações das Médias e Pequenas Empresas de Roraima; Félix Ferreira, Presidente das Associações das Médias e Pequenas Empresas de Boa Vista; Hélio Cavalcanti, Presidente da Associação dos Atacadistas e Distribuidores; Laerte Oestreicher, Presidente da Câmara de Comércio Brasil/Guiana; Eduardo Baina Oestreicher, Presidente da Câmara Venezuela de Comércio e Indústria e Antônio Aírton Oliveira, Presidente da Federação do Comércio do Estado de Roraima. Portanto, é de suma importância a presença dos parlamentares para que haja quórum e para que possamos ter progresso na discussão de logística reserva e sucesso na nossa audiência de Comissão de Indústria, Comércio e Turismo. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, só para esclarecer ao Deputado Joaquim, que nós recebemos o convite para participar da realização desta audiência. Já expliquei para o Deputado que eu tinha outro compromisso pré-agendado na FIER. Quero dizer que sempre estou acompanhando essa questão. Faço questão de participar das Comissões e acompanhar, passo a passo, o desenrolar dessa novela do IPER que a gente já vem denunciando. Era só para justificar e, ao mesmo tempo, dizer ao Deputado Joaquim que acredito sim que os Deputados da base têm, acima de tudo, o compromisso com o Estado, e foi nesse sentido que eu chamei, coloquei o desafio a esta Casa, em nome da sociedade, para aprovarmos o afastamento ou a exoneração, imediata do Senhor Presidente Vargas, assim como o Tribunal de Contas o fez, não pensou duas vezes, constatou que tinha provas suficientes e afastou, mas depois ele voltou com uma liminar. Acho que nesta Casa caberia sim, na Ordem de Amanhã, nós termos um decreto para afastá-lo. Nós não podemos exonerá-lo, mas temos o poder de afastá-lo e aí, pegando as próprias palavras do Deputado Ivo Som, como da base governista, aí apelo para a base governista, não dá para defender o indefensável. Foram palavras ditas pelo Deputado Ivo Som. Então, nesse sentido, temos que ter um posicionamento claro, pois está mais que evidente. Era isso, Senhor Presidente.

O Senhor Deputado Ivo Som – Quero, primeiramente, reforçar o convite do Presidente da Comissão de Indústria e Comércio, Deputado Brito. Seria bom deixar registrado e convidar o Deputado George Melo. Ele, eu e Vossa Excelência porque o Deputado Jean e Jalser parece que

estão de resolução, para que possamos dar quórum à deliberação à tarde. Então, fica aqui registrada que é de grande interesse da Comissão a discussão dos assuntos do nosso Estado e eu, como Presidente da Comissão dos Direitos do Consumidor, mais do que nunca, além de ser Deputado e participar das Comissões, aí é que tenho responsabilidade de comparecer com muito prazer a todos os seus convites. Como bem disse o Senhor Deputado Chicão, nós não vamos tapar o sol com a peneira. Não tenho dúvidas do trabalho de Vossa Excelência, e já ia falar o que Vossa Excelência disse. Sendo da vontade da maioria desta Casa, cabe sim afastamento com a deliberação do Plenário. Não tenham dúvidas de que quem nos dá e nos tira o mandato é o povo. Já liguei para o ex-Deputado Braga, ele não me atendeu, mas mandou uma mensagem dizendo que depois me retornaria. Faço questão de ser o primeiro a lhe dizer que quero conversar com ele pessoalmente e não tenho dúvidas de que irei conversar com nosso Governador e também não tenho dúvidas e afirmo que nosso Governador não tem nada a ver com isso. Se alguém errou, que pague. Que seja punido. Este é o meu pensamento e, no mais, estarei presente na sua Comissão tratando de assuntos de interesse do nosso Estado. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Chicão da Silveira – Não havendo mais nenhum orador inscrito no Expediente de Explicações Pessoais, e, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 10 de outubro, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Águida Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Coronel Chagas, Dhiego Coelho, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Joaquim Ruiz, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Soldado Sampaio.**
 Aprovada Ata Sucinta em: 15/10/13

ATAS COMISSÕES

ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 013/13, DENOMINADA CPI DA TELEFONIA. PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às quinze horas do dia trinta de setembro de dois mil e treze, no Plenarinho desta Casa Legislativa, denominado Valério Magalhães, deu-se a décima segunda Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 013/13, denominada CPI da Telefonía, sob a presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas**: – Solicito à Secretária desta Comissão que proceda à verificação de quorum. A Senhora Secretária **Márcia Brito Wanderley**: – Há quorum, Senhor Presidente. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo de Roraima, declaro aberta a 12ª Reunião da CPI da Telefonía. Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** pede Questão de Ordem: – Senhor Presidente, como o teor da Ata é do conhecimento de todos, solicito de Vossa Excelência a dispensa da leitura da mesma. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas**: – Acato a Questão de Ordem do Senhor Deputado Erci de Moraes. Coloco a Ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da reunião anterior. Senhores Deputados, esta reunião está agendada por falta de deliberação da reunião anterior, com a finalidade de ouvirmos o depoimento do Representante da CLARO - Empresa de Telefonía, aqui no Estado de Roraima e, nesse sentido, foi expedida a convocação para o Senhor **Dilson José Leal Porto**, Diretor Regional Norte da Claro, em substituição ao Senhor Rafael Ferreira de Araújo para representar a requerente e prestar depoimento a esta CPI neste dia. Como quem foi convocado por essa CPI, segundo deliberação na reunião que foi realizada para esse fim foi o Senhor Rafael Ferreira de Araújo, eu consulto os Senhores Parlamentares, se há alguma objeção para esta substituição por parte da empresa. Os Senhores Parlamentares que concordam que seja ouvido o Senhor **Dilson José Leal Porto** em substituição ao Senhor Rafael Ferreira de Araújo permaneçam como estão. Aprovado, quero informar aos Senhores que se encontra, na dependência desta Casa, neste plenário, o Diretor da Região Norte da Operadora Claro, Senhor **Dilson José Leal Porto** para prestar depoimento na sede da CPI da telefonía quanto aos serviços prestados pela operadora Claro S/A. em nosso Estado. Solicito que seja conduzido ao local de direito, neste

plenário, o Senhor **Dilson José Leal Porto**. Solicito ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** que proceda à leitura da ficha de identificação do Senhor **Dilson José Leal Porto**. O Senhor Deputado **Flamarion Portela: Dilson José Leal Porto** nasceu no dia 13 de setembro de 1971;

Registro Geral nº 1904742, CPF 756291864-34, filiação: **Edimárcio Humberto do Amorin Silva Porto e Zélia Magalhães Leal Porto**, natural de Olinda – PE, nacionalidade: brasileira, profissão: economista, casado, residente à Rua João Balbe, 297, Edifício Rio Danúbio, Apto. 2501, Nazaré, Belém – Pará. O Senhor Presidente **Coronel Chagas** - Eu quero solicitar a todos que forem se manifestar durante essa oitiva que a Ata dessa reunião será transcrita na íntegra. Informo ao Senhor **Dilson José Leal Porto** que esta reunião está sendo gravada em duas fitas cassetes: uma será usada na degradação para feita da Ata e a outra será lacrada e assinada pelos Senhores Deputados, bem como pelo Senhor **Dilson José Leal Porto**. Quero informar, também, ao Senhor **Dilson José Leal Porto** que as informações prestadas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito por Vossa Senhoria são de sua inteira responsabilidade. Qualquer informação falsa ou sua recusa em prestá-la, Vossa Senhoria poderá ser penalizado com o disposto no Código Penal Brasileiro. Solicito, pois, que o depoente preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, do que lhe for perguntado. Solicito a todos que fiquem de pé para ouvirmos o compromisso do depoente. O Senhor representante da Claro **Dilson José Leal Porto**: “Faço sob a palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado”. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas**: – Senhor Dilson, antes de passarmos ao relator e aos demais parlamentares para fazerem os questionamentos pertinentes quanto ao objeto desta CPI, quero informá-lo que a Comissão Parlamentar de Inquérito foi instalada com objetivo de apurar, como fato determinado, a responsabilidade por dano ao consumidor por conta da prestação dos serviços de telefonía pelas empresas de telefonía que atuam no Estado de Roraima, em consonância com o Artigo 24, Inciso VIII da Constituição Federal. E, para situá-lo mais sobre a questão eu vou ler apenas alguns slides, aqui, para que não haja dúvidas ao que interessa à CPI, à Assembleia Legislativa, ao povo de Roraima e ao povo brasileiro, no tocante a essa CPI. Só para conhecimento, essa CPI é composta por cinco Deputados. Sou o Presidente desta Comissão; o Vice-Presidente é o Deputado **Erci de Moraes**, que está aqui ao meu lado esquerdo; assim como membro, o Deputado **Brito Bezerra**, que neste momento está em outra audiência pública, referente ao Zoneamento Ecológico Econômico; e temos ainda, como Relator, o Deputado **Flamarion Portela**; e o Deputado **Ivo Som**, como membro. Como já falei, essa CPI tem o objetivo de investigar a responsabilidade por dano ao consumidor na prestação inadequada dos serviços de telefonía. E razão desses pontos é que a telefonía celular foi campeã de reclamações nos PROCONS do País, em 2012, em razão de: má qualidade da prestação dos serviços, carência de cobertura, queda frequente de ligações, call centers ineficientes, cobranças indevidas nas contas, tarifa elevada para ligações com interconexão, tudo isso tem levado danos ao consumidor. O que está em questão, aqui, são as relações de consumo que são cobertas pelo Código de Defesa do Consumidor, que levaram os cidadãos a procurarem os órgãos de defesa do consumidor em 2012. Em 2013 não está sendo diferente, fizeram reclamações, principalmente sobre esses seis pontos. Aqui nós temos algumas informações que, com certeza, vocês conhecem melhor esses integrantes da CPI. Em 1998, na data da privatização da TELEBRAS, o Brasil tinha 24,5 milhões de telefones, sendo 19 milhões fixos e 5,5 milhões móveis. Ou seja, nós tínhamos 14 telefones por 100 habitantes. Hoje, nós temos 140 telefones por 100 habitantes. O Brasil, hoje, tem 265 milhões de linhas. As maiores reclamações dos consumidores é a queda de ligações e a carência de cobertura. E, segundo levantamentos realizados, o Brasil, para uma hora de oito milhões e meio de quilômetros quadrados tem 55 mil antenas hora. A Itália, com apenas 300 mil, tem o mesmo número. A quantidade de antenas correta é na Itália ou no Brasil? Os Estados Unidos que têm uma área aproximada do Brasil tem cinco vezes mais antenas. Então, isso dá uma média, no Brasil, de cinco mil linhas por antenas, enquanto que no Japão são apenas setecentas linhas por antena. Os Estados Unidos são mil linhas por antenas. No tocante aos impostos da telefonía, a média mundial é de 20%. No Brasil nós temos 45% de impostos. A questão da tarifa de interconexão é uma das reclamações. O Brasil representa 40% da conta paga pelo consumidor. A média mundial dessa tarifa é de cinco centavos por minuto. E no Brasil são 40

centavos. A questão do pré-pago versus pós-pago, as leis do mercado demanda oferta. A compra à vista é mais barata. Só que na telefonia a lógica é inversa. Quando se compra à vista você paga mais caro. Então, esse é um dos pontos que, com certeza, deve ser abordado pelos colegas, membros dessa CPI. São esses os pontos principais que regem os trabalhos dessa CPI e para falar sobre isso é que Vossa Senhoria foi convocado. Neste momento passo a palavra ao Senhor representante da Claro **Dilson José Leal Porto** e logo em seguida passaremos às perguntas por parte do relator e demais membros dessa Comissão. O Senhor representante da Claro **Dilson José Leal Porto** (Depoimento anexo). Neste momento passo a palavra aos Senhores Deputados: **Flamarion Portela**, Relator da Comissão; Deputado **Erci de Moraes**, Membro; e Deputado **Ivo Som**; Membro, que farão questionamentos ao depoente, Senhor **Dilson José Leal Porto**, que trará informações de interesse desta Comissão. (Anexo ao depoimento do Senhor **Dilson José Leal Porto**.) O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Agradecemos sua postura e as informações que nos forneceu com objetividade em suas respostas. Parece-me que não houve nenhuma resposta evasiva, todas foram respondidas, demonstrando seu compromisso em contribuir para a realização desta CPI, cujo objetivo é melhorar o serviço. Nós sabemos que há muitas questões a serem debatidas, como a questão dos tributos. De cada 100 reais que o cidadão paga, 45 reais são de impostos, enquanto que em outros países correspondem a apenas 10%. Esse trabalho que estamos realizando aqui também está sendo realizado em outros Estados e o resultado disso será um diagnóstico da situação da telefonia nesses Estados, e será levado ao Governo Federal, Ministério das Comunicações, ao Congresso Nacional, buscando melhorar o serviço de telefonia e um preço mais acessível ao cidadão brasileiro. Dou por concluído o depoimento do Senhor **Dilson José Leal Porto**, agradecendo a presença de todos os senhores Deputados, dos servidores desta Comissão e também dos funcionários representantes da Claro/SA., que acompanharam o depoente **Dilson José Leal Porto**, pedindo apenas que o Senhor depoente permaneça até que seja impresso seu depoimento para que seja colhida sua assinatura. Encerro a reunião, convocando os Senhores Membros desta Comissão para se fazerem presentes à reunião do dia 02 de outubro, às 15 horas, no Plenarinho deste Poder. E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente reunião. Após o encerramento da reunião, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e encaminhada à publicação. Deputado **Coronel Chagas**
Presidente da CPI.
Deputado **Erci de Moraes**
Vice-Presidente da CPI
Deputado **Flamarion Portela**
Relator da CPI.
Deputado **Brito Bezerra**
Membro da CPI
Deputado **Ivo Som**
Membro da CPI
Aprovada em: 02/10/13

ATA DA 13ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 013/13, DENOMINADA CPI DA TELEFONIA. PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às quinze horas e vinte minutos do dia dois de outubro de dois mil e treze, no Plenarinho desta Casa Legislativa, denominado Valério Magalhães, deu-se a décima terceira Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 013/13, denominada CPI da Telefonia, sob a presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas**: – Solicito à Secretária desta Comissão que proceda à verificação de quorum. A Senhora Secretária **Márcia Brito Wanderley**: – Há quorum, Senhor Presidente. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo de Roraima, declaro aberta a 13ª Reunião da CPI da Telefonia. Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** pede Questão de Ordem: – Senhor Presidente, tendo em vista que todos os membros desta Comissão têm conhecimento do teor da Ata da reunião anterior, solicito de Vossa Excelência a dispensa da leitura da mesma. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Acato a Questão de Ordem do Senhor Deputado **Erci de Moraes**. Coloco a Ata em discussão.

Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da reunião anterior. Senhores Deputados, na Mesa dos Trabalhos nós temos correspondência da Empresa Telefônica VIVO indicando o nome do Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi**, Diretor de Relações Internacionais da Telefônica VIVO, para prestar depoimento a esta CPI quanto aos serviços prestados pelas operadoras de telefonia neste Estado, em substituição à Senhora Margarida Shuatzz. Eu pergunto se algum Deputado tem alguma objeção em relação a essa substituição? Não havendo objeção, faremos a substituição e será ouvido, então, o Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi**. Já se encontra presente nas dependências desta Casa, neste plenário, o Diretor de Relações Institucionais da Telefônica/VIVO, Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi**, para prestar depoimento na sede da CPI da Telefonia quanto aos serviços prestados pela Operadora VIVO S/A., em nosso Estado. Solicito que seja conduzido ao local de direito neste plenário, o Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi**. Neste momento, solicito ao Senhor Deputado **Flamarion Portela** que proceda à leitura da ficha de identificação do Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi**. O Senhor Deputado **Flamarion Portela**: **Enylson Flávio Martínez Camolesi**, nascido em 07/05/1963, portador da Carteira de Identidade nº 8384374, CPF 079.602.168-60, brasileiro, casado, engenheiro, natural de Votuperanga – SP, Filiação: **Eny Aymore Camolesi** e **Lizette Martínez Camolesi**, residente à Rua SQS, 11 - BL-A, Apto. 607, Brasília-DF. O Senhor Presidente **Coronel Chagas**: – Eu quero solicitar a todos os que forem se manifestar, nesta oitava, que falem ao microfone, tendo em vista que a Ata desta reunião será gravada e transcrita na íntegra. Informo ao Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi** que esta reunião está sendo gravada em duas fitas cassetes: uma será usada na degravação para feitura da Ata e a outra será lacrada e assinada pelos Senhores Deputados, bem como pelo Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi**. Quero informar, também, que além da Ata, faremos, também, o Termo de Depoimento que será feito simultaneamente ao depoimento. Ressaltando ao Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi** que as informações prestadas a esta Comissão Parlamentar de Inquérito, por Vossa Senhoria, são de sua inteira responsabilidade. Qualquer informação falsa, ou sua recusa em prestá-la, poderá ocasionar em penalidade para Vossa Senhoria, com o disposto no Código Penal Brasileiro. Solicito que o depoente preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade, do que souber e lhe for perguntado. Solicito a todos que fiquem de pé para ouvirmos o compromisso do depoente. O Representante da VIVO, Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi**: “Faço sob a palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado”. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi**, mediante “slides”, quero apresentar as razões da abertura da presente CPI da Telefonia, criada e instalada com objetivo de apurar, por fato determinado, a responsabilidade por dano ao consumidor na prestação inadequada de serviços de telefonia oferecido pelas Operadoras que atuam no Estado de Roraima, nos termos do Art. 24, inciso VIII da Constituição Federal, referente a: falta de investimento e defasagem tecnológica nos equipamentos; áreas de cobertura sem sinais ou com sinal deficiente; queda frequente de ligações telefônicas; má prestação na transmissão de dados; forma de cobrança nos cartões pré-pagos; e, por fim, a resolutividade do serviço das centrais de atendimento na solução das reclamações dos consumidores, tendo por fato determinado apurar com objetividade os danos causados ao consumidor, constantes da Resolução que a criou. Ressalto que esta CPI está composta pelos Deputados: **Coronel Chagas**, como Presidente; **Erci de Moraes**, como Vice-Presidente; **Flamarion Portela**, como Relator; e os Deputados **Ivo Som** e **Brito Bezerra**, como membros. (Apresentação de slides). O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Neste momento, passo a palavra ao Senhor representante da VIVO, Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi** e, logo em seguida, passaremos às perguntas por parte do Relator e demais membros desta comissão (Depoimento anexo). O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Neste momento, passo a palavra aos Senhores Deputados, **Flamarion Portela**, Relator da Comissão; Deputado **Erci de Moraes**, Vice-Presidente; Deputados **Ivo Som** e **Brito Bezerra**, Membros, que farão questionamentos ao depoente, Senhor **Enylson Flávio Martínez Camolesi**, que trará informações de interesse desta Comissão. (Questionamentos constantes no depoimento anexo). O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Senhoras e

Senhores, membros desta CPI; Senhor **Enylson Flávio Martinez Camolesi**, representante da Telefonia VIVO, quero agradecer a sua colaboração e as informações prestadas, que foram muito importantes para que se forme a convicção dentro desta Comissão, quanto ao relatório que nada mais é do que o diagnóstico da Telefonia deste Estado, diagnóstico esse, que, após o relator apresentar, será discutido e votado, uma vez que o resultado disso será levado a Plenário nesta Casa e, posteriormente, encaminhado à UNALE. Como foi dito, esse diagnóstico tem por finalidade verificar se comprova as denúncias, na tentativa de criarmos um novo marco regulatório das telecomunicações, no intuito final de melhorar os referidos serviços. Então, quero agradecer a sua presença e dizer que as informações que Vossa Excelência trouxe são importantes para que formemos a nossa convicção quanto a isso. E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente reunião. Após o encerramento da reunião foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros, e encaminhada à publicação.

Deputado **Coronel Chagas**

Presidente da CPI.

Deputado **Erci de Moraes**

Vice-Presidente da CPI

Deputado **Flamarion Portela**

Relator da CPI.

Deputado **Brito Bezerra**

Membro da CPI

Deputado **Ivo Som**

Membro da CPI

Aprovada em: 07/10/13

ATA DA 14ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 013/13, DENOMINADA CPI DA TELEFONIA. PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às quinze horas e vinte e cinco minutos do dia sete de outubro de dois mil e treze, no Plenarinho desta Casa Legislativa, denominado Valério Magalhães, deu-se a décima quarta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 013/13, denominada CPI da Telefonia, sob a presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Solicito à Secretária, desta Comissão, que proceda à verificação de quorum. A Senhora Secretária Márcia Brito Wanderley: – Há quorum, Senhor Presidente. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo de Roraima, declaro aberta a 14ª Reunião da CPI da Telefonia. Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado **Erci de Moraes** pede Questão de Ordem: – Senhor Presidente, como o teor da Ata é do conhecimento de todos, solicito de Vossa Excelência a dispensa da leitura da mesma. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Acato a Questão de Ordem do Senhor Deputado Erci de Moraes. Coloco a Ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da reunião anterior. Comunico aos Senhores Deputados que o Deputado **Brito Bezerra** atuará como Relator *ad hoc*, devido a ausência do Deputado Flamarion Portela. Senhores Deputados, atendendo a convocação desta Comissão, encontra-se nas dependências desta Casa a Senhora Jaqueline Pina Barra, representante Institucional da TIM Norte, para prestar informações quanto aos serviços prestados pela operadora de telefonia em nosso Estado. Solicito que seja conduzida ao Plenário desta Comissão, a Senhora Jaqueline Pina Barra. Solicito ao Senhor Relator *ad doc*, Deputado Brito Bezerra, que faça a leitura da Ficha de Identificação da Depoente. O Senhor Relator, Deputado **Brito Bezerra**, passo a ler os dados da declarante: Senhora Jaqueline Pina Barra, Executiva de relações Institucionais da TIM/Norte, brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 13453 OAB/PA, CPF 729.791.352-91, nascida em 31 de janeiro de 1983 na cidade de Belém-PA, filha de Vivaldo de Jesus Barra Júnior e Célia Aparecida Alves Pina, residente e domiciliada à Rua Samuel benchimol, 3030 – Bl 4, apt 34 – Manaus/AM. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Em primeiro lugar quero lhe desejar boas-vindas ao estado de Roraima e desde já agradecer a TIM pelo pronto atendimento dessa convocação. É nosso dever, enquanto Presidente da Comissão, informá-la que essa CPI foi instalada com objetivo de apurar, como

fato determinado, a responsabilidade por dano ao consumidor por conta da prestação dos serviços de telefonia pelas empresas de telefonia que atuam no Estado de Roraima, até porque a nossa Constituição Federal estabelece como responsabilidade concorrente da União, dos Estados e dos Municípios, o dever de fiscalizar as concessões públicas nos ambientes, em questão a telefonia. A CPI, aqui instalada, também está em outros 15 Estados da federação, isso é uma ação capitaneada pela União Nacional dos Legislativos Estaduais, haja vista que existe um pedido para instalação de CPI na Câmara dos Deputados, com número de assinaturas suficientes, com toda fundamentação legal, embora até hoje a Câmara dos Deputados e a Mesa Diretora não efetivaram, e essas demandas chegavam à Câmara dos Deputados e, evidentemente, chega à Câmara de Vereadores, que são representantes dos Municípios, aos Deputados Estaduais, enfim, através dessas e também dos órgãos de defesa do consumidor, PROCONS. Essas demandas chegaram ao Congresso, à Câmara Federal principalmente, e até hoje não se instalou. Isso, fez com que houvesse essa discussão no âmbito da UNALE, entidade que reúne todos os Deputados Estaduais, e ali se iniciou um estudo que originou a instalação simultânea em muitas Assembleias e, hoje, já são 16, me parece que em outros Estados também estão em fase de coletas de assinaturas. Antes de iniciar a oitiva, apenas para esclarecer: essa CPI é composta por cinco Deputados. Sou o Presidente desta Comissão; o vice-Presidente é o Deputado **Erci de Moraes**; o Deputado **Brito Bezerra** que é membro, nesta reunião estará atuando como Relator devido o Deputado **Flamarion Portela** está participando de outra reunião; e o Deputado **Ivo Som**, também como membro. Como já falei, essa CPI tem o objetivo de investigar a responsabilidade por dano ao consumidor e a prestação inadequada dos serviços de telefonia. E a razão desses pontos é que a telefonia celular foi a campeã de reclamações nos PROCONS do País, em 2012, devido a má qualidade da prestação dos serviços, a carência de cobertura, queda freqüente de ligações, call centers ineficientes, cobranças indevidas nas contas, tarifa elevada para ligações com interconexão, além disso, há muitas outras questões que estão relacionadas, como por exemplo: o custo mais elevado para um produto que o cidadão compra à vista, em razão daquilo que é pós-pago. Coisas que não cabem na cabeça do consumidor brasileiro. Então, o nosso objetivo, aqui, é fazer o diagnóstico como de fato estamos fazendo e, a partir daí, cobrar soluções e fazer esses encaminhamentos. O resultado desta CPI será encaminhado à UNALE e de lá chegará às mãos das autoridades de diversos Poderes para que se encaminhem soluções e a gente tenha uma comunicação de qualidade. Quero informar a todos que forem fazer perguntas, assim como à Senhora ao responder aos questionamentos, que falem sempre ao microfone porque a Ata desta Reunião será transcrita na íntegra. Informo, ainda, que estará sendo gravada em duas fitas cassete: uma será usada na degravação para feitura da Ata e a outra será lacrada e assinada pelos Senhores Parlamentares, bem como pela Senhora. Além da Ata, teremos ainda o seu termo de depoimento. Então, cada pergunta que for feita, a Senhora terá que falar de forma tranquila e pausada, porque está sendo digitada, para que, ao término do seu depoimento, a Senhora possa assiná-lo, após a devida leitura. Quero também informar à Senhora **Jaqueline Pina Barra** que as informações prestadas a essa Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Telefonia, por Vossa Senhoria, são de sua inteira responsabilidade. Qualquer informação falsa ou sua recusa em prestá-la, Vossa Senhoria poderá ser penalizada com o disposto do Código Penal Brasileiro, observados, com certeza, os seus direitos constitucionais. Solicito à Depoente que preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade do que lhe for perguntado. Solicito a todos para que, de pé, ouçamos o compromisso do depoente. A Senhora Representante da TIM, Senhora **Jaqueline Pina Barra**: “Faço sob a palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado”. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – Neste momento passo a palavra aos Senhores Deputados, **Brito Bezerra**, Relator da Comissão; Deputado **Erci de Moraes**, Vice-presidente; e ao Deputado **Ivo Som**, Membro, que farão questionamentos à depoente, que trará informações de interesse desta Comissão. (Depoimento anexo). O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas**: – As perguntas que tinha foram feitas pelos meus colegas, acho que alcançamos o objetivo, e ficamos aguardando as questões que ficaram pendentes, e até o dia 05 de novembro nós gostaríamos de receber essas informações. Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira fazer mais alguma consideração. E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos, Senhores Deputados, Senhora Jaqueline, equipe técnica, servidores desta Comissão, e dou por encerrada a presente reunião.

Deputado **Coronel Chagas**
 Presidente da CPI.
 Deputado **Erci de Moraes**
 Vice-Presidente da CPI
 Deputado **Flamarion Portela**
 Relator da CPI.
 Deputado **Brito Bezerra**
 Membro da CPI
 Deputado **Ivo Som**
 Membro da CPI
 Aprovada em: 08/10/13

ATA DA 15ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO, CRIADA ATRAVÉS DA RESOLUÇÃO Nº 013/13, DENOMINADA CPI DA TELEFONIA. PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às dezesseis horas do dia oito de outubro de dois mil e treze, no Plenarinho desta Casa Legislativa, denominado Valério Magalhães, deu-se a décima quinta Reunião Ordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através da Resolução nº 013/13, denominada CPI da Telefonia, sob a presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas** – Solicito à Secretária desta Comissão, que proceda à verificação de quorum. A Senhora Secretária Márcia Brito Wanderley – Há quorum, Senhor Presidente. O Senhor Presidente, Deputado **Coronel Chagas** – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo de Roraima, declaro aberta a 15ª Reunião da CPI da Telefonia. Solicito à Senhora Secretária que proceda à leitura da Ata da reunião anterior. O Senhor Deputado Flamarion Portela pede Questão de Ordem – Senhor Presidente, como o teor da Ata é do conhecimento de todos, solicito de Vossa Excelência a dispensa da leitura da mesma. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas** – Acato a Questão de Ordem do Senhor Deputado **Flamarion Portela**. Coloco a Ata em discussão. Não havendo quem queira discuti-la, coloco-a em votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão. Dou por aprovada a Ata da reunião anterior. Senhores Deputados, esta reunião foi definida em reunião anterior desta Comissão com a finalidade de ouvirmos o depoimento do Representante da ANATEL, e nesse sentido foi expedida a convocação para o Senhor **Fabício Oliveira Leopoldo Katavazis Neves**, Gerente Regional da ANATEL no Estado do Amazonas, cuja competência abrange as atividades da unidade operacional da ANATEL em Roraima. E, hoje recebemos um ofício da ANATEL endereçada a esta CPI da telefonia, que vou fazer a leitura e em seguida deveremos deliberar sobre o assunto. OF da ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações, nº 441/2013 PFEPR/ANATEL de 04 de outubro/2013, à Vossa Excelência Senhor Deputado Erci de Moraes – Vice-Presidente da CPI da Telefonia da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, Boa Vista – RR, assunto: Referência ao OF nº 329/2013, 2ª convocação para o representante da ANATEL, tendo em vista que o mesmo não compareceu à primeira convocação por problemas de saúde e a Comissão deliberou por uma nova convocação. Pois bem, a resposta a esta segunda convocação está nos seguintes termos: Referimo-nos a ofício nº 329/2013, de 26 de setembro 2013, protocolado na ANATEL sob o nº 53587000368/2013, por meio do qual Vossa Excelência convida o Gerente da Unidade Operacional da ANATEL em Roraima Iran Luiz B. de Albuquerque, a participar da reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, criada com o objetivo de apurar como fato determinado a responsabilidade por danos ao consumidor na prestação inadequada dos serviços de telefonia oferecidos pelas operadoras que atuam no Estado de Roraima. Em demonstração do espírito de colaboração que anima esta empresa, informamos que o Senhor **Fabício Oliveira Leopoldo Katavazis Neves**, Gerente Regional da ANATEL no Estado do Amazonas, cuja competência abrange as atividades da unidade operacional da ANATEL em Roraima, aceitará comparecer a reunião marcada pela CPI da Telefonia, agendada para o dia oito de outubro de dois mil e treze, na condição de convidado, representante do item regulador federal que possui competência constitucional exclusiva para disciplinar a prestação dos serviços de telecomunicações em todo o território nacional, atenciosamente, **João Batista de Rezende – Presidente da ANATEL** e **Victor Epitácio Cravo Teixeira – Procurador Geral da ANATEL**. Então, Senhores Deputados, esse é o expediente que temos em mesa e coloco em discussão. O Senhor Deputado Erci de Moraes – Senhor Presidente, tomando conhecimento do expediente e levando-se em conta, primeiro, que o que estamos

abordando no foco da CPI, é um possível prejuízo para o consumidor e nisso eu não vejo exclusividade, é legislação concorrente, os Estados podem se manifestar. Segundo, aos demais depoentes que foram convidados, todos foram na condição de convocados, então, nós estaríamos abrindo um precedente que não acho que seja a melhor forma de se chegar a um bom resultado, se nós estivéssemos fazendo o contrário, convidado aos demais e agora convocado, poderia parecer que estaríamos insistindo demasiadamente, mas, o tratamento está sendo unânime a todos que o precederam. Então, opino para manter a convocação. O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, eu me amparo, concordo e me posiciono da mesma forma que o Deputado Erci de Moraes, também faço a opção pela convocação e não pelo convite. O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, senhores Deputados membros da Comissão, colaboradores da Casa, imprensa, lamento o posicionamento da ANATEL, tendo em vista ser uma instituição pública que deveria prestar aqui um depoimento com o compromisso de falar a verdade e contribuir para que a CPI desse Estado pudesse de maneira efetiva com a contribuição da ANATEL e de seu representante, contribuir com o novo marco regulatório que está sendo construído no Congresso Nacional. Os demais que aqui vieram, foram todos convocados, com exceção de um juiz, mas mesmo assim o Dr. Rodrigo Furlan prestou aqui os votos de falar a verdade e contribuiu e muito com esta CPI, portanto, eu também voto pela convocação tendo em vista que a instituição é pública e tem o dever de proteger a sociedade, a todos os usuários e contribuir para que aja uma melhor prestação de serviços das operadoras de todo o País. O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, senhoras e senhores aqui presentes, assessoria, representante da ANATEL, imprensa. Não poderia ser diferente, senhor Presidente acompanho a unanimidade dos Deputados e o voto do Relator, até porque as demais empresas vieram como convocados. O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas – O objetivo desta CPI é realizar um diagnóstico da telefonia no nosso Estado, como está sendo feito em dezesseis Estados, visando levantar a situação daquilo que se confirma e se verifica nas ruas, nas redes sociais da insatisfação do consumidor face aos serviços prestados pelas empresas que têm concessões para atuarem na telefonia móvel, fixa e internet neste Estado. E como falaram os demais Deputados, todos os que aqui vieram e todos prestaram o compromisso de dizer a verdade e não vemos por que a preocupação da ANATEL em não permitir que os seus representantes venham prestar seu testemunho, uma vez que estamos apurando danos ao consumidor. Então, diante do Regimento Interno aqui, este Requerimento terá que ir para votação, o que não precisaria mais nem ser feito. Em votação o Requerimento de substituição da convocação para que o depoimento transcorra com o depoente na condição de convidado. Os Deputados que concordarem com a permanência do termo convocação permaneçam como estão. Dou por rejeitado o requerimento da ANATEL, solicitando a substituição do termo convocação para convidado. Nós estamos aqui na presença do Senhor **Fabício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves**, que é gerente regional da ANATEL no Estado do Amazonas, que foi indicado para ser ouvido aqui na condição de convocado. Vossa Senhoria está acompanhando essa reunião e o pedido conforme feito foi colocado em discussão, em votação e essa Comissão deliberou pela não mudança na condição do seu depoimento, então, nós o ouviremos na condição de convocado, devendo prestar o compromisso de dizer a verdade e somente nesta condição é que poderemos fazê-lo, em razão da deliberação e da votação. Então, Solicito à Senhora Secretária da Comissão que conduza ao plenário, o Senhor **Fabício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves**. Solicito ao Senhor Deputado **Flamarion Portela**, relator desta CPI que proceda à leitura da ficha de identificação do Senhor **Fabício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves**. O Senhor Deputado **Flamarion Portela** – **Fabício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves**, Gerente Regional da ANATEL nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, brasileiro, casado, profissão de servidor público, portador da Carteira de Identidade nº 1201707 SSP/DF, C.P.F. 605.572.811-72, nascido no dia 22/06/73 na cidade de Manaus-AM, filho de Cyrillo Leopoldo Carvalho da Silva Neves e Anna Maria de Oliveira da Silva Neves, residente e domiciliado a Rua Borba, 698 – Cachoeirinha-Manaus-AM, que se fazia acompanhar da Srª **Dra. Helena Marie Fish Galiano**, Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal no Estado de Roraima e do Sr. **Abílio José Neto de Monção**, Substituto eventual na Gerência da Unidade Operacional da ANATEL/RR a fim de prestar depoimento na qualidade de representante legal da Agência Nacional de Telecomunicações – ANATEL. O Senhor

Presidente Coronel Chagas – Quero informar a todos que forem fazer perguntas, assim como ao Senhor depoente que ao responder aos questionamentos, fale sempre ao microfone porque a Ata desta Reunião será transcrita na íntegra. Informo ainda que esta sessão será gravada em duas fitas cassete, uma será usada para degravação na feita da Ata e a outra será lacrada e assinada pelos Senhores Parlamentares, bem como, pelo depoente. Além da Ata, teremos ainda o seu termo de depoimento. Então, cada pergunta que for feita, o Senhor terá que falar de forma tranqüila e pausada, porque está sendo digitada e ao termino do seu depoimento o Senhor possa assiná-lo, após a devida leitura do seu depoimento. Informo também ao senhor depoente Fabrício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves, que as informações prestadas a essa Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI da Telefonia, por Vossa Senhoria, são de sua inteira responsabilidade. Qualquer informação falsa ou sua recusa em prestá-la, Vossa Senhoria poderá ser penalizado com o disposto no Código Penal Brasileiro, observado com certeza os seus direitos constitucionais. Solicito ao Depoente que preste o compromisso de dizer a verdade, somente a verdade do que lhe for perguntado. Solicito a todos para, de pé, ouvirmos o compromisso do depoente. O Senhor Representante da ANATEL, Senhor **Fabrício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves** - “Faço sob a palavra de honra a promessa de dizer a verdade do que souber e do que me for perguntado”. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas** – Senhor Depoente, antes de darmos início ao seu depoimento, vamos passar-lhe algumas informações para que o senhor se situe quanto ao objeto destas CPI e entenda o porquê da sua convocação. Essa CPI é composta por cinco Deputados. Sou o Presidente desta Comissão, vice-Presidente, Deputado **Erci de Moraes**, Relator o Deputado **Flamarion Portela**, Deputado **Brito Bezerra** e Deputado **Ivo Som** como membros. É nosso dever enquanto Presidente da Comissão, informá-lo que essa CPI foi instalada com objetivo de apurar como fato determinado a responsabilidade por dano ao consumidor por conta da prestação dos serviços de telefonia pelas empresas de telefonia que atuam no Estado de Roraima, até porque a nossa Constituição Federal estabelece com responsabilidade concorrente da União dos Estados e dos Municípios, o dever de fiscalizar as concessões públicas nos ambientes, a questão da telefonia. A CPI aqui instalada também está em outros 15 Estados da federação, isso é uma ação capitaneada pela União Nacional dos Legislativos Estaduais, haja vista, que existe um pedido para instalação de CPI na Câmara dos Deputados com número de assinaturas suficientes, com toda fundamentação legal, e até hoje a Câmara dos Deputados, a Mesa Diretora não efetivou, e essas demandas chegavam à Câmara dos Deputados e evidentemente chega à Câmara de Vereadores quer são representantes dos Municípios, aos Deputados Estaduais, enfim, através dessas e também dos órgãos de defesa do consumidor, PROCONs. Essas demandas chegaram ao Congresso, na Câmara Federal principalmente e até hoje não se instalou. Isso, fez com que houvesse essa discussão no âmbito da UNALE, que é uma entidade que reuni todos os Deputados Estaduais e ali se iniciou um estudo e aí veio a instalação simultânea em muitas Assembleias e hoje já são 16, me parece que em outros Estados também estão em fase de coletas de assinaturas. Neste momento passo a palavra aos Senhores Deputados, **Erci de Moraes**, Vice-Presidente, **Flamarion Portela**, Relator da Comissão, Deputado **Brito Bezerra** e Deputado **Ivo Som**, Membros, que farão questionamentos ao depoente. O Senhor **Fabrício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves** que trará informações de interesse desta Comissão. (Depoimento abaixo).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI
 (Criada nos termos das Resoluções de nºs 013 e 14 /13 de -
 Publicada no Diário Oficial nº1554 de 12 de abril de 2013

TERMO DE DEPOIMENTO

Aos oito dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no auditório Deputado Valério Magalhães (Plenarinho), por volta das dezesseis horas, compareceu o Sr. Fabrício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves, Gerente Regional da ANATEL nos Estados do Amazonas, Acre, Rondônia e Roraima, brasileiro, casado, profissão de servidor público, portador da Carteira de Identidade nº 1201707 SSP/DF, C.P.F. 605.572.811-72, nascido no dia 22/06/73 na cidade de Manaus-AM, filho de Cyrillo Leopoldo Carvalho da Silva Neves e Anna Maria de Oliveira da Silva Neves, residente e domiciliado a Rua Borba, 698 – Cachoeirinha-Manaus-AM que se fazia acompanhar da Srª Helena Marie Fish Galiano, Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal no Estado de Roraima e do Sr. Abilio José Neto de Monção, Substituto eventual na Gerencia da

Unidade Operacional da ANATEL/RR a fim de prestar depoimento na qualidade de representante legal da Agencia Nacional de Telecomunicações - ANATEL, onde encontravam-se os Senhores Deputados Estaduais membros da **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI**, sendo: **Deputado Coronel Chagas** - Presidente da Comissão, **Deputado Erci de Moraes** - Vice-Presidente, **Deputado Flamarion Portela** - Relator, **Deputado Brito Bezerra** – Membro e **Deputado Ivo Som** – Membro. E, ainda nas presenças dos Senhores, **Dr. Marcelo Bruno Gentil Campos OAB nº 333-A**, **Bruna Carolina Santos Gonçalves - OAB/RR nº 801** e **Drª Anna Carolina Carvalho de Souza - OAB 544** - Consultores Jurídicos deste Poder Legislativo. O Senhor **Deputado Coronel Chagas**, Presidente da Comissão, retro dita, iniciando os trabalhos, solicitou ao Senhor Deputado Relator que fizesse a leitura da Ficha de Identificação do Depoente, constante supra, o que foi feito. Esclareceu ao depoente da responsabilidade do mesmo nas informações a serem prestadas à Comissão, informando-o que qualquer informação falsa, ou a recusa do mesmo em prestá-la poderá ser penalizado com o disposto no Código Penal Brasileiro, ressalvado os direitos constitucionais aplicados ao ato, solicitando que o depoente preste o compromisso formal de dizer a verdade do que souber e do que lhe for perguntado. Sendo feito o compromisso pelo depoente. Ato contínuo, o Senhor Presidente informou, mediante a projeção de “slides”, ao depoente as razões da abertura da presente CPI da Telefonia, criada e instalada com objetivo de apurar, por fato determinado, a responsabilidade por dano ao consumidor na prestação inadequada de serviço de telefonia oferecido pelas Operadoras que atuam no Estado de Roraima nos termos do Art. 24, inciso VIII da Constituição Federal. Que a telefonia celular foi campeã de reclamações nos PROCON’s do país em 2012 e se for agregado às reclamações referente a internet e a telefonia fixa aumenta ainda mais os percentuais de reclamações o setor de telecomunicações como um todo, principalmente por seis pontos entre outros: a má qualidade na prestação dos serviços; a carência de cobertura; queda frequente de ligações; call Center’s ineficientes; cobranças indevidas nas contas e tarifas elevadas com ligações com interconexão. Que esses seis pontos elevam os percentuais de reclamações da telefonia nos PROCON’s. Que com a privatização da telefonia de 1998 a 2013 temos os seguintes dados: Na data de privatização da Telebras o Brasil tinha em torno de 14 telefones para cada 100 habitantes, hoje temos 140 por habitante, então houve um avanço considerável, um salto de 1.000% em quinze anos. Que temos 260 milhões de linhas celulares no Brasil, ocupando o 4º maior mercado no mundo. Que no tocante a internet teve um saldo de 1994 até hoje que são 110 milhões com a expectativa de chegar a 180 milhões em 2016. Que a banda larga no Brasil em julho de 2013, banda larga móvel 3G 99,2 milhões. Que o Brasil com 8,5 milhões de quilômetros quadrados de área tem 55 mil antenas, são dados do primeiro semestre e a Itália que tem uma área com menos de 5% que a nossa, tem o mesmo número de antenas. Os Estados Unidos tem 275 mil com uma área um pouco maior que a do Brasil. Que há uma discrepância nisso. Por que não temos mais antenas no Brasil? Temos uma população em uma área que, em termos de mercado, é 4º maior do mundo e temos apenas 55 mil antenas, dessa forma o Brasil tem em torno de 5 mil linhas por antena, enquanto que nos Estados Unidos é de mil linhas por antena, sendo já um número elevado. Que os países de ponta onde a telecomunicação funciona realmente a telefonia, têm menos de 500 linhas por antena, dessa forma temos 10 vezes mais linhas por antena no Brasil. Que a média mundial de imposto na telefonia é de 20% e no Brasil é de 45%. Que hoje no Brasil o minuto de ligação é o mais caro, sendo o segundo colocado com 0,45 centavos por minuto. Que referente à tarifa de interconexão cobrada quando a ligação é realizada de uma operadora para outra, representando 40% da conta paga pelo consumidor e a média mundial dessa tarifa é de 5 centavos por minutos e aqui é de 0,40 centavos, contribuindo para elevar a tarifa de telefonia móvel brasileira que é a segunda mais cara do mundo. Outro ponto é a questão da portabilidade que confunde o consumidor. Que o consumidor tem um número de celular de um conhecido ou precisa fazer um contato com alguém, sendo o seu telefone da VIVO e o numero parece ser da mesma operadora mais em razão da portabilidade esse número foi para a TIM, sendo que ele está ligando de um telefone pré-pago achando que esta ligando para a mesma operadora onde não vai consumir praticamente nada do seu crédito, entretanto, em razão da portabilidade, os créditos dele são consumidos e ele achando que esta ligando dentro de um pacote de promoções daquela operadora, o que fazer? Será que não existe um recurso tecnológico para informar que

aquela ligação que está sendo feita não é para a mesma operadora dele? Que acredita existir recurso tecnológico para isso, podendo o depoente trazer essa informação. Que outra questão que a ANATEL poderia atuar é no tocante ao pré-pago versus pós-pago. Que o celular pré-pago (cartão) representa hoje em nosso país 82% das linhas, que apesar de ser pago à vista é mais caro que o pós-pago, sendo que o consumidor não tem nenhum mecanismo de controle do gasto de seus créditos. Que acredita ser o único caso nas relações comerciais em que pagar à vista, sai mais caro. A quem cabe defender o usuário? A ANATEL o Ministério das Telecomunicações, o Ministério Público, a Justiça, os PROCON's, o Congresso, os políticos em geral, o usuário precisa aprender a defender-se? Acredita que sim, pois ao se verificar as reclamações nos órgãos de defesa do consumidor, os números são pequenos, mais as reclamações são constantes em todos os locais. Que as redes sociais abrem um novo local de defesa dos usuários. Que o primeiro órgão nessa defesa é a ANATEL, que tem a missão constitucional de fazer essa defesa. Por que a ANATEL não fiscaliza com rigor? Por que faltam na agência três condições básicas: recursos orçamentários, infra-estrutura tecnológica e profissionais capacitados e em números adequados para fiscalizar o país com as dimensões do Brasil. Que o depoente poderá contrapor ou confirma essas afirmativas. Que outro ponto que preocupa muito o consumidor é que os tributos pagos pelos usuários correspondem em média 44% (ICMS, PIS e PASEP). Que informações e dados dizem que 483 bilhões foram pagos nas contas de telefones de 2000 a 2012, sendo em volume 320% maior que nos 13 anos anteriores. Que os 61 bilhões arrecadados no ano de 2012 equivaliam a 47% da receita líquida do setor e 500% do lucro líquido das operadoras. Que no ano 2000 equivaliam a 34% da receita líquida. Que até julho de 2013 um crescimento de 9% sobre o mesmo período do ano anterior, ou seja, a telefonia cresce a mais de 5% ao ano. Que o Brasil cobra os maiores impostos do mundo nas telecomunicações, sendo que os países emergentes cobram em média 15%. Que o Brasil não investe em telecomunicações, pelo contrário, confisca seus fundos e retira o máximo do setor sobre a forma de tributos. É possível baixar o ICMS sem afetar o Estado? Sim. Uma estratégia viável de redução de ICMS seria uma redução progressiva de 5 pontos percentuais ao ano, até alcançar o limite inferior a 15% e essa redução não vai prejudicar os Estados, pois a telefonia, como já visto, se expande a mais de 5% ao ano. Que em telecomunicação o governo federal não investe, só tributa e confisca. Que desde o ano 2000 o governo federal tem confiscado mais de 90% dos recursos dos três fundos setoriais (FUST, FISTEL e FUNTEL) foram 62 bilhões confiscados dos fundos setoriais nos últimos treze anos, montantes lançados na vala comum do superávit fiscal. Que se o Brasil tivesse aplicado no setor o total desses recursos de telecomunicações como determina a Lei em projetos de banda larga no modelo das parcerias público-privado o Brasil poderia ter construído uma das maiores e mais modernas infra-estrutura de internet de alta velocidade do mundo, integrando todas as escolas e hospitais do país, inclusive de telecomunicações rurais até nas regiões mais carente no país, além de reduzir os custos dos serviços. Informando que 17 Estados da Federação estão realizando a CPI da telefonia. Que o trabalho da CPI busca identificar os problemas e buscar soluções a três pontos: precisamos de um serviço de melhor qualidade, precisamos de um marco regulatório favorável ao cidadão brasileiro e de uma conta menos salgada. Esclarecendo que o objetivo da CPI é de fazer o diagnóstico da telefonia em Roraima. Nesse momento o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Relator, **Deputado Flamarion Portela** que inicialmente agradeceu a presença de todos e informou que o depoente pode consultar sua assessoria quando entender necessário. PERGUNTADO quanto tempo desempenha a função de Gerente Regional responsável pelos Estados do Amazonas, Rondônia Acre e Roraima. RESPONDEU que desde novembro do ano de 2012. PERGUNTADO qual o papel do depoente na estrutura da ANATEL e qual o seu poder de decisão dentro no órgão vinculado a sua gerência. RESPONDEU que em maio deste ano a ANATEL passou por uma reestruturação interna e nessa reestruturação, foi feita uma readaptação para melhor atender a sociedade, pois antigamente a estrutura da ANATEL era dividida por serviços e então havia uma superintendência para o serviço móvel, uma para serviço privado, uma para o serviço público, outra para comunicação em massa e agora foi realizada uma mudança que agora nós respondemos por processos. Então o processo de controle de obrigações, virou uma superintendência, o processo de relação com o consumidor virou uma superintendência, o processo de fiscalização virou uma superintendência, então são 8 (oito) superintendências que

atuam em cada área, em cada processo finalístico da ANATEL. Que estar ligado a Superintendência de Fiscalização. Que os limites de sua atuação como Gerente Regional de Fiscalização dos Estados do Amazonas Acre e Rondônia é administrar as demandas de Brasília sobre fiscalização. Que as fiscalizações são estabelecidas em dois planos: o Plano nacional de fiscalização e o plano anual de fiscalização. Que o conselho diretor da Agencia Nacional de Telecomunicações define as prioridades de fiscalização para aquele ano ou período e, a partir daí, é feito um plano operacional que diz quantas horas de fiscalização cada serviço de telecomunicações será despendido, dentro desse plano operacional, desse plano de fiscalização é definido quantas horas de fiscalização serão gastas com telefonia móvel, quantas serão com telefonia fixa, quantas horas serão gasta com serviço de comunicação multimídia. Que basicamente é um executor e que dentro da estrutura, dentro das competências legais, o depoente dá suporte às atividades de fiscalização. Que, por exemplo, ao chegar um requerimento de qualquer órgão público solicitando uma fiscalização, o depoente faz o encaminhamento para Brasília dessa demanda para a superintendência responsável, que fará a análise e especificará uma atividade de fiscalização, se for o caso, e devolverá ao escritório regional (GR 11) responsável por toda a Amazônia Ocidental e, a partir daí, é disponibilizado todos os recursos necessários para a realização dessa atividade. PERGUNTADO qual o papel da ANATEL no sistema de telecomunicação e como atua efetivamente em relação às empresas, que são as prestadoras de serviço para a comunidade, quando as demandas de reclamações chegam ao órgão. RESPONDEU que o órgão tem uma ouvidoria que faz uma análise crítica em relação à atuação da Agência. Que o ouvidor é nomeado pelo presidente da república e é independente em relação à Agência e não é subordinado ao conselho diretor da ANATEL e participa de qualquer reunião do conselho diretor e tem acesso a qualquer documento interno da Agência. Que o ouvidor faz uma análise crítica anualmente é realizado um relatório das atividades da Agência como um todo e submete a ouvidoria que, inclusive, é enviado ao Congresso Nacional. Que esse ouvidor eventualmente atua nas reclamações dos usuários, mas atualmente quem cuida desse serviço é a Superintendência de Relações com o Usuário, que é voltada para a solução de problemas com o usuário e hoje tem a dr^a Elisa. Que essa Superintendência tem um Call Center (133) onde qualquer cidadão pode ligar e a orientação é que o cidadão entre em contato primeiramente com o Call Center da prestadora do serviço e essa prestadora de serviço vai dar um número de protocolo e buscar a solução do problema. Que caso esse problema não seja solucionado, com o número de protocolo fornecido, o cidadão pode reclamar diretamente no Call Center da ANATEL e a empresa tem um prazo de 5 dias para apresentar uma solução para o problema. PERGUNTADO se o depoente acha que a ANATEL cumpre o seu papel com eficiência. RESPONDEU que ANATEL tem as ferramentas para isso e exerce efetivamente a fiscalização, exerce o sancionamento e exerce o "inforseman" que é a busca para que a empresa cumpra as obrigações assumidas perante a ANATEL. Que temos várias ações, controlamos vários indicadores de qualidade, criamos a Superintendência de Relações com os Usuários para ter um contato mais próximo com o consumidor e entender a demanda da sociedade e tentar responder com cada vez mais eficiência. PERGUNTADO se ao contratar 10 megas de internet fixa e a operadora entregar 2 megas dos 10 comprados ela estar dentro da legislação da ANATEL, por que a ANATEL não se esforça para construir uma solução mais eficiente para esse exemplo específico e, alongando ainda mais, da mesma forma na telefonia móvel qualquer cidade se ela cobrir 80% ela esta cumprindo a legislação, por que a ANATEL, enquanto agência reguladora, não busca a efficientização do sistema no sentido de atender a contento o usuário. RESPONDEU que a ANATEL fez recentemente um trabalho nesse sentido de medição de qualidade da banda larga e tem acompanhado essa questão da qualidade de banda larga, telefonia fixa e telefonia móvel. Que está, junto com a sociedade, em processo de aprendizagem. Que o clamor social esta sendo internalizado na Agência, que está buscando meios mais efetivos de satisfazer os anseios sociais e melhorar a qualidade dos serviços, principalmente a qualidade percebida pelo usuário. PERGUNTADO quanto ao sentimento comum dentre as CPIs instaladas nos diversos Estados de que a Agência Nacional de Telecomunicações tem uma legislação frouxa, que é leniente, que estar mais a serviço das empresas que compõe o sistema do que a serviço da eficiência e do próprio consumidor se o depoente concorda com isso ou contesta. RESPONDEU que não pode dar a sua opinião como cidadão já que representa a Agência. Que as ferramentas existem

e são aplicadas, existindo diversas razões que levam a essa percepção que não se estar fazendo nada. Exemplo disso é que como é público e notório a ANATEL já aplicou milhares de processos administrativos contra as empresas. Que já aplicou muitas bilionárias, pois, as multas já passaram a casa do bilhão. Que a Agência tem dificuldades, como todo órgão público, como toda administração pública em geral, com a burocracia, pois, que se instrui o processo administrativo, aplica a sanção, garantindo o direito de defesa que é constitucionalmente previsto, as concessionárias recorrem, utilizam de todos os meios legais e depois, ainda tem os prazos legais de cobrança. Que quando chegam à cobrança, as empresas, ainda tem o direito de recorrer judicialmente que é uma garantia constitucional. Que acha que muito da sensação de impunidade que se tem que a ANATEL não atua é com relação à própria dinâmica do setor. PERGUNTADO no que diz respeito à portabilidade, qual a dificuldade tecnológica das operadoras, coordenado pena ANATEL, em avisar o cidadão que ele está ligando para um telefone diferente da operadora que pertence a sua linha para que seus créditos não acabem rapidamente com essa ligação para outra operadora sem que ele saiba. RESPONDEU que tecnicamente não sabe informar. Que no geral todos esses padrões técnicos, a numeração é uma delas, são acordos internacionais e há uma convergência muito grande entre os organismos internacionais, pois que na telefonia você ao pegar um telefone tem que falar com qualquer lugar no mundo, então existem padrões muito rígidos de sinalização de rede, da parte de padronização de sinais e o depoente não sabe avaliar e não poderia dizer aqui e orienta que seja encaminhado para a ANATEL em Brasília um pedido de esclarecimento que a área competente poderia explicar tecnicamente porque sim ou não dessa possibilidade. Que não poderia dar essa resposta aqui. PERGUNTADO conforme foi informado no Japão nós temos 400 linhas por sites/torres, na Espanha nós temos 460 linhas por sites/torres, nos Estados Unidos nós temos 1.000 linhas por sites/torres e no Brasil nós temos 5.000 linhas por sites/torres, se nós estamos neste contexto dos acordos internacionais, por que essa desproporcionalidade de um equipamento que torna o sistema mais eficiente. RESPONDEU que a quantidade de assinantes por torre não é um parâmetro técnico, é um índice de comparação, porque vai depender de vários fatores, inclusive o depoente não tem como avaliar, por exemplo, quando se fala de serviço móvel pessoal, pode-se estar falando de várias tecnologias, como uma tecnologia 2G, tecnologia 3G, uma tecnologia 4G, então tem o número de usuários que estão ligados a rede 2G, tem o número de usuários que acessam a rede 2G e a rede 3G e brevemente vão existir usuário na rede 4G e às vezes a Atena/torre é compartilhada, então é muito difícil falar em termos comparativos, mesmo porque são realidades que o depoente desconhece. Que, por ser técnico, escuta que no Japão, escuta que em outros lugares tem antenas, mas são questões diversas que interfere no número de antenas necessárias para o atendimento dentro de cada local, depende da tecnologia utilizada, que não sabe se nessas antenas estão contando só células ou se estão contando ERB's, que não sabe se a área que está sendo atendida é favorável ou não favorável para o atendimento, então existem uma série de coisas, de fatores que interferem no cálculo para se falar que uma antena atende tantos usuários, por exemplo. Que é muito difícil. Que existem critérios técnicos de qualidade, na verdade, temos indicadores de qualidade onde é verificado o nível de chamada completada, as conexões feitas, as perdas de rede, então esses critérios técnicos são acompanhados e não necessariamente a quantidade de usuários por torre, mas pelo número que o depoente viu, em Roraima esta abaixo dos 5 mil. Que também tem se ver o seguinte, é tão difícil de se avaliar que, por exemplo, temos uma característica do serviço móvel pessoal que quase 80% e as vezes mais de 80% dos telefones são pré-pagos e não necessariamente estão ativos na rede, só usam mais pra receber, claro que eles ocupam a rede em bem grande número, então o depoente não sabe em que medida simplesmente falar a quantidade de usuários por torre é um índice de eficiência ou não do serviço. PERGUNTADO quantos funcionários a ANATEL tem aqui no Estado de Roraima. RESPONDEU que em Roraima o quadro esta completo sendo 8 servidores sendo esse numero suficiente para as necessidade de fiscalização na região de Roraima. Que tem serviços terceirizados, agora o numero exato de contratados o depoente não sabe informa. Que são serviços de apoio a atividade de fiscalização, apoio a administração, coperagem, motoristas. Que existem, mas não sabe dizer o numero hoje, mas que poderá encaminhar depois para a Comissão. PERGUNTADO se existe uma infra-estrutura de mobilidade para atender esses 8 (oito) servidores que trabalham na fiscalização, se ela é suficiente para a eficiência do

sistema para deslocar uma equipe para Pacaraima, por exemplo, e outra equipe para o Caroebe. RESPONDEU que sim sem problema nenhum. Que em Roraima, apesar da localização geográfica isolada, tem uma geografia bem favorável à fiscalização, sendo bem servida de estradas, diferentemente do Amazonas e do Acre onde agente depende dos rios para se deslocar e dos regimes de cheias e de vazantes, em Roraima, praticamente, todas as atividades de fiscalização podem ser realizadas por carro, praticamente em todo ano e em todo o Estado. Ao continuo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor **Deputado Erci de Moraes** - Vice-Presidente que inicialmente agradeceu a todos e ao depoente pela presença e PERGUNTADO por que as multas aplicadas nas Operadoras pela ANATEL por prestação de serviço insuficiente ao usuário são derrubadas na justiça. RESPONDEU que responderá dividindo a pergunta em duas. A primícia não é verdadeira, pois não sabe se em via de regra as multas são derrubadas na justiça, pelo contrário, a notícia que o depoente tem, podendo confirmar com a AGU em Brasília, é que se tem conseguido sucesso na cobrança das multas via judicial, então é uma exceção ou outra que houve algum erro material ou alguma irregularidade na fiscalização, as multas são confirmadas no judiciário, mas claro que com a morosidade conhecida do judiciário, às vezes demora muito tempo para que essa multa seja confirmada. Na continuidade dos trabalhos o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor **Deputado Brito Bezerra** que saudou inicialmente a todos, parabenizou e agradeceu ao depoente a colaboração em prestar as informações para o benefício do público e PERGUNTOU se o depoente sabe que uma operadora de telefonia desse Estado já passou quinze dias sem que os clientes tivessem acesso a rede no município de Amajari. RESPONDEU que não sabe exatamente qual foi o caso, mas tomou conhecimento que teve uma interrupção grande aqui no Estado, não sabe se exatamente essa que está sendo referenciada. PERGUNTADO que nos municípios de São Luis do Anauá, São João do Baliza, Caroebe e Rorainópolis, são municípios da região sul do Estado e os usuários das redes de telefonia encontram dificuldades para fazer ligações, bem como, há congestionamento frequentes nas redes e se surgir um nevoeiro não funciona a telefonia, o depoente e a ANATEL tem conhecimento que o sul do Estado passa por esse tipo de situação. RESPONDEU que as empresa com relação à interrupção tem algumas obrigações, elas informam a Brasília, via sistema. Que Brasília toma conhecimento e analisa os casos porque ocorrem as interrupções, causadas por acidentes, por condições meteorológicas e nem toda interrupção é considerada descontinuidade do serviço. Que teria que ver qual foi o problema, não conhece o caso específico. Que a qualidade do sinal sofre várias interferências como as condições climáticas, por exemplo. Que numa situação hipotética uma antena estaria iluminando um vale, então no vale existiriam vários lugares em que a rádio frequência não chega, por que a emissão da rádio frequência não é uniforme no espaço, ela varia de acordo com as condições climáticas, da topografia e da potencia da antena, da altura da antena, pra onde aquela antena esta apontando. Que é normal é natural, que é esperado que dentro de uma região existam buracos que não consegue falar, isso é da prestação do serviço, uma coisa natural que um técnico ou qualquer pessoa, qualquer engenheiro, qualquer perito na área de engenharia, na área de telecomunicação poderia explicar até com mais propriedade do que o depoente. Que por razões técnica em telefonias os sinais são mais forte em algumas regiões e em outras o sinal começa a atenuar e a medida que você vai se distanciando da antena a tendência é que esses buracos apareçam com mais frequência. Que é por isso que é difícil de falar que uma cobertura é de 100%, é possível, se for colocada "n" antenas que forem necessárias para cobrir 100% isso é possível, mas a custo de investimento altíssimo. Que quando foi estabelecido tecnicamente que a cobertura de uma área urbana é de 80% é levando em consideração a natureza do próprio serviço, não é uma questão aleatória. Que hipoteticamente em uma cidade é natural que o sinal, se não tiver um reforçador interno, seja prejudicado se a pessoa estando dentro das estruturas dos prédios, caindo a qualidade do serviço, porque a rádio frequência, como uma onda de rádio ela vai encontrar barreiras arquitetônicas, uma viga de ferro e tudo isso vai interferir na transmissão, então é natural que aconteça isso. Que existem soluções técnicas para esse problema, pode-se colocar micro células, colocar centro-células, que são células específicas para atendimentos bem setorizados em áreas pequenas. Que a obrigação estabelecida nos editais de licitação sobre cobertura, normalmente é de 80% da área urbana. Que em Roraima essa cobertura é muito boa por todas as operadoras, está acima das exigências da ANATEL. Que no caso da pessoa ter que

subir em uma árvore para dar sinal é por que eventualmente naquela área onde a pessoa está, pode ser que ela esteja numa área rural que não é para ter atendimento. Que o sistema foi concebido até por questão de investimento, de como será expandido a rede, que as obrigações de telefonia celular foram basicamente obrigações de áreas urbanas e normalmente sedes municipais, foi feita uma segmentação por população, então meta de universalização que pra onde nós fizemos a expansão do serviço telefônico, que ele tem que chegar a qualquer lugar e em toda a localidade com mais de 100 habitantes, isso foi feito na telefonia fixa, que é um serviço prestado em regime público e que a União por determinação legal, tem obrigação de universalização e continuidade. Que o SMP é prestado em regime privado, então no regime privado a empresa tem duas diretrizes: tem que respeitar os direitos dos usuários, mais ela vai aonde tem retorno de investimento. Que isso é um pilar do modelo de comunicações, nós criamos condições para que houvesse várias empresas concorrendo da telefonia e que a concorrência elevasse a melhoria do serviço. Que dentro dessa área urbana tem que haver o serviço em parâmetros de qualidade, o serviço tem uma cobertura boa. Que quando uma pessoa esta fora da área urbana eventualmente ela tem o sinal do celular, mas um sinal fraco é um sinal que não vai dar suporte, inclusive existem no mercado produtos homologados pela ANATEL que a pessoa com a ajuda de um site, ao apontar para a antena tem a melhora do sinal e da telefonia, mas isso não é objeto das operadoras como obrigações com a ANATEL. Que a ANATEL procurou a montagem da estrutura, da disciplina das telecomunicações, o serviço celular como serviço privado lá atrás para ser prestado nas áreas urbanas e eventualmente vai acontecer isso simplesmente, por não existir obrigação ou realmente por um problema ou outro pontual que pode ser verificado e realmente pode ser problema da empresa e sendo problema da empresa pode ser verificado através dos indicadores de qualidade e mediante denúncias é feita a apuração mediante um processo administrativo de descumprimento de obrigação. PERGUNTADO se a ANATEL diante de toda essa problemática no país está disposta, está construindo junto ao congresso nacional, se está sentindo essa necessidade de melhorar essa legislação e vai contribuir para o novo marco regulatório, se tem essa vocação, essa vontade de fazer isso, tendo em vista que é uma empresa pública e que nós devemos proteger principalmente ou tão somente o consumidor final. RESPONDEU que primeiramente pediria que as atas das reuniões no interior, nas quais foram recolhidas esses sentimentos da população, fossem encaminhadas para a ANATEL e nós encaminharemos lá pra Superintendência de Controle das Obrigações para serem analisadas e se verificar se existe alguma coisa que pode ser investigada ou informação incorreta das empresa ou alguma coisa que se pode atuar para melhorar. Que não tem mandato para falar se vamos atuar no marco regulatório ou não. Que de uma maneira geral a ANATEL, sempre que solicitada, até pelo Congresso Nacional, subsidia com pareceres técnicos. Que a ANATEL tem uma assessoria de relações institucionais que é muito ativa no sentido de dar suporte, inclusive esta casa se quiserem enviar alguma proposição, se quiserem um parecer da ANATEL, a ANATEL tem essa função de fazer os esclarecimentos e durante os anos que o depoente tem na ANATEL já ouviu falar de mudança de marco regulatório, mas, é assim, se chegar lá a ANATEL, certamente, for estada a opinar, nós opinaremos. Na sequência o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor **Deputado Ivo Som** que saudou inicialmente a todos e agradeceu ao depoente e PERGUNTADO a que o depoente atribui as grandes reclamação dos consumidores, dos clientes que chega em primeiro lugar de todas as reclamações das telefônicas móveis, fixas e internet, banda larga em todos os PROCON's do Brasil. RESPONDEU que não pode atribuir responsabilidade a ninguém ou deixar de atribuir. Que tem os limites legais de atribuição e não pode manifesta sua opinião por estar representando uma instituição federal e com responsabilidade sobre a fiscalização. Que tem dados públicos que grande maioria das reclamações relativas à telefonia celular são cobranças. Que esses dados são públicos na ANATEL. Que a ANATEL tem indicações de onde estão os problemas e os acompanha. Que tem um plano de melhoria do serviço móvel pessoal e é feito o acompanhamento. Que agora, na próxima semana, será divulgado o 4º circulo de avaliação, lançado no ano passado, que vai fazer um ano esse plano. Que as empresas foram chamadas em Brasília e fez um plano de acompanhamento setorizado para medir melhoria em cada unidade da federação da melhoria da qualidade do serviço prestado, principalmente quanto a questão técnica. Que foram separados alguns indicadores para fazer o acompanhamento e a ANATEL ta fazendo o

acompanhamento através de reuniões, monitoramento e de fiscalizações a evolução desse plano. Que a ANATEL espera que com isso dentro em breve já se tenha um resultados palpáveis da melhoria da qualidade dos serviços. Que a ANATEL cumpre o papel institucional que lhe foi atribuído. Que dentro desse plano a ANATEL não é a única responsável pelos consumidores. Que a ANATEL tem todo um cuidado, todo um carinho especial pelos consumidores, que todos os nossos regulamentos, todos os nossos termos de compromissos, nossas concessões elas impõem claramente que as empresas autorizadas, empresas concessionárias, elas respeitem os direitos do consumidor, que isso está internalizado dentro da Agência. Que nossos instrumentos legais preveem o cumprimento do direito do consumidor que está na nossa LGT, é princípio o direito do consumidor. Que principalmente a ANATEL está disponível para a sociedade em colaborar com os PROCON's estaduais e municipais. Que havendo necessidade e havendo interesse nós nos colocamos à disposição para esclarecimentos, para esclarecer a execução do serviço. Que realmente as reclamações são grandes, senão não haveria a necessidade da realização de uma CPI para verificar o que está acontecendo. Que a ANATEL faz sua parte em colaboração com os outros órgãos de defesa do consumidor. Na sequência o Senhor Presidente **Deputado Gerson Chagas**, fez o uso da palavra e PERGUNTADO quantas linhas de telefonia celular somando de todas as operadoras há em Roraima. RESPONDEU que esse número é levantado mês a mês e é em torno 520 mil, aproximadamente, esse número é público no site da ANATEL. PERGUNTADO quantas antenas nos temos aqui em Roraima. RESPONDEU. Que são 71 em Boa Vista (13 da CLARO, 21 da TIM, 09 da TELEMAR e 28 da VIVO) e 23 no interior sendo 94 no total em Roraima. PERGUNTADO se na opinião do depoente essa cobertura atende a demanda com esse número de antenas, para ter um serviço de qualidade aqui em Roraima. RESPONDEU que simplesmente a relação de usuário por número de antenas não é um critério que é adotado pela ANATEL para avaliar. Que não pode dar a resposta objetivamente, pois dependeria de um estudo para saber exatamente dessas 5 mil, quantas linhas estariam ativas. Que precisaria de um estudo técnico para avaliar a pergunta. PERGUNTADO se o depoente tem conhecimento de que há uma insatisfação latente do consumidor roraimense em razão da má qualidade dos serviços prestados, não só pelas empresas de telefonia móvel, internet, mas, também, da telefonia fixa. A ANATEL tem conhecimento da insatisfação em relação isso. RESPONDEU que quanto ao telefone público a agência faz o acompanhamento do serviço prestado ao consumidor periodicamente, uma vez por semana. Que agente acompanha principalmente a realização do serviço. Que a ANATEL sabe como é importante para uma comunidade que só tem um único telefone público que esse telefone funcione a maior parte do tempo. Que sempre que há uma denuncia agente verifica, corre lá para ver o que esta acontecendo, quando uma denuncia chega a Brasília eles disparam a fiscalização. Que a ANATEL faz muita fiscalização de realização do serviço, que no caso é a OI a empresa concessionária que atua em Roraima que ela mantenha esses TUP's em ótimo estado de conservação. Que as multas aplicadas com relação à universalização do serviço especialmente são multas muito pesadas. Que especificamente ao conhecimento de como está o estágio da universalização aqui, agente faz o acompanhamento mensal. Que não atua de ofício. Que quando toma conhecimento de um fato encaminha para Brasília, tem uma área específica de universalização, tem uma área específica de serviço celular, tem uma área específica de internet, eles avaliam e encaminham para o depoente essas demandas de fiscalização, então dentro de um plano de fiscalização. Que a ANATEL fez uma pesquisa nacional e foi divulgada a pouco tempo de satisfação do serviço, ela está disponível na internet e em relação ao Estado de Roraima, especificamente não sabe precisar qual foi a resposta da sociedade em relação a esse serviço. Que Brasília acompanha a prestação desses serviços. Que as empresas são obrigadas a prestar informações dos indicadores de qualidade, dos indicadores de universalização e dos indicadores de atendimento. Que a ANATEL tem trabalhado nos últimos anos com uma preocupação de dar uma transparência e publicidade a todos os atos da Agência, no site da ANATEL. Que o consumidor esta em alta conta com a ANATEL. Que na reclamação dos usuários, um dos termômetros utilizados é o próprio Call Center da ANATEL e em Roraima existem muito poucas reclamações dos usuários, talvez por cultura. Que a Agência acompanha o serviço prestado da forma que a regulamentação determina, por exemplo, serviço móvel pessoal, nós sabemos que existem problemas de qualidade, existem sim a ANATEL não nega isso. Que dentro do

próprio plano de melhoria da qualidade do serviço móvel, que é divulgado trimestralmente e que os dados são públicos no site da ANATEL, pode ser verificado que existem algumas prestadoras que eventualmente não atingem os índices de qualidade e isso está sendo cuidado pela ANATEL, que está acompanhando o serviço e as empresas não atingindo as metas elas serão punidas e sancionadas. Que os problemas dentro da ANATEL são encaminhados, não se está falando que não existem problemas e que tá tudo uma maravilha, pelo contrário, a gente sabe dos problemas que existem, mas nós trabalhamos dentro critérios técnicos, a gente acompanha o serviço, mesmo porque uma mudança é muito lenta, não é uma coisa imediata. Que o plano de melhorias da qualidade do serviço móvel ele está fazendo um ano agora e agora que se espera colher os primeiros resultados. Que respeitosamente, até pela minha posição institucional, não posso declarar se esta ruim. Que existe uma Superintendência dentro da ANATEL competente para fazer essa avaliação. Que pode afirmar que havendo algum aspecto do serviço que está sendo prestado de maneira insatisfatória e agente dentro da ANATEL monitora isso, as providências administrativas estão sendo tomadas. Que o serviço está sendo acompanhado e os devidos processos administrativos serão instruídos, se for o caso. Que a ANATEL tem a condição de medir a satisfação dos usuários, porém o depoente, Gerente Regional do Amazonas, não pode responder pela Superintendência de Controle de Obrigações. Que nesse momento o Senhor Presidente, **Deputado Gerson Chagas**, passou a palavra ao depoente para que o mesmo fizesse o uso da palavra para suas considerações finais. Que agradece a participação nesse trabalho. Que solicita que a ALE possa encaminhar os resultados e as solicitações que serão atendidas para colaborar com a melhoria do sistema de telecomunicação em geral. Que se coloca a disposição para qualquer informação que possa colaborar com o trabalho da CPI. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado o Senhor Presidente, mais uma vez agradeceu a presença de todos e deu por encerrado o presente termo que depois de lido e achado conforme, vai assinado por mim, Marcondes Medeiros Mota, que digitei, pelo depoente, pelos Membros da Comissão e pelos Consultores Jurídicos da Assembleia Legislativa como testemunhas. Depoimento encerrado às dezessete horas e quarenta minutos. Por conforme abaixo assinam. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas** – Passo a palavra para o Senhor Fabricio Leopoldo Oliveira Katavazis Neves, representante da ANATEL, para fazer suas considerações finais. **Sr. Fabricio Leopoldo Oliveira Katavazis Neves** – Agradeço a todos por ter participado dos trabalhos desta CPI e por ter colaborado da melhor forma possível, gostaria que os senhores da Assembleia encaminhassem para a gente os resultados, principalmente das audiências no interior, para que a gente encaminhe para as áreas competentes para ver que soluções poderão ser encaminhadas e nos colocamos à disposição para sempre que precisarem de nosso apoio institucional para algum esclarecimento, estaremos disponíveis para participar e colaborar na melhoria do sistema de telecomunicações como um todo. Obrigado. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas** – Agradecemos sua presença visto que não haveria receio nenhum em vir prestar esclarecimentos a esta CPI como convocado e agradeço as informações que Vossa Senhoria trouxe a esta Comissão. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, queria agradecer a presença do senhor Fabricio, de sua assessoria, dos funcionários desta Casa, da imprensa e dizer da importância deste trabalho em nome de uma família lá de Rorainópolis, da vicinal 11, que me relatou chorando a morte de um dos entes da família por conta do não funcionamento de um telefone celular naquela localidade, o telefone não funcionou mesmo em cima de uma árvore, quando eles mais necessitaram, e foi comercializado para o Município de Rorainópolis sabendo-se que aquelas pessoas moram no entorno do Município. Por isso, peço que o senhor leve essa indignação do povo roraimense, internalize na ANATEL, tentem resolver nossos problemas, por que estamos em um País capitalista e as empresas tendem a maximizar os lucros, mas a vida humana é muito mais importante, e em nossa Constituição é considerada um bem maior, e nós, já perdemos vidas pela falta ou pela péssima qualidade dos serviços prestados em especial no interior do Estado pelas telefonias que atuam no Estado. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas** – Como o senhor viu, o Deputado Brito trouxe a tona um exemplo do quanto anda a insatisfação do consumidor quanto a qualidade do serviço aqui no Estado. Por fim, dou por concluído o depoimento do **Senhor Fabricio Leopoldo Oliveira**

Katavazis Neves, Gerente Regional da ANATEL no Estado Amazonas. E, não havendo mais nada a tratar, agradeço a presença de todos e dou por encerrada a presente reunião, solicito ao senhor Fabricio permaneça até que seja impresso seu depoimento para que seja colhida sua assinatura. O Senhor **Fabricio Leopoldo Oliveira Katavazis Neves**, pede uma Questão de Ordem – Senhor Presidente, gostaria de chamar a senhora Doutora **Helena Marie Fish Galiano**, da Procuradoria Geral da União – AGU, para prestar esclarecimentos aos Senhores Deputados, quanto ao fato de não concordar em assinar o Termo de Depoimento ora lavrado. A Senhora Doutora **Helena Marie Fish Galiano** – Senhor Presidente, desde o primeiro momento a presidência da ANATEL não concordou com a posição do Dr. Fabricio em vir na qualidade de convocado, razão pela qual insistimos através de dois ou três ofícios, encaminhando um parecer da nossa própria Procuradoria Federal especializada, no sentido de que ele fosse ouvido na qualidade de convidado, assim como ocorreu nas outras CPIs, que estão sendo realizadas em outros Estados da federação, inclusive pela própria UNALE, pois bem, nós colocamos a vocês a posição da ANATEL, trouxemos os ofícios comprobatórios de que a UNALE chamou todos os outros na qualidade de convidados, e por isso a presidência da ANATEL e a Procuradoria Federal Especializada da ANATEL, permanecem com o posicionamento de que o senhor Fabricio veio aqui na qualidade de servidor público federal e tudo o que foi dito, foi dito em razão de suas atribuições e conhecimentos de tecnologia de telecomunicações, no exercício de sua função, quer dizer, possui fé pública, mas a ANATEL não concorda com a qualidade dele de convocado, razão pela qual, a orientação da direção superior da presidência da ANATEL e da Procuradoria Federal Especializada, seja para que ele não assine a Ata ou o Termo de Depoimento gerado nesta Reunião. O Senhor Deputado **Brito Bezerra** pede uma Questão de Ordem – Doutora, também sou bacharel em Direito e não vejo coerência nenhuma no que vocês estão colocando. O primeiro ponto era não aceitar estar na CPI como depoente, devido ao fato de a ANATEL tê-lo orientado a não participar na qualidade de convocado, ai entendemos. Fizemos a votação e os membros desta CPI não concordaram com a mudança de termo de convocado para convidado, após a votação, o senhor aceitou, prestou o juramento, tem fé pública no que falou está gravado e a incoerência de não assinar por uma determinação da presidência da ANATEL o Termo de Depoimento, é tamanha, não dá para entender. Se Vossa Senhoria tivesse resolvido na depor na condição de convocado, iríamos entender, pois Vossa Senhoria estava recebendo uma orientação superior, mas a partir do momento que vossa senhoria se dispôs a responder as perguntas como depoente, a assinatura é inerente ao depoimento. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas** – Para encerrarmos essa discussão, o fato do senhor se negar a assinar o Termo de Depoimento, vai acarretar uma representação por desobediência para efeitos jurídicos de alguma comprovação, não vai prejudicá-lo, será apenas para comprovar a desobediência. O senhor só poderia deixar de assinar o termo caso houvesse alguma contradição entre o que o senhor falou e o que foi escrito no Termo de Depoimento e mesmo assim não implicaria em não assiná-lo e sim seria feita uma correção eventualmente de uma frase mal entendida pelo escrivão. Então, com a mais absoluta tranquilidade e convicção e de conhecimento nesta questão, devido a tantos inquiridos e sindicância já presididas por mim antes de ser Parlamentar, está totalmente equivocados seu entendimento e sua orientação jurídica, o que vai apenas resultar para efeitos práticos, o seu depoimento irá caso seja necessário, usar como instrumento de prova e na certeza de que o senhor terá que se defender a uma representação e aí veremos a tipificação que vai ser prevista para esse ato. Pergunto por derradeiro se o senhor persiste em não assinar o Termo de Depoimento. **O Senhor Fabricio Leopoldo Oliveira Katavazis Neves** – Agradeço as colocações, mas respeitosamente, por orientação hierárquica e convicção das orientações dadas por Brasília, eu declino de assinar o Termo de Depoimento. O Senhor Presidente Deputado **Coronel Chagas** – Então, em razão do todo aqui testemunhado, solicito ao escrivão que certifique a recusa do depoente em assinar o Termo de Depoimento e determino a Assessoria Jurídica desta CPI e por conseguinte a Consultoria Jurídica desta Casa, a tomar as providências necessárias a representação criminal contra o senhor Fabricio em efetivamente não assinar o Termo de Depoimento por ele prestado. E anexo a esta Ata, Termo de Certidão com a recusa do depoente em assinar o Termo de Depoimento. (Termo de Certidão abaixo).

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI

(Criada nos termos das Resoluções de nºs 013 e 14 /13 de -
Publicada no Diário Oficial nº1554 de 12 de abril de 2013)

TERMO DE CERTIDÃO

Certifico que nesta data o Sr. **Fabício Leopoldo Oliveira Katavazis Neves**, Gerente Regional da ANATEL responsável pelo Estado de Roraima, tendo comparecido para prestar depoimento como representante legal da ANATEL na CPI da Telefonia, criada nos termos da Resolução 013 e 014/2013, prestado o compromisso legal e ao final do ato, recusou-se a assinar o termo de depoimento alegando orientações recebidas pela presidência da ANATEL e assessorado pela Srª Helena Marie Fish Galiano, Procuradora-Chefe da Procuradoria Federal no Estado de Roraima, do que para constar fiz e subscrevo o presente termo, assinado por duas testemunhas relacionadas.
Boa Vista-RR, 08 de outubro de 2013

MARCONDES MEDEIROS MOTA

Digitador

DIEGO ADRIANO DE CAMPO BRITO

CPF 827.452.502-72

Testemunha

DENNER ANDREW PINHEIRO DOS SANTOS

CPF 799.898.452-04

Testemunha

ALEXANDRE DE JESUS TRINDADE

CPF 783.880.402-78

Testemunha

O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas - Dou por encerrada a presente reunião. Após o encerramento, foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, demais membros e encaminhada à publicação.

Deputado **Coronel Chagas**

Presidente da CPI.

Deputado **Erci de Moraes**

Vice-Presidente da CPI

Deputado **Flamarion Portela**

Relator da CPI.

Deputado **Brito Bezerra**

Membro da CPI

Deputado **Ivo Som**

Membro da CPI

Aprovada em: 23/10/13

ATA 5ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO

PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

EM 23 DE AGOSTO DE 2013

CRIADA NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES Nº 13 E 14/2013 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.

Às dez horas do dia vinte e três de agosto de dois mil e treze, na Escola Cícero Vieira Neto, Município de Pacaraima, deu-se a quinta Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através das Resoluções nº 13 e 14/13, denominada CPI da Telefonia, sob a Presidência do Senhor Deputado Coronel Chagas.

O Senhor Presidente Deputado (Coronel Chagas) – Senhoras e Senhores, bom dia. Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Roraima, declaro aberta a Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos das Resoluções nº 13 e 14/13, com o objetivo de investigar a responsabilidade por danos ao consumidor pela prestação inadequada de serviços de telefonia móvel, fixa e INTERNET, oferecidos através das operadoras que atuam no Estado de Roraima.

Convido para compor a Mesa dos trabalhos Excelentíssimos Senhores Deputados Brito Bezerra, Erci de Moraes, Ivo Som; o Excelentíssimo Senhor Prefeito do Município de Pacaraima, Altemir da Silva Campos; o Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, Vereador Paulo César Pereira Kamilo; o Excelentíssimo Senhor vice-Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, Vereador Israel Lima da Silva; o Excelentíssimo Senhor Lindomar Peixoto Coutinho, Presidente do PROCON/ALE; e a Diretora da Escola Cícero Vieira Neto, Professora Antônia Ferreira de Souza.

Convidamos a todos os presentes para que, de pé, cantemos o Hino Nacional Brasileiro.

(Hino Nacional).

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Neste momento, será feita a apresentação de slides com informações importantes a respeito do quadro atual da prestação de serviços das operadoras de telefonia em todo o País.

(Apresentação dos Slides).

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas - Neste Momento, fará uso da palavra o Excelentíssimo Senhor Paulo César Pereira Camilo, Presidente da Câmara de Vereadores.

O Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Pacaraima, Vereador Paulo Cezar Pereira Camilo – Bom dia a todos, em especial ao público juvenil que é o futuro de Pacaraima. Quero agradecer o carinho, as palmas e, inicialmente, dizer da alegria, Deputado Chagas, em receber um trabalho tão importante, um trabalho que, certamente, vai retornar em benefícios para o nosso Município, para o nosso Estado e para o nosso País. É com muita alegria que nós recebemos esta Comissão, que recebemos os senhores aqui, porque nós que moramos aqui sabemos os problemas enfrentados em relação à telefonia. Deputado Chagas, nossa amizade vem de longa data, é, indiscutivelmente, um parlamentar que tem um trabalho diferenciado pela sua qualificação, Coronel da Polícia Militar, Bacharel em Direito e, agora, Parlamentar. Fica a nossa saudação e a nossa alegria em ter um parlamentar nos representando, na Assembleia Legislativa, com a sua qualificação. Deputado Erci, é uma alegria em tê-lo conosco aqui também, o senhor é uma das referências quando se fala com respeito à coisa pública, isto cada dia é mais difícil no meio político. Não temos essa ligação, acompanhamos de longe a carreira do Deputado Erci, que é uma referência para nós. Manifestamos as nossas homenagens, de público, e o agradecimento pela sua presença. O Deputado Brito, que representa a classe empresarial, traz essa visão da iniciativa privada muito importante, professora Antônia que nos recebe com esse público maravilhoso, Prefeito Altemir Campos que, apesar das dificuldades do nosso município, que vive de pires na mão, acreditamos no trabalho, e a Câmara não tem negado os esforços para apoiar as iniciativas do prefeito em benefício ao nosso município, inauguramos uma biblioteca, isso diz respeito diretamente a esse público que nos privilegia com a presença. O Vereador Israel tem sido uma surpresa muito agradável, ao representar as comunidades, e se engajado no trabalho de compromisso na Câmara.

Com relação à ANATEL, o Diretor Presidente ainda tem um mandato? Quando foi privatizada a nossa telefonia foi criada a Agência Nacional, na época ele tinha um mandato, nem o Presidente da República poderia retirá-lo do cargo, ele tinha total autonomia para fiscalizar as empresas. Quando eu assumi a presidência da Câmara, nós tínhamos umas contas de telefone atrasadas do ano passado, para pagá-las tivemos que ir ao PROCON, até o PROCON teve dificuldades para pagar essas contas. E para religar foi outro problema. Quanto à telefonia móvel, em certos dias que não tem sinal, você fica isolado, mas o que não falta é a conta no final do mês e se você não pagar o seu nome vai para o serviço de proteção ao crédito, mesmo que você não tenha recebido o serviço, conforme consta no contrato que você assinou com a telefonia. Essas empresas faturam bilhões em cima do consumidor, é o nosso dinheiro, o dinheiro da família que está indo para o bolso dessas empresas, na grande maioria internacionais, multinacionais que estão lesando o nosso povo. Esta CPI pode ser o marco para outras situações, os nossos bancos, só o ITAU e o Bradesco faturaram no último exercício quase doze bilhões de dólares. Mas o que eles contribuíram para o crescimento da economia no nosso país? Quando se chega a uma agência bancária, ficam 4, 5 horas de espera numa fila. É mais um exemplo da falta de respeito com o cidadão do nosso país. Fica a nossa homenagem à CPI, temos compromisso de manter as portas da Câmara abertas em benefício da CPI para que retorne para a população uma resposta positiva, respeitando o dinheiro tão suado do nosso povo. Quero prestar nossa homenagem ao Maicon, esta juventude é o futuro do nosso município. A Câmara está aberta para quem quiser nos visitar, para prestigiar nossas sessões. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Peço ao Deputado Erci de Moraes passar às mãos do Presidente da Câmara o Ofício nº 274/13 que versa sobre aquelas perguntas, em busca de informações da parte da Câmara de Vereadores. Com a palavra o Prefeito de Pacaraima.

O Senhor Prefeito do Município de Pacaraima, Altemir Campos – Bom dia a todos os presentes, Deputados, vice-Presidente Israel, Sargento Demésio, Professora Antônia, demais autoridades que acompanham a comitiva dos Deputados, Presidente Paulo Camilo. É uma satisfação a iniciativa da Assembleia em montar essa CPI para o Estado, referente também ao município de Pacaraima, quanto ao mau atendimento que temos aqui. Em Pacaraima, eu lhe garanto que não temos 50% de atendimento na telefonia, a situação está muito difícil, complicada. Considero essa iniciativa dos Senhores como o caminho certo para resolver o transtorno. Agradeço a presença de vocês para

discutir a situação, e a iniciativa de trabalharem por todo o nosso Estado é a forma para colocar tudo para funcionar, pois, conforme o Presidente Paulo Camilo falou, é muito dinheiro que essas empresas cobram para prestar um mau serviço. A prefeitura conta também agora com uma empresa que está cobrando impostos que não são repassados para a prefeitura, eu creio que outros prefeitos estão trabalhando também em cima desses recursos. A prefeitura de Pacaraima foi a primeira do Estado que começou esse trabalho com uma empresa de Fortaleza que está fazendo esse levantamento, e já está repassando para a prefeitura os recursos que a empresa tem que devolver aos cofres públicos do município. Os Senhores estão nos dando uma ajuda muito grande diante da prestação do trabalho que é de péssima qualidade. Os Senhores ainda vão ouvir muitas reclamações em cima dessa situação. Agradeço muito a presença dos Senhores em nome da população de Pacaraima.

O Senhor Vice Presidente da Câmara Municipal de Pacaraima, Israel Lima da Silva – Gostaria de saudar a Mesa, os Senhores Deputados, Prefeito, Professora Antônia, Sargento Demésio, Doutor Lindomar e agradecer a presença de todos neste grande evento. Eu sou vereador do município de Pacaraima, sou da comunidade indígena do Sabiá, pertencem ao povo macuxi, representando as nossas comunidades indígenas na Câmara de Pacaraima, há seis meses que atuo como vereador. Foi através de requerimento de plenário que fiz a solicitação para que a CPI viesse aqui ouvir a nossa população. Agradeço a oportunidade, e gostaria de contar com vocês, aqui volto a frisar que a Câmara está à disposição para atendê-los, temos compromisso com este município. Eu tenho certeza que haverá espaço para vocês colocarem suas reivindicações para que possamos ter uma telefonia de qualidade no nosso município. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Vamos abrir espaço para quem quiser fazer uso da palavra.

O Professor e Coordenador Pedagógico (Luiz Alvino de Souza Neto) – Bom dia a todos, Senhores Deputados, Prefeito, professores e servidores da escola. Sou professor desta escola na função de coordenador pedagógico. O meu questionamento é para fazermos uma reflexão sobre a telefonia móvel, principalmente no que tange à internet. Pacaraima é um corredor do linhão de guri por onde passa a fibra ótica, enquanto nós municípios de Pacaraima estamos desprovidos do uso dessa tecnologia, mas com um diferencial, é que nos nossos dispositivos móveis pagamos a mesma taxa que se paga nos demais municípios do Brasil que dispõem da tecnologia 3G e 4G, entretanto não dispomos dessa tecnologia aqui. Por que o linhão que passa no nosso corredor, mas Pacaraima não tem banda larga por fibra ótica? As escolas públicas do nosso município são equipadas com sistema de banda larga, mas não se consegue conexão, mesmo utilizando antenas de satélite da OI, a gente não dispõe de conectividade. São recursos caríssimos, temos 4 ou 5 antenas. Embora o linhão passa aqui, a gente está numa situação geográfica desprovida em função de ser uma região de serra, por que a gente não dispõe dessa tecnologia? Na nossa maloca não chega o sinal da VIVO, nem da TIM, aqui temos um vereador representante da comunidade indígena, nossas comunidades são mal atendidas com o serviço da OI, temos apenas um orelhão público, esse serviço poderia muitas vezes salvar vidas porque a comunicação serve também para esse fim. Muitas vezes nas comunidades indígenas precisamos solicitar o deslocamento de uma unidade do SAMU, mas não se tem serviço de comunicação. Estamos no Noroeste do Estado de Roraima e não dispomos comunicação, quem está no Uiramutã, pior ainda. Não podemos mais aceitar o monopólio das empresas. O que corre na rádio pipoca do município é que a gente teve uma concessão da VIVO por isso que não temos outra operadora, agora temos outra operadora que também não nos serve. A exemplo de Letícia e Tabatinga, cidades próximas, onde alguns moradores conseguiram na justiça uma quebra de valores, porque quando se ligava de um lado da fronteira para o outro se pagava DDI, e a gente tem a mesma problemática. Dos três turnos da escola temos um total de 323 alunos venezuelanos ou brasileiros que residem em Santa Elena, e a gente precisa manter comunicação com o outro lado da fronteira, o pulso que a gente paga é DDI. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Agradeço suas observações, muito importantes. Realmente, tocam em assuntos e é justamente esse tipo de informação que a gente está querendo obter sobre o que está acontecendo. Mas eu queria saber, o senhor não complementou, pelo menos eu não consegui pegar, no tocante ao exemplo de Tabatinga Letícia, lá, pelo o que entendi eles entraram na justiça, é isso?

O Professor e Coordenador Pedagógico, Luiz Alvino de Souza

Neto – Lá eles entraram com uma liminar judicial que baixou o custo de ligação DDI para aquela localidade, mesmo sendo para uma cidade de outro País, pela aproximação das cidades.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Vou passar a orientação ao Presidente do PROCON, Lindomar Coutinho, para colher informações sobre isso, e em uma reunião sobre as operadoras de telefonia para, em um futuro entendimento, avançarmos nisso. Caso contrário, tentaremos fazer com que o PROCON tome o mesmo caminho tomado pelos moradores de Tabatinga e Letícia.

O Senhor Djair Magalhães dos Santos (Aluno) – Bom dia a todos. Estou aqui representando o primeiro ano desta escola. Gostaria, primeiramente, fazer essa pergunta ao Prefeito Altemir Campos: Você asfaltou algumas ruas de Pacaraima, mas não asfaltou a rua de nossa escola. Eu gostaria de saber o que o senhor pode fazer referente a esse problema? Obrigada pela atenção.

O Senhor João Victor Pinheiro da Silva (Aluno) – Bom dia a todos. Saúdo Vossas Excelências aqui presentes. Quero fazer um apelo. Não gostaria de falar sobre o assunto, mas como vocês estão vendo, eu estudo nesta escola há cinco anos, vivemos no ano em que os alunos se conscientizaram que estavam precisando de um grêmio estudantil para ajudar a escola na sua infraestrutura. Como vocês podem ver, nossa escola é um patrimônio abandonado pelo governo. Eu não posso ficar calado, pois represento a voz de muitos alunos que estão aqui e de profissionais desta escola. Gostaria de pedir a Vossas Excelências que tentem ajudar a nossa escola, juntos com a nossa diretora, que é uma heroína, nós conseguimos levantá-la. Todos os alunos aqui presentes estão em prol da escola, eles levantaram a escola novamente. Estamos vivendo uma nova era, independentes de ajuda de alguém, mas precisa de governo para tomar uma iniciativa que ajude uma escola como essa. Eu gostaria de pedir a Vossas Excelências que olhem por nós, pois queremos ser bem representados, queremos uma boa qualidade de ensino, temos esse direito. O assunto da telefonia não nos importa, não nos convém, porque o assunto aqui é a escola, e vocês vieram para nossa casa, fizeram o que tinham que fazer na nossa casa. Creio que, se vocês olharem melhor pela educação, com certeza, todos aqui teremos um futuro melhor e, com certeza, estaremos apertando a mão de vocês mais tarde. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, gostaria de cumprimentar o nosso ilustríssimo Prefeito, Senhor Altemir Campo; também o Presidente da Câmara, Paulo Camilo; o Vereador Israel, vice-Presidente da Câmara, aqui representando a Câmara Municipal; a Diretora da Escola, Senhora Antônia Ferreira; meus cumprimentos ao Sargento Nemésio, representando aqui o exército brasileiro, bem como nosso Diretor do PROCON Lindomar. Senhoras e Senhores, a equipe técnica da Assembleia que nos acompanha, colaboradores da escola, polícia militar, alunos, enfim, a todos os presentes. Senhor Presidente, quero dizer da importância que é para nós parlamentares estarmos aqui na presença de vocês jovens, ouvindo as reivindicações. Sei que o assunto específico aqui é a CPI da Telefonia que vai ajudar a resolver não apenas os problemas do Município de Pacaraima, como de todo o País. Mas, as reivindicações que foram feitas também são bem vindas, nós tivemos um momento democrático. Ontem, houve uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa, onde recebemos pessoas que representam os movimentos sociais que foram às ruas reivindicar as demandas de toda a sociedade brasileira. Como foi bom ouvirmos de perto, com clareza, o que essas pessoas mais precisam. Por vezes, os gestores públicos, nas suas atribuições assoberbadas no dia a dia, correndo, indo à Brasília em busca de recursos, muitas vezes, não têm acesso que nós podemos ter aqui, trocar essa sinergia. É óbvio, que o futuro deste país, é a juventude. Sempre friso, quando estou com um público jovem, que se interessem mesmo por política, que é a única ferramenta possível para transformar a vida das pessoas, para transformar para melhor ou para pior. Quem decide essa transformação são os eleitores, são as pessoas que votam, são vocês, suas famílias, todos nós temos a oportunidade de mudar a nossa realidade, se ela não estiver condizente com as necessidades do Município. Quando cheguei aqui, ouvi um aluno dizendo: não gosto de política, não vou ser político. O outro disse: não vai ser político por que não quer ser ladrão? Olhem isso. O sinônimo de político é ladrão. As pessoas se afastam da política e dos políticos por conta dessa concepção errônea que muitas pessoas têm. Se essa é a ferramenta para mudar a vida das pessoas, então nós temos que nos aproximar dos políticos e participar efetivamente da política. Portanto, gostaria que vocês, jovens, no próximo pleito, assistam reuniões políticas, participem de eventos onde os políticos estejam falando, apresentem suas reivindicações,

que aprendam aqueles que não sabem, ainda, gostar de política. É momento para se candidatar, ter o seu mandato eletivo para melhorar a vida das pessoas da comunidade. A política serve para melhorar a vida das pessoas. Portanto, em 2014 vamos participar efetivamente da política, oportunidade para conversar assim com os políticos, apresentar as reivindicações.

Quero agradecer a presença de todos, pois é muito importante a participação de todos nesta audiência. Passo a ler as reivindicações apresentadas. Temos aqui sugestões e temos reivindicações. O Carlos Leite de Araújo Alves é da instituição, da escola, faz não uma pergunta, mas um comentário, uma reclamação: “Não conseguimos fazer ligações de um estado para o outro. E sobre a INTERNET de aparelho móvel?” Enfim, ele reclama que não consegue fazer ligações de um Estado para outro, também a INTERNET não funciona bem; A Saron Almeida de Souza, que tem uma caligrafia muito bonita, parabéns. A pergunta é: a qual órgão podemos recorrer? Por que em Pacaraima a antena da VIVO não atende toda a população? Por que nas escolas não há banda larga? A Juliana Dionísio de Andrade, também aluna da Escola Cícero Vieira Neto, faz uma sugestão de melhoria nas ligações internacionais, pois quando liga diz que optamos por não realizar a chamada e não conseguimos ligar. A Sandy Cláudia pergunta: Por que em Pacaraima não temos INTERNET 3G, uma vez que aqui há uma população que utiliza a rede da VIVO? O Eliezer de Souza pergunta: por que as recargas para celular estão tão caras? Reclama do preço das recargas de celular. Senhor Presidente, uma sugestão da Ariely e Eduarda Ferreira, as duas apresentaram a mesma sugestão, que é colocar antenas telefônicas nas comunidades indígenas. Parabéns, elas se preocupam com as comunidades indígenas, pois são as que mais sofrem por não terem acesso algum à comunicação primordial. Também pedem para melhorar a telefonia fixa no município, que é precária. Pedem para melhorar o atendimento nas empresas telefônicas. Querem saber o que a CPI tem feito de diferente sobre a telefonia nos nossos municípios. Então Presidente, quero esclarecer aos presentes que as perguntas que nós recebemos de vocês, serão por nosso intermédio, repassadas a o Congresso para a criação da regularização de um novo marco regulatório. Quem vai nos responder serão as empresas, como a ANATEL, as empresas reguladoras para demandar oficialmente no Congresso Nacional. Portanto, será de suma importância que essas reivindicações sejam tornadas públicas. Essas CPIs têm andando em todos os Municípios, colhendo essas informações, para conhecer quais as dificuldades dos municípios, sabendo que, em uma próxima audiência, reunidos todos os municípios que compõem nosso Estado para colhermos a essência dessas reivindicações. A partir daí, começamos o nosso trabalho de como formar essa concepção e levar a necessidade de mudar o marco regulatório. Mas que concepção é essa? Nós temos que ter a certeza que está cara essa telefonia, e já temos essa certeza. Nós temos que ter a certeza que há necessidade de mais antenas. Nós temos a certeza que os impostos de 45% em cima da conta de telefone está caro. E nós vamos demandar nesse sentido, enfim, queremos baratear a conta do telefone e melhorar o atendimento. Portanto, as sugestões e as perguntas estão aqui e elas serão parte do nosso relatório, serão, com certeza, consideradas no relatório de nossa CPI. Agradeço a todos vocês pela atenção dispensada. Obrigada.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Muito obrigado, Deputado Brito Bezerra. Vossa Excelência, sempre bastante atento às questões, respondendo e analisando os questionamentos de forma objetiva e clara. Passo a palavra ao Prefeito Altameir.

O Senhor Prefeito do Município de Pacaraima, Altemir da Silva Campos – Quero informar ao aluno Jair que já mora em Pacaraima há muito tempo, todos os que moram e convivem aqui, sabem que a cidade, na minha gestão, está 80% asfaltada e calçada. E, agora, tem uma empresa asfaltando cerca de três quilômetros de ruas, onde tiver rua estará inclusa. Em relação ao que o aluno falou sobre a educação, quero dizer aos nossos parlamentares que eu tenho orgulho de falar que a educação do Município de Pacaraima no que se refere à Prefeitura, onde o aumento foi o maior do Brasil, 45% de aumento aos professores e aos servidores, os 100 servidores, que ganhavam abaixo de 500 reais de salário, receberam aumento de mais de 200%. Então, fiz questão de passar essa informação a vocês, pois às vezes, as pessoas desconhecem. A outra notícia boa para todos é que a empresa já está com a Banda Larga, até a balança, e o compromisso da empresa é instalar a banda larga em nosso Município até o dia 15/12. Eu fui além, Deputado, inaugurei, nesta sexta-feira, uma das melhores bibliotecas neste Estado. A Prefeitura está construindo o Projeto Nave do Saber, que é a INTERNET 24h disponível, está sendo construída ao lado da biblioteca. Cada um de vocês vai ter um cartão e um horário

para ser utilizado. Então, se Deus quiser, até o dia 15/12, estará funcionando no Estado de Roraima.

A Senhora Diretora da Escola Cícero Vieira Neto Antônia Ferreira - Bom dia a todos os presentes. É uma satisfação estar com todos vocês aqui na nossa escola, em nosso Município. Obrigada, Prefeito, pela presença, também os alunos. A manifestação é muito importante, democracia é isso. As palavras do Prefeito foram muito importantes. É que dependemos da comunicação, e creio que a maioria não estava sabendo o que estava acontecendo. É isso Senhor Prefeito. Como diz o ditado: quem não se comunica se estrumbica, e nós precisamos é um pouquinho de atenção. Também os nossos jovens utilizam muito esse meio. A vocês alunos, professores, funcionários da escola, à equipe da Assembleia, nosso muito obrigada. Nosso Município está de parabéns, agradeço a escolha. Quando quiserem vir, a escola estará de portas abertas. Antes, porém, gostaria de informá-lhe que, quando soubermos da visita de vocês, preparamos um documento, que está em minhas mãos, gostaria de repassá-lo a cada um dos Deputados. Muito obrigada.

O Senhor Deputado Ivo Som – Bom dia a todos. Vocês estão corretos, a sociedade, e principalmente a juventude, o dever dela é cobrar. Quero agradecer ao Presidente da CPI, Coronel Chagas, bem como a todas as autoridades presentes nesta Sessão. Escutei atentamente, quando disseram que a CPI é importante, é sim, pois é o seu dinheiro, é o dinheiro que seu pai e sua mãe trabalham para ganhar, compram créditos, e quando se faz uma ligação, os créditos se vão. Esta CPI está em 14 estados do Brasil, e obterá resultados. Não aceitamos que a Venezuela seja o País que mais distribui fibra ótica para o mundo, a linha de Gury passa aqui e ouvi dizer que aqui não tem banda larga, isso é um absurdo. Pretendemos, através desta essa CPI, obter resultados, como em 2009, quando instalamos na Assembleia a CPI da energia elétrica, e quando foi em novembro de 2009, houve uma redução nas contas telefônicas entre 10 a 13%. Esta CPI terminará em breve, mas vamos voltar aqui e vocês vão ver o resultado, porque nós temos um compromisso com o povo que nos elegeu. Quero agradecer a esta equipe que, muitas vezes deixa suas famílias em casa, e sai de madrugada de ônibus, de carona, e vêm até aqui devido ao compromisso firmado com a CPI e, em especial, com o povo, o verdadeiro patrão do nosso mandato. Senhor Presidente, me foi perguntado aqui qual o papel da CPI, respondo que esta CPI já ouviu Juiz, Promotores, Delegados, a sociedade, vai ouvir as empresas, que as empresas se cuidem, pois elas têm que oferecer um serviço de qualidade e deixar de assaltar o povo de Roraima.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – “De acordo com o depoimento de Domingos Ramos Cunha, o sistema de telefonia em Pacaraima é muito ruim, e quando chove, piora, ou seja, fica sem sinal em grande parte da cidade ou em toda a cidade”. Então, está registrado aqui.

O Senhor Deputado Erci de Moraes – Eu quero, antes de tudo, saudar o Senhor Prefeito, Vereador Israel e todos os membros da Mesa. Serei breve na minha colocação. Quanto à CPI, é preciso que o jovem entenda que diz respeito a ele sim. Todo jovem usa bastante os meios de comunicação, usam mais que adultos. Portanto, esta CPI tem o propósito de fazer com que a oportunidade da comunicação seja colocado ao alcance de todos porque atinge, principalmente, os usuários dos pré-pagos que são os que compram cotas pequenas mas contínuas, porque precisam disso. Queria dizer à direção da escola e a todos vocês, que nas minhas andanças por aí, raramente encontrei uma comunidade jovem tão vibrante e entusiasmada como vocês, precisamos, aproveitar esse potencial genético, essa predisposição, para que vocês, desde já, conheçam, procurem buscar o conhecimento, o fundamento, a razão da política porque ela afeta a todos nós, desde vocês com 15, 18 e 19 anos, como o cidadão como eu com mais de 70 anos. Todos nós dependemos da política e só debateremos a má política quando nós fizermos que a geração atual seja líder nesse processo de participação na política. Portanto, quero deixar aqui uma oferta concreta, já há seis anos, como Deputado, a Assembleia firmou entendimento com a Secretaria de Educação do Estado, para estabelecermos parceria, ministrando algumas palestras nas escolas, voltadas principalmente para público jovem, com idade de vocês, já concluindo, quem sabe, os últimos anos do ensino médio. Enfim, palestras que abordassem três aspectos que resumem a necessidade do cidadão: ética, cidadania e política. Acho que já ministrei mais de 50 palestras dessas e aqui quero me colocar à disposição para que se a direção e vocês assim entenderem necessário, estarei disposto a vir aqui ter o prazer de dialogar com vocês e passar esses conhecimentos e realidades que todos nós precisamos para viver. Então, era isso que

eu queria colocar. Quero desejar a todos vocês, sucesso. Tivemos um prazer enorme em vir aqui trazer esta CPI para recolher a contribuição de cada um, acho que foi muito válido, para que a gente possa, juntos com outros 15 ou 16 estados que estão realizando essa CPI para que se possa então, através disso, irmos a outra fase que é a coleta de assinaturas para se forçar, pressionar o Congresso nacional a votar com urgência uma lei de um novo marco regulatório nas comunicações do País. É disso que precisamos para que as concessionárias, geralmente, multinacionais, não continuem explorando a sociedade brasileira. Bom dia a todos e muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Antes de encerrarmos, tem uma pergunta de um dos participantes que indagou a quem reclamar. Quero dizer que vocês poderão fazer as reclamações diretamente no PROCON/ALE, pois tem site, tem página no “face” e o PROCOM/ALE está em tratativa com as Câmaras Municipais para criação de PROCONS no âmbito da Câmara dos Vereadores. Se a Prefeitura tiver interesse em criar o PROCON/ALE, ele dará todo o suporte técnico para o treinamento de pessoal, toda a documentação básica, projeto de lei para a criação e instalação do PROCON. Enquanto não se cria, vocês poderão procurar a própria Câmara dos Vereadores para levar as demandas ou ao Ministério Público que tem a competência da defesa do consumidor, com certeza, esses órgãos irão funcionar. Agradeço a presença e a participação de todos vocês. E nada mais havendo a tratar, dou por encerrada a presente Audiência Pública.

Estiveram presentes à Audiência Pública os Senhores Deputados: Coronel Chagas, Erci de Moraes, Brito Bezerra, Ivo Som, ausente o Senhor Deputado Flamarion Portela.

Deputado Coronel Chagas
 Presidente da CPI
 Deputado Erci de Moraes
 Vice-Presidente da CPI
 Deputado Brito Bezerra
 Membro da CPI
 Deputado Ivo Som
 Membro da CPI

**ATA DA 6ª AUDIÊNCIA PÚBLICA DA COMISSÃO
 PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - CPI DA TELEFONIA EM 05
 DE SETEMBRO DE 2013.**

**CRIADA NOS TERMOS DAS RESOLUÇÕES N.ºs 13 e 14/13.
 PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS**

Às dez horas, do dia cinco de setembro de dois mil e treze, no Plenário deste Poder, deu-se a Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI da telefonia.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Convido para compor a Mesa dos trabalhos, os Deputados membros da CPI da Telefonia Erci de Moraes, Vice-Presidente; Flamarion Portela, relator; Ivo Som e Brito Bezerra, membros.

Convido para compor também à Mesa dos Trabalhos, a Excelentíssima Senhora Vice-Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, Vereadora Aline Resende; o Dr. Raulins, Presidente da Comissão dos Direitos de Defesa do Consumidor, neste ato representando o Presidente da OAB/RR; o Senhor Maurício Pimentel de Andrade, representando o Secretário de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas do Município de Boa Vista; o Presidente do PROCON da Assembleia legislativa de Roraima, Senhor Lindomar Coutinho; a Senhora Edilene Nascimento da Costa, representando o PROCON de Boa Vista; o Coordenador regional da operadora CLARO/RR, Senhor Raphael Ferreira de Araújo e, a Gerente Regional da VIVO, Senhora Margarita Caplan Schwartz.

Senhoras e Senhores, bom dia. Sob a proteção de Deus e, em nome do povo roraimense, declaro aberta a presente Audiência Pública da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada nos termos das Resoluções nºs: 13/13 e 14/13, com o objetivo de investigar a responsabilidade por danos ao consumidor, causado pela prestação inadequada de serviços de telefonia oferecidos através das operadoras que atuam no Estado de Roraima.

Convidamos a todos os presentes para, em posição de respeito, cantar o Hino Nacional brasileiro.

Convido a todos para assistirmos um documentário sobre os trabalhos da CPI da Telefonia no Estado.

O Senhor Vice-Presidente (Erci de Moraes) – Bom dia a todos e a todas que aceitaram o nosso convite e que, aqui se encontram prestigiando essa CPI, bem como aos representantes das operadoras e demais autoridades. Quero, sem mais delongas, anunciar a palavra do Presidente da Comissão, deputado Coronel Chagas, que fará um relato

mais pormenorizado para situar as senhoras e senhores participantes sobre o andamento e alguns resultados da CPI.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Nosso bom dia a todos. Quero cumprimentar a todos os órgãos de comunicação aqui presentes e as pessoas que fazem parte do movimento requerendo a instalação da CPI das terras.

A CPI da Telefonia tem como slogan: “Respeito ao Consumidor”. Essa CPI foi instalada e é composta por mim, como Presidente, pelo Deputado Erci de Moraes, Vice-Presidente; pelo Deputado Flamarion Portela, Relator; e pelos Deputados Ivo Som e Brito Bezerra, membros.

(Apresentação de Slides em anexo).

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente da CPI, Deputado Erci de Moraes.

O Senhor Vice-Presidente (Erci de Moraes) – Senhor Presidente, saúdo as autoridades presentes, os representantes das operadoras, os companheiros da Comissão e os funcionários desta Casa. O Deputado Coronel Chagas muito bem demonstrou a CPI que estamos conduzindo aqui. É uma das 16 ou 17 CPIs realizadas pela unidade que congrega cerca de mais de mil Deputados deste País que é a UNALE. Pois como bem foi dito por uma Comissão da Câmara Federal, porque não iniciarmos a CPI cujas assinaturas já teriam sido colocadas. Entenderam os representantes dos Estados que não poderíamos ficar omissos. E, atentem bem, esse movimento dessas CPIs, que começou antes dos movimentos de manifestações da sociedade brasileira em relação aos descontentamentos com as autoridades estaduais, federais, enfim.

Na verdade, esse é um problema que afeta a todos os brasileiros indistintamente, quem moram no sul, no sudeste, no centro-oeste e, principalmente atinge no bolso daqueles que são menos favorecidos de meios, de ganhos que são os 265 milhões de usuários que utilizam a telefonia móvel pré-paga. Quando eu compro à vista, vou a qualquer comércio e consigo um desconto significativo. No caso do plano pré-pago, o pagamento é antecipado e, o cidadão paga mais caro que aquele que utiliza o pós-pago. E, além do mais, devido à carência de recursos, os cidadãos utilizam o pré-pago, compram vinte reais de créditos, fazem no máximo duas ligações e na terceira já recebem uma mensagem dizendo que seu crédito está esgotando. Não há nenhum controle sobre isso, e o cidadão fica na dúvida, não sabe se ligou ou se não ligou.

Havia, até bem pouco tempo atrás, ainda bem que a ANATEL acordou, o prazo fixo dos créditos, onde se o usuário não utilizasse, perdia. E, quem se beneficiaria com esses créditos? Felizmente, esse problema já foi resolvido. Estou dizendo isso para que os senhores se atentem para a importância dessa ação, salientando que os nossos legislativos perceberam que o povo brasileiro estava sendo lesado ante mesmo de começar os movimentos que se iniciaram no Brasil inteiro. Então, nós acreditamos que aqui em Roraima, estamos cumprindo o nosso papel, como na maior parte das unidades da federação. Tenhamos nós, aqui, um dia proveitoso. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Muito obrigado, Deputado Erci de Moraes. Antes de passar a palavra ao próximo membro da Comissão, quero informar aos presentes que caso alguém queira fazer alguma manifestação, poderá fazer por escrito, direcionada aos membros da CPI.

Com a palavra o Relator da CPI, Deputado Flamarion Portela.

O Senhor Relator (Flamarion Portela) – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, em nome da Vereadora Aline, cumprimento todos os demais componentes da Mesa. Primeiramente, o nosso objetivo é ouvirmos os usuários do sistema de telefonia. Temos observado, não só nos nossos debates aqui, mas nos encontros nacionais, que os problemas nesse setor são grandes, volumosos e variados. O Deputado Coronel Chagas já fez uma explanação excelente. E, quero apenas fazer algumas complementações. O Brasil, no ano de 2000, tinha 23 milhões de linhas de telefones celulares. Em 2002, nós já tínhamos 240 milhões de linhas de celulares. Em maio de 2013 deste ano, nós atingimos 265 milhões de linhas de celulares, enquanto a população brasileira, agora no mês de julho, foi projetada pelo IBGE em 201 milhões de habitantes. Portanto, nós temos um percentual elevadíssimo de linhas em relação à nossa população. E o que chama a atenção também, é que, nos últimos 10 anos, os investimentos aplicados no setor, correspondem somente a 63%. Enquanto a receita do sistema de telefonia móvel no Brasil teve um incremento de 257%, ou seja, há uma nítida defasagem entre aquilo que se fatura e aquilo que retorna para tornar o sistema mais eficiente, o serviço mais seguro e de qualidade para o usuário que paga toda a conta. Nós temos um dado

que também chama a atenção. Desses 265 milhões de linhas, 82% desse universo são de telefones pré-pagos, utilizados por cidadãos que pagam o serviço à vista, e não sabem como é que vai usar, porque não há uma transparência. Ele não recebe nenhuma informação, até mesmo através do celular. Como aquele valor de 20 reais, de 30 reais que ele colocou, foi gasto? Já no serviço pós-pago, você recebe uma lista de ligações feitas, uma demonstração de como você gastou. 82% das linhas telefônicas são pré-pagas, mas o usuário não tem nenhum controle sobre a utilização. Isso é uma questão que nos deixa perplexos, porque tecnologia e condições eles têm para informar.

Outra coisa que nos chama a atenção é essa defasagem entre o faturamento e o retorno. O Japão, por exemplo, tem 400 linhas por torre, ou seja, cada torre, senhor Ademir Teles de Menezes, só cobre 400 telefones. Depois nós temos a Espanha, onde cada torre só cobre 460 telefones. Nos Estados Unidos, uma torre cobre cada mil linhas, o dobro dos dois países que citei anteriormente. No Brasil uma torre cobre cada 5 mil linhas. E aí, em nível nacional, as operadoras dizem que têm problemas com a Secretaria do Meio Ambiente, que procuraram a legislação municipal e não existe, procuraram fazer implantação de torres e encontraram dificuldades na legislação e na aprovação. Mas, não há um esforço para superar o problema, e a população fica pagando caro por isso. Nós, em Boa Vista ou em qualquer cidade brasileira, às vezes estamos falando no celular e, de repente, a ligação cai. É porque saímos da área de cobertura de uma torre e entramos em outra que não tem vaga, não tem nenhum canal aberto, por isso a ligação cai. Esse é realmente um comprometimento do serviço oferecido.

Vocês se lembram da portabilidade? Apareceu para a sociedade brasileira como um direito, que isso era imprescindível ser realizado. Entendemos o direito de escolha, do cidadão. Se ele está na TIM, quer ir para a OI, ou se está na OI, quer ir para Claro, está na Claro e quer ir para a VIVO, tudo bem! Mas, sabem o que acontece, meus caros amigos? É aí que está o grande nó, a portabilidade se transformou num grande faturamento para as operadoras, na mina de ouro das operadoras. Por quê? Porque quando você faz uma ligação achando que o telefone é da OI, ele é da TIM, porque o número, aparentemente, que está na nossa mente, pertenceria a OI, mas é da TIM. Você está fazendo equivocadamente uma ligação achando que está dentro de seu plano. Por isso que tem gente que diz que colocou 15 reais e o crédito acabou rapidinho! Claro, porque devido à portabilidade, você está ligando para um conhecido seu que acha que é usuário da tal empresa, só que ele fez a portabilidade e não é. Aí você diz, meus 15 reais sumiram em quatro ou cinco ligações. Eis a questão! Aquilo que era um direito se transformou numa fonte de renda para as operadoras. Vocês estão alcançando o que eu quero dizer? A portabilidade se transformou em uma mina de ouro para as operadoras. E, eu pergunto aos senhores: qual é a dificuldade de qualquer operadora anunciar para a pessoa que está ligando que o celular do João, do Pedro é da operadora A, B, C, ou D? Se informassem, você perceberia que ia pagar caro e não continuaria a ligação. Mas não avisam! É por isso que às vezes, colocam 20 reais no celular e quando fazem três ou quatro ligações, o crédito acabou por conta do fenômeno chamado portabilidade.

Então, só queria fazer essas observações para que possamos ouvir as palavras dos demais colegas e continuarmos com as indagações que nós queremos proceder nessa audiência pública. Encerro e dou a boas-vindas a todos. Muito obrigado!

O Senhor Vice-Presidente (Erci de Moraes) – Em continuidade, passo a palavra ao Deputado Brito Bezerra, também membro da CPI.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas; Vice-Presidente, Deputado Erci de Moraes; em nome do Deputado Flamarion Portela cumprimento todos os membros da Mesa e as autoridades aqui presentes, e parabeno os vereadores que aqui estão representando os municípios.

Eu quero Senhor Presidente, destacar a mensagem deixada a esta Casa, sob a presidência do Deputado Chico Guerra, de que várias audiências públicas nós já fizemos aqui, já debatemos assuntos de grande importância para o nosso Estado, atendendo às reivindicações da sociedade. Esta Casa está de parabéns por tantas audiências públicas que já fizemos. E claro, entendo que não poderia ser diferente, por ser esta Casa do Povo. Hoje, estamos aqui com uma CPI aberta, em audiência pública, o que é mais um avanço nesta Casa. Essa é a primeira CPI aberta e esperamos que a próxima também, seja. Nós estamos atendendo ao pedido de pessoas que estão aqui acampadas há mais de 15 dias nesta Casa, solicitando a abertura de uma CPI, tal qual foi aberta a CPI da telefonia em nosso Estado. Esse é o nosso anseio.

Mas, quero destacar aqui nossas viagens ao nosso interior.

Viajamos por todo o interior do Estado, fomos a Rorainópolis, São Luiz do Anauá, São João da Baliza, visitamos o Bonfim. Enfim, ouvimos a população de nosso Estado. Doutor Ademir, Vossa Excelência, é o representante da Promotoria do Consumidor. Nós ouvimos relatos de pessoas que dizem ter perdido até vidas por falta de comunicação. Pessoas que tinham problemas graves de saúde, não tiveram como se comunicar com Boa Vista para que uma ambulância fosse deslocada até o município ou até uma vicinal. Pessoas perderam a vida porque não havia cobertura nessas redes de telefonia que cobrem o nosso Estado. Portanto, esse é um assunto de muita relevância, porque envolve a vida das pessoas. Mas, a meu ver, é muito simples de se resolver, não há mistério algum. Nós temos 44% de tributos em cima de uma conta de telefone. Isso é o cúmulo do absurdo. Vejam bem a voracidade que tem o Poder Público de arrecadar. Se fosse para devolver em benefício para o nosso povo, como seria bom 44% da arrecadação. Segundo o Coronel Chagas, esse tributo não é reinvestido. Então, para onde vai esse recurso? O Poder Público dá outro fim, quando seria necessário investir na melhoria da qualidade da telefonia móvel e fixa e na Internet do nosso país.

Primeiro, temos que diminuir esses tributos. O Coronel Chagas falou que se diminuirmos 5% a cada ano, essa redução não vai sequer prejudicar os Estados no fatiamento do bolo. Por quê? Porque a telefonia cresce mais de 5% ao ano. Portanto, é algo óbvio e lógico. Podemos fazer isso sem causar prejuízos aos Estados em relação aos investimentos? Podemos. E por que não se faz? Falta vontade política. Então, nós, políticos, representantes do povo temos que nos engajar nessa campanha e temos que diminuir os tributos que se inserem na conta da energia. Então, essa seria uma parte da solução. Qual seria a outra? Diminuir os lucros bilionários dessas empresas que trabalham no segmento de comunicação de nosso país para que, uma parte desses lucros, fosse investida também na melhoria da qualidade da telecomunicação.

Por que o Brasil tem 5 mil antenas e os Estados Unidos só tem mil? O que vocês acham? Porque há políticos sérios lá que cobram e dizem: Olha, aqui não! Aqui, se quiser ganhar dinheiro, tem que prestar um bom serviço. Em nosso país, ficam os políticos questionando: será que dá certo? Aí chega a empresa de telefonia e diz: dá, vamos trabalhar. E a campanha está se avizinando e o político deixa passar. Tudo é lei. O marco regulatório está mal feito. Esse foi o lobby das operadoras com muito poder e a classe política cedeu. O tal do jeitinho brasileiro, que está no sangue do nosso povo. Então, nós temos que fincar o pé e dizer: se nos Estados Unidos é mil, aqui também tem que ser mil. Por que existem cinco mil e não está funcionando? Reinventa o recurso; diminua o tributo que resolve a situação. Então, um novo marco regulatório deve ser definido. A UNALE, com o apoio de todas as Assembleias Legislativas do País, está com a CPI aberta, a qual vai dar sim um resultado; trazer a problemática, indicar uma solução. E nós, o povo brasileiro, esperamos que, em breve, tenhamos uma conta de luz bem mais em conta. Em nosso país, pagamos a conta de telefone adiantado como pagamos a entrada no cinema. Compramos o pré-pago, o cartãozinho, telefonamos e ficamos sem crédito, e ninguém te dá uma satisfação.

Então, Deputado Flamarion, Senhores Deputados, Vereadora Aline Rezende, demais autoridades aqui presentes, essa é uma luta válida. E, eu espero que, como foi resultante de um trabalho de todas as Assembleias, a diminuição na conta de energia elétrica do povo do nosso país, seja também resultante da força de trabalho dos Deputados Estaduais, sugerindo ao Congresso Nacional que construa um novo marco regulatório, a diminuição da conta de telefone do nosso povo, e que, as operadoras consigam atender as necessidades, trazendo uma melhor qualidade na telefonia móvel e fixa, construindo um marco regulatório para Internet, que ainda não existe. É esse o nosso trabalho, o nosso dever. E é esse o nosso desejo. Portanto, parabéns a todos que estão nessa luta para trazer para o nosso povo mais essa vitória, que em breve virá. Muito obrigado, Senhor Presidente.

O Senhor Vice-Presidente (Erci de Moraes) – Obrigado, Deputado Brito. Na sequência, queremos convidar para fazer uso da palavra o Promotor de Defesa do Consumidor e da Cidadania, Doutor Ademir Teles de Menezes, aqui representando o Procurador Geral de Justiça, Doutor Fábio Stica. E de nosso parceiro do Ministério Público Estadual na execução desta CPI.

O Senhor Promotor de Defesa do Consumidor e da Cidadania, doutor Ademir Teles de Menezes – Bom dia a todos aqui presentes. Cumprimento a Mesa, em nome do presidente; e os Senhores Vereadores presentes, parabéns pela participação. Muitas vezes não vemos a

participação do Poder Legislativo Municipal, mas é importante que os Senhores participem e também engajem esse tipo de luta, que é para o bem de toda a população aqui presente.

Eu gostaria de fazer uma observação inicial. Eu tenho aqui, na minha relação de composição da Mesa, a presença da VIVO, da CLARO, mas não tenho a presença da TIM e nem da OI. Eu não sei se essas empresas também foram convidadas, mas acredito que tenham sido. Não sei se eles têm algum representante aqui, no Plenário. Provavelmente, tenha alguns olheiros para levar informações sobre aquilo que foi tratado, porque eles não se fizeram presentes, o que, a meu ver, demonstra aquilo que eu tenho convivido no dia a dia, ou seja, descaso com esse país, com a população brasileira, com a população roraimense. É assim que essas empresas nos tratam, infelizmente. Eu fiz essa observação, porque os telefones da TIM, desde quarta-feira da semana passada, não completam a ligação. Ao invés de ser uma empresa de telefonia, ela se transformou numa empresa que te manda uma mensagem: Te ligou. Na TIM, se alguém ligar para você, a probabilidade hoje de conseguir completar a primeira ligação é muito pequena. Então, ela não é mais uma Companhia de telefonia, mas uma companhia de recadinho. Eu falo isso, porque sou cliente dela, e estou vivendo isso na pele, infelizmente. Parece que isso não é nada, Deputado Flamarion, mas lá na minha promotoria, ontem recebi uma reclamação de uma senhora, cujo marido brigou com ela, porque, segundo ele, a esposa passou a manhã com o telefone desligado. Até um simples conflito desses, essas empresas conseguem trazer para dentro da nossa família. Por quê? Porque ligamos e o telefone está desligado, ou seja, isso é tratar o consumidor como palhaço, como um nada. Nós, nos PROCONs e lá na promotoria, conversamos com esses consumidores e recebemos essa informação. São tantos os problemas de telefonia que a gente passaria talvez a tarde elencando esses problemas sobre o crédito pré-pago; Imagine o consumidor! Eu compro um serviço, mas a Companhia me diz que se você não usar em 9 dias, em 20 dias, perco o meu dinheiro. Mas que negócio louco é esse? Eu ajuizei uma ação contra a VIVO, em primeira instância, mas, para nossa infelicidade, o juiz julgou improcedente essa ação. E eu recorri. Agora, está no Tribunal de Justiça. Espero que o Tribunal de Justiça daqui copie a decisão do TRF, que agora declarou, em nível de justiça federal, por conta de uma ação do Ministério Público Federal, que o crédito pré-pago não pode ter prazo. O prazo é o consumidor utilizar. E vejamos só, Senhores Deputados, autoridades aqui presentes, Senhores Vereadores, Vereadora Aline, cidadãos, os senhores me desculpem, mas eu vou usar um termo chulo aqui. Essa é a sacanagem que fazem com a gente, principalmente com as pessoas mais humildes, porque quanto menor o valor, menor o prazo de validade do crédito. Isso penaliza as pessoas mais pobres, mais carentes. Que coisa mais estúpida que esta nossa ANATEL deixa acontecer, Deputado Flamarion? Como eu disse quando eu fui inquirido aqui, porque essa legislação, feita a quatro mãos, da dupla interpretação, mas a favor de quem? De você consumidor? Não, a favor da empresa de telefonia.

A portabilidade que o Deputado Flamarion falou que virou uma mina para as empresas virou um problema para o cidadão, sabe por que Deputados? Porque além daquilo que o senhor colocou, hoje o cidadão faz a portabilidade e a empresa acha que pode exigir um prazo de fidelidade desse cidadão. Você mudou da TIM para a CLARO e, a CLARO quer que você fique um ano cliente dela. Eu estou com uma reclamação formal a esse respeito contra essa empresa. Onde está a minha liberdade de escolha? A minha liberdade constitucional de dizer não, quero mais, essa companhia vai para onde? Para o buraco? Quem são essas empresas para fazerem isso conosco? Mas, é isso que nós temos vivido no Brasil, eles pegam filé-mignon, mas na hora de compartilhar o osso, ninguém quer, Deputados. Conte na CPI e vou contar aqui, para a população, que em 2010 eu fui designado para trabalhar na eleição no Município de Caroebe. Estava uma equipe da Polícia Militar, outra da Polícia Civil trabalhando lá, e eu. E, como eu não era cliente da OI, comprei um chip da referida empresa para poder me comunicar com Boa Vista, inclusive, do ponto de vista profissional, para pedir mais apoio. Resultado? Nem eu, nem o Delegado Federal, nem os agentes conseguíamos falar. O telefone estava completamente mudo e fomos atrás de informação. E, obtivemos a informação de que existe telefonia celular em Caroebe, só que se tiverem mais de sete pessoas falando, não há mais porta de entrada para ligação, ou seja, se tiverem sete ligações em andamento, sente e espere que alguém desligue para, quem sabe, conseguir um contato seu. Sabe por que isso, Deputado Coronel Chagas? Porque as companhias assinaram um protocolo, na ANATEL, de interiorização da telefonia celular, só que este protocolo

não diz qual a condição que essas companhias tinham que atender. Então, foram lá, colocaram uma torrezinha que só cobre sete ligações telefônicas e disseram para a ANATEL que interiorizaram e estão prestando serviço de telefonia móvel em Caroebe, em Rorainópolis, em Alto Alegre. E, a ANATEL não pode fazer nada, porque realmente lá existe um serviço de telefonia, embora não valha nada. São tantos os problemas, ligações que o cidadão não fez e vem na conta etc. Eu trouxe dois vídeos que retirei da internet e peço permissão para mostrá-los, em relação à telefonia brasileira. Vai ter alguns sons de pim, porque há palavrão e eu não podia trazer para esta Casa palavras de baixo calão. Mas por favor, entrem na internet e ouçam com os palavrões também, isso se a internet de vocês funcionar.

Apresentação de vídeo

O Senhor Promotor de Defesa do Consumidor e da Cidadania, (Doutor Ademir Teles de Menezes), continua – Este vídeo é do canal parafernália e da porta dos fundos.

Nós não temos escolha, porque se a CLARO esta ruim, você vai para a TIM que está pior, sai da TIM e vai para a VIVO, que é uma porcaria, sai da VIVO e vai para a OI, se arrepende e volta para a CLARO, porque todas estão do mesmo jeito, não funcionam, só funcionam para a empresa gerar bilhões de lucros, mas não funcionam para prestar serviço eficiente para o cidadão. Eu gostaria muito que o movimento Vem para Rua tivesse encampado também essa questão da telefonia. O mundo já viveu eras em que ter poder, era ter muitas terras, muito ouro. Hoje, ter o poder é ter muita informação, o país pode ser pequeno, pouco importa o tamanho da terra e a quantidade de ouro, mas se ele é um País bem informado, detém o poder. Num país como o nosso, isso é feito por acaso para não funcionar? Lógico que não, isso é pensado. Senhores Deputado, já que Vossas Excelências encamparam, de forma muito salutar, essa bandeira, é necessário que o Poder Judiciário também estivesse presente, porque o cidadão entra na justiça, é extorquido pela companhia, assina uma linha, faz ligações só aqui dentro de Roraima e chegam 900 reais de conta, chega interurbano até para Cochinchina. Então, ele vai à companhia, reclama, contesta a conta, mas nada acontece. A companhia protesta e negativa esse cidadão, faz um inferno na vida dele. Um cidadão chegou com a família no supermercado para pagar uma conta com o cartão de crédito, mas o cartão estava suspenso porque uma das companhias o negativou por uma conta de uma contestação que ele tinha feito. Olhem a vergonha que esse cidadão foi submetido a passar. Ele entrou na justiça e a empresa foi condenada a pagar, vejamos a fortuna, dois mil reais. Ele ficou seis meses correndo em todos os cartórios e a justiça condena a companhia a pagar apenas dois mil reais. A empresa ainda recorreu e o valor baixou para 800 reais, porque a justiça não podia ser usada para enriquecimento ilícito do cidadão. Se há enriquecimento ilícito, é da empresa e não do cidadão. Seria bom que o Poder Judiciário também viesse participar dessas discussões para que começasse a se sensibilizar, para que as empresas fossem condenadas nesses casos de danos morais, a pagar o valor de 50, 100 mil reais. Recorreu, perdeu, terá que pagar, pois só assim vai haver mudança de comportamento, respeito para com o consumidor. Enquanto houver condenações de 800 reais, as empresas vão continuar a dar risadas. Eu recebo, no meu gabinete, via de regra, quando convoco alguém de uma empresa dessas, 3, 4 advogados acompanhando a pessoa, sabem para quê? Para mostrar que eles são fortes, que estão preparados para a briga, vem advogado do Rio de Janeiro, de São Paulo para fazer uma oitiva. Eles vêm armados, dizendo: “estou pronto para guerrilhar, estou pronto para brigar”. Nos escritórios dessas empresas, eu mando para CPI cópia da petição, a primeira página tem 70, 80 advogados para intimidar aqueles que vão litigar contra. Nós estamos sendo submetidos a uma situação absolutamente impossível de suportar, no que diz respeito à telefonia e à internet. Não há mais condições do Brasil ter uma ANATEL que não funciona, pois precisa o PROCON de São Paulo calcular e mostrar erros para que tomem algumas providências que não surtem efeito na prática. Investiguem que são os diretores da ANATEL, a qual empresa era vinculada antes de chegarem à ANATEL, porque, via de regra, os diretores que estão lá e na ANATEL são pessoas que vieram de outras empresas. São profissionais que deixam de ganhar 150 mil por mês para ir para a ANATEL ganhar 15 mil, coisa que nos emociona, pois são pessoas interessadas no povo brasileiro. O brasileiro de sangue bom esse! E aí, começamos a verificar como acontece esse tipo de regulamentação que não atende os anseios da população. Quando isso chegar em nível de Congresso Nacional, acredito que seja instaurada uma CPI para investigar a ANATEL, quem são esses homens e mulheres que compõem a direção da Agência e quais interesses eles estão

defendendo. Se você pretende mudar de empresa, saiba que vai sair de um problema e entra em outro, pois não há solução, talvez mude só o problema. Não podemos mais aceitar o descaso dessas empresas, o descaso e forma com que nós brasileiros somos tratados. Em Roraima, a situação é pior, porque eles estão aqui mais por uma questão de obrigação, pois não somos um centro com milhões de consumidores, o que não quer dizer que eles não tenham lucro, têm sim. Eu processo esse povo há cinco anos e sei como eles são. Eles fazem de conta que são bons, mas nos enganam 24 horas por dia. A prova disso são as ações contra eles na justiça. Não sou eu quem fala, basta verificar as ações e os inquéritos civis que temos. Peço desculpas por ter tomado tanto tempo, mas é que este tema eu enfrento cotidianamente e sei qual é o tratamento dado ao consumidor. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas – Agradecemos sua presença. O senhor tem dado demonstrações inequívocas do seu compromisso com o cidadão roraimense, na defesa do consumidor, nas causas coletivas e na questão da telefonia não tem sido diferente. Sua contribuição ao cidadão roraimense, nesse sentido, tem sido altamente positiva, marcando, de forma indelével, a atuação do Ministério Público nas questões de defesa do consumidor, especialmente em relação à telefonia. Agora, vamos passar a palavra à representante do PROCON de Boa Vista, Edilene Nascimento da Costa.

A Senhora Edilene Nascimento da Costa, representante do PROCON de Boa Vista – Bom dia a todos os presentes. Quero iniciar parabenizando a iniciativa desta Casa Legislativa, pois como representante do PROCON em Boa Vista, sei que todos os dias no nosso órgão vivenciamos problemas, decorrentes de falhas nos serviços de telecomunicação. De forma que essas reclamações, hoje, representam 80% das reclamações feitas por nossos consumidores. E, prezando por uma boa atuação, em respeito ao Código de Defesa do Consumidor, queremos deixar registrado que os princípios básicos que a Lei defende, quando fala em prestação de boa qualidade de serviço, estão sendo totalmente desrespeitados. O que tenho a dizer, de forma específica, considerando nossa realidade local, é que a maioria das reclamações que nos chegam, trata-se de cobranças indevidas, onde o consumidor adere a um plano e, posteriormente, na sua fatura, é surpreendido por seguros que nunca aderiu e chegamos ao absurdo de termos cerca de dez ou mais consumidores que para fazer o cancelamento, que é um direito adquirido e pode ser feito através do SAC, levam mais de uma hora para serem atendidos. Isso quando conseguem atendimento. Na maioria das vezes, esse cancelamento só é efetuado após o consumidor procurar o PROCON para fazer esse serviço, quando na verdade, nós sabemos que se ele quiser cancelar, essa empresa tem que, de forma imediata, realizar o cancelamento. Além desses casos, nós atendemos consumidores que, por falta de esclarecimentos, recebem ligações de operadoras fornecendo serviços aos quais os consumidores não estão interessados e, quando se negam a aceitar, quase sempre são surpreendidos na fatura seguinte com serviços que a empresa diz que eles aderiram, quando, na verdade, eles não compactuaram com isso. E, mais uma vez, o consumidor precisa ir ao órgão de proteção questionar tal cobrança. Quanto à má prestação de serviços, a demanda no PROCON é bem significativa. Isso é notório e de conhecimento de todos, pois todos têm celulares, usam a internet e sabem o quanto as operadoras deixam a desejar nesse assunto.

Quando fazemos um pedido de refaturamento de cobrança indevida, não conseguimos a resposta imediata para o consumidor e, às vezes, temos que esperar até cinco dias para que as operadoras nos forneçam uma resposta. Outra queixa que ocorre muito no PROCON é quanto ao tempo para atendimento ao consumidor, pois eles não respeitam a lei do SAC e, além de ultrapassarem os limites permitidos, na maioria das vezes não fornecem uma resposta precisa ao consumidor. Enfim, viemos aqui para fazer este relato e mostrar aos senhores o que vivenciamos todos os dias no PROCON. Queremos deixar bem claro à população que estamos à disposição de todos, das oito às doze horas, das quatorze às dezoito horas, de segunda a sexta, esperando pelos consumidores, pois quanto mais reclamações a gente tiver, maior será nossa força para encaminhá-las ao Ministério Público e à Delegacia do Consumidor, órgão com quem mantemos relações de cooperação, bem como à Defensoria Pública. Obrigado pela oportunidade de manifestação.

O Senhor Presidente Deputado Coronel Chagas - Agradecemos a participação da Edlene Nascimento da Costa – Representante do PROCON de Boa Vista. Neste momento, passaremos a palavra ao Senhor Rawlins – Presidente da Comissão dos Direitos de Defesa do Consumidor.

O Senhor Doutor Rawlins, Presidente da Comissão dos Direitos de Defesa do Consumidor - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores

Deputados, Vereadora Aline Rezende, demais Vereadores do interior do Estado, representantes dos PROCONs, da Secretaria de Gestão Ambiental, Advogados e Advogadas aqui presentes, servidores desta Casa, imprensa e plateia, eu quero reforçar a observação que do Presidente da CPI, o Deputado Coronel Chagas, fez com relação à ANATEL. Nós fizemos uma solicitação à Agência, via ofício, no entanto alegaram que o representante da ANATEL aqui, em Roraima, estaria doente. E, tivemos ainda o privilégio de termos um representante da Ordem dos Advogados do Brasil nesta reunião, fizemos vários questionamentos, no entanto, no final, não nos convenceram... Questionamos a atuação da ANATEL e, para a nossa surpresa, eles não sabiam informar se havia alguma fiscalização precisa em andamento, ou quantas já teriam sido feitas. Nós questionamos também a capacidade da antena, se eles tinham como identificar realmente se o número de usuários que estariam usando a telefonia móvel seria suficiente para a estrutura das operadoras comportarem e, dentre outros questionamentos, percebemos que a maioria das respostas eram evasivas. Em virtude disso, nós oficiamos à ANATEL, pedido para que nos enviasse um Relatório de fiscalização e de PADO, Procedimento Administrativo por Descumprimento Obrigacional, mas também não souberam nos informar. Eles responderam que neste momento não tinham um resposta e enviaram o ofício para a ANATEL em Brasília, e nós continuamos aguardando essa resposta. Já com relação às operadoras, nós fizemos também uma reunião com todos os representantes e tivemos o privilégio de termos todos os representantes lá. Nós questionamos a qualidade do serviço e que enfrentavam através burocráticos na Secretaria Municipal de Gestão Ambiental com relação à liberação de antenas, também via ofício e, para nossa surpresa, a resposta do Secretário Municipal de Gestão Ambiental foi que desde o ano de 2011 para cá, não há nenhum registro de pedido de instalação de novas antenas. Eu estou falando tanto de antenas, porque embora não tenhamos o conhecimento técnico, fizemos uma pesquisa e podemos identificar o que o Coronel Chagas disse. Que para melhorar a qualidade dos serviços, precisamos ampliar o número de antenas. Também quero ressaltar que houve uma CPI na Câmara Municipal de Porto Alegre, no dia 27 de junho, e o Presidente do Sindicato que representa as operadoras, Sindetelebrasil, o Senhor Eduardo Levir, falou o que todos nós pensamos, que para melhorar o serviço é preciso aumentar o número de antenas. Essa regra é válida em qualquer lugar do mundo. Diante disso, o que nós concluímos? Que as empresas estão faturando muito, no entanto, não estão investindo em infraestrutura, em redes, que seria o correto para melhorar a qualidade do serviço. Questionamos se eles tinham um plano de serviço e eles se referiram a um plano nacional, só que nós queremos saber da questão local, que eles identifiquem de forma precisa, o que foi investido, se essa capacidade atende o número de usuários roraimenses, mas essas informações nós não obtivemos. Então, diante dessa problemática, resolvemos fazer um levantamento dos principais problemas enfrentados pelos consumidores e montamos uma pequena estrutura no terminal José Campanha Wanderley, onde ficamos por quase um mês levantando os problemas enfrentados e, identificamos o que os colegas disseram aqui, que o que deixa mais a desejar é a qualidade das ligações, ou seja, a queda de ligação. Das 689 reclamações sobre a telefonia móvel, 564 estão relacionadas a chamadas que não se completam; 261 à ausência de informação de planos, de pacote etc... Diante da identificação desses problemas pude perceber que falta, por parte das empresas de telefonia, transparência, porque assim como o consumidor tem obrigação de pagar, eles também têm a obrigação de entregar um serviço com qualidade. Mas, percebemos que eles violam flagrantemente o código de defesa do consumidor, que é um direito básico, visto que o consumidor tem direito a ter informação adequada e clara sobre os produtos e serviços que contrata, é lei! Então, é obrigação de todos, cumprir. Diante dessas questões, nós queremos informar que vamos estender esses serviços a outros Municípios, pois é importante ouvirmos também os consumidores do interior. Vamos ingressar com as representações, estamos fazendo alguns ajustes, e vamos representar nos órgãos do consumidor, na ANATEL, no Ministério Público Federal, no Ministério Público Estadual. Agradeço a oportunidade. Muito obrigado!

O Senhor Presidente da CPI, (Coronel Chagas) – Quero registrar aqui, Deputado Flamarion e Deputado Erci, uma das protagonistas dessas CPIs nas Assembleias Legislativas do Brasil, porque a OAB, seccional do Rio Grande do Sul, juntamente com o Ministério Público daquele Estado e a Assembleia Legislativa começaram um trabalho, elaboraram, construíram um Requerimento para a CPI, que serviu de base para a

realização de todas as CPIs das Assembleias Legislativas. A participação da OAB, do Ministério Público, da Assembleia legislativa do Rio Grande do Sul e depois da UNALE, fez com que esta CPI chegasse já a 16 Estados. Enalteço a OAB Roraima que vem, durante todo o processo, realizando reuniões, cobrando providências da ANATEL, e também realizando uma pesquisa de satisfação em que ficou claro o que já é senso comum, que é a insatisfação dos consumidores roraimenses. Passo a palavra ao Senhor Vereador Max Queiroz, Presidente da Câmara de Vereadores do Município do Alto Alegre.

O Senhor Presidente da Câmara de Vereadores do Município do Alto Alegre, Vereador Max Queiroz – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero cumprimentar o Deputado Coronel Chagas, Presidente desta CPI, e agradecê-lo pelo convite. Agradeço também a presença dos Vereadores do Município do Alto Alegre, Vereadores Reginaldo, Fábio Costa, Hernei, Nanão Aragão, Claudio da Farmácia e Atecidles. Para nós é um momento único estarmos aqui, enquanto representantes da Câmara de Alto Alegre. Nós não poderíamos deixar de estar aqui, pois temos alguns questionamentos e queremos aproveitar esta oportunidade para dirimi-los. As informações que temos é que houve um processo de licitação, ou um pregão, e que algumas operadoras ganharam esse processo. Em Alto Alegre, quem opera o sinal de telefonia é a empresa Claro, e nós temos dificuldade de entregar os nossos requerimentos, as nossas indicações. Na condição de Presidente, ainda não consegui encontrar um representante dessa empresa em Boa Vista para entregar os Requerimentos e as indicações feitas pela Câmara Municipal do Alto Alegre. Estou feliz porque parece que aqui estão os representantes daquela empresa. A Câmara de Alto Alegre foi praticamente renovada, dos 9 Vereadores, 5 são de primeiro mandato. Nós temos muitos problemas no nosso Município, um deles é a qualidade da prestação de serviços de telefonia ao consumidor. Há semanas que passamos dias sem comunicação, por isso viemos aqui reivindicar a possibilidade, se o representante da CLARO estiver aqui neste momento, e pedir ajuda desta CPI e desta Casa, de instalação do serviço de internet e a expansão do sinal dos telefones no Município, porque quando nós saímos da sede, cerca de 6 a 8 km, nós não conseguimos mais nos comunicar. E por que não fazer a instalação e o sinal de internet no nosso Município? Porque lá está a Universidade Estadual de Roraima, onde muitos dos nossos pais de família estudam, então, é necessário o sinal de internet. A estrutura física da operadora CLARO é muito grande no nosso Estado. Lá, eles alugaram um terreno, colocaram uma torre muito grande, então na operadora CLARO tem condições sim de expandir o sinal de internet no nosso Município. Quero aqui pedir a ajuda desta Casa e da CPI. Ajudem-nos. Muito obrigado.

O Senhor Presidente da CPI (Coronel Chagas) - Senhor Presidente da Câmara de Vereadores eu fico muito feliz com sua presença e com a dos demais Vereadores que compõem aquela Câmara Municipal, bem como com a presença do Vereador Artífide, que veio participar dessa audiência sobre os reclames que chegam aos gabinetes. Vocês estão de parabéns.

Hoje se encontra aqui o representante da CLARO, o senhor Rafael Ferreira de Araújo, que com certeza poderá trocar contatos e passar as demandas, assim como vamos passar um abaixo-assinado da região do Bonfim, da Vila São Francisco que compõe 08 comunidades e congrega mais de 5 mil moradores daquela região, pedindo a instalação de uma torre de telefonia celular da CLARO, já que é uma área que a empresa ganhou a concessão. Com certeza é viável aquela região receber uma antena, Pois isso nós temos aqui o abaixo-assinado já com o ofício para lhe entregar.

Vou passar a palavra ao representante da Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas, Senhor Maurício Pimentel de Andrade já fazendo uma pergunta, pois muito se tem ouvido de maneira informal. E já que o fez de forma formal junto à OAB, aos representantes das operadoras, acho que até ao Ministério Público, se não me engano, segundo depoimento que colhemos na CPI, que as operadoras estariam tendo dificuldades para instalação de antenas em razão de burocracia na Secretaria Municipal do Meio Ambiente, que é quem autoriza e quem libera a instalação de mais antenas.

Então, a pergunta que faço é se, efetivamente, há algum requerimento ou pedido de alguma operadora junto à secretaria que o senhor você representa neste ato, que esteja tramitando e que até o momento não tenha sido autorizado, ou que esteja há mais de 30 dias tramitando na Secretaria do Meio Ambiente?

O Senhor representante da Secretaria Municipal de Gestão Ambiental e Assuntos Indígenas, Senhor Maurício Pimentel de Andrade – Meu bom dia a todos. É com muita satisfação e alegria que cumprimento a Mesa Diretora desta CPI, os participantes da Plenária e todos os presentes.

Respondendo a pergunta do Presidente, não há nenhuma solicitação ou reivindicação desde 2011, referente a licenciamento das antenas de telefonia. Se não há pedido de novos licenciamentos, é sinal que não há instalação de novas antenas no nosso município. E, quero parabenizar esta CPI porque muito antes do levantar que nós vivemos no nosso país, como ponta pé inicial dos paulistas reivindicando o não aumento da tarifa de ônibus, onde todo o país demonstrou que sabe reivindicar, lutar pelos nossos direitos, porque nós não nos escusamos a pagar os impostos, mas precisamos, enquanto nação, saber exigir a contra partida. E nesta Casa isso está sendo bem exemplificado com esta CPI, com a presença dos Vereadores também, que são os nossos guardiões, guardiões da sociedade. Não podemos esquecer a Secretaria do Meio Ambiente, a qual neste momento, represento o Secretário do Meio Ambiente Municipal.

O Meio Ambiente é uma questão que influi na vontade de todos nós. Observamos que, em relação à telefonia, quando vem um temporal, ou em época de chuva muito forte, algum problema acontece, porque, às vezes, não dá linha e não conseguimos ligar. Então, por mais tecnologia que exista, nós não podemos esquecer que essa questão ambiental influi. E por falar em questão ambiental, não temos ainda um programa de coleta seletiva no nosso município, mas ela se inicia na cozinha, separando o lixo orgânico do inorgânico.

Então, parabenizo essa Comissão e resalto que nós, da Secretaria do Meio Ambiente, agimos em função da Lei. Não estamos empantando o desenvolvimento, nem criando situações burocráticas. Se essa lei, que é federal, não acompanhou o desenvolvimento, a demanda da população, esta é uma Casa de fabricação de leis. No mais, agradeço e tenha todos, um bom dia.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – O senhor Maurício, trouxe uma informação muito importante para esta CPI, porque agora há pouco estava falando com o Doutor Rawlins que não tinha certeza se havia sido a OAB, ou o Ministério Público que tinha repassado essa informação. O Doutor Rawlins acabou de confirmar que eles oficiaram que receberam informação de todas as operadoras que atuam aqui, no Estado de Roraima, de que não estavam instalando mais antenas porque a burocracia da Secretaria Municipal do Meio Ambiente estava atrasando isso, mas Vossa Senhoria, aqui representando a Secretaria de Gestão Ambiental, nos informa que o último pedido data de 2011.

Então, as operadoras não repassaram essas informações para a OAB e faltaram com a verdade, demonstrando uma falta de compromisso com o consumidor roraimense. Isso vai constar nos autos da CPI. Na semana que vem, vamos ouvir os representantes das operadoras e esperamos realmente ter informações concretas, verídicas sobre a situação, porque estamos numa CPI. Agradeço essa informação que vai constar dos autos da ata, pois tudo que estamos falando, está sendo filmado, gravado, depois será transformado em Ata e será assinado por todos os membros da Comissão Parlamentar de Inquérito.

Vou passar a palavra para o nosso Relator, Deputado Flamarion Portela. Mas antes, quero dizer que recebemos diversas perguntas de pessoas que estão aqui acompanhando essa audiência pública, e ele vai tentar sintetizá-las. Qualquer membro da comissão poderá responder se for direcionada para alguma operadora. Aqui se encontram as representantes da CLARO e da VIVO. A representante da TIM veio especialmente de Belém para participar dessa Audiência, mas ontem ela sofreu um acidente, fraturou o pé, que está engessado. A representante da OI não veio, muito embora a empresa tenha sido comunicada. Não veio para essa audiência pública, mas para a oitiva é obrigada a vir, sob pena de vir através dos termos jurídicos, ou debaixo de vara, como se fala, ou seja, mediante intimação.

Vou passar a palavra ao Deputado Flamarion Portela – Queria fazer da satisfação de ver o desabafo de Vossa Excelência, porque esse talvez não seja só o desabafo de um promotor que tem a obrigação de defender a comunidade. Vossa Excelência já demonstrou essa indignação quando da oitiva da CPI, em outras ocasiões nesta Casa, e hoje mais contundentemente também.

Pedindo permissão ao Presidente, queria antes de tentar responder as perguntas formuladas a todos nós, perguntar ao Doutor Maurício se ele tem como nos enviar a quantidade de antenas instaladas aqui, na cidade de Boa Vista, com seus respectivos endereços. Isso é fundamental. Seria um valioso serviço que a Secretaria Municipal do Meio Ambiente prestaria a essa Comissão Parlamentar de Inquérito. Aguardamos essa informação que será valerosa na oitiva das empresas logo em seguida.

Vou ler as perguntas deixando a cargo de qualquer membro da mesa complementar quando julgar pertinente.

A primeira veio do senhor Solon, que está representando a

Vila Esperança na região do Bonfim. Ele mora no bairro Caibé e pergunta: Por que o único orelhão que existe lá, para atender toda a comunidade, não faz ligação a cobrar sem o cartão telefônico, se há pessoas que não têm dinheiro nem para comprar pão, imagine para comprar um cartão telefônico, que custa 6 reais? Para simplificar, isso é obrigação da OI. O Doutor Ademir relatou que se deslocou até o município de Caroebe, comprou um chip da empresa, mas não funcionava, porque se 10 pessoas estivessem ligando, 03 não conseguiam se comunicar. Aparentemente, perante a legislação e a agência reguladora, que é a ANATEL, a empresa está legal, porque instalou antena, vende muitas linhas, mas a estrutura instalada não dá suporte para que essas linhas estejam funcionando eficientemente. Do mesmo modo acontece com os orelhões, cuja manutenção é uma raridade. Recebemos essas demandas aqui, encaminhamos para a OI, pedimos, ligamos, cobramos, mas, infelizmente não há uma fiscalização eficiente, a exigência da legislação é fraca, não cobra aquilo que é direito da sociedade.

O Doutor Ademir Teles, Procurador de Defesa do Consumidor e Cidadania – Deputado Flamarion, os orelhões são chamados pela ANATEL de TUP – Telefone de Utilidade Pública. O que acontece? A OI, que detém a capilaridade da rede de telefonia fixa, é responsável pelos TUPs e deveria, segundo a legislação da ANATEL, instalar, disponibilizar e dar a manutenção nesses orelhões.

Nós, da promotoria, ajuizamos uma ação, fizemos um levantamento aqui na cidade de Boa Vista e verificamos, em todos os levantamentos que nós fizemos, que 42% dos orelhões não funcionavam, 18% não tinham o aparelho, ou seja, eles não dão manutenção. Então, ajuizamos uma ação, conseguimos na primeira instância uma condenação, a empresa foi condenada a prestar toda a manutenção e, salvo engano, a pagar uma indenização por danos morais coletivo de 200 mil reais. Não tenho certeza se foi esse o valor, mas eles, evidentemente, recorreram dessa decisão e isso está no tribunal de justiça para uma decisão em nível de segunda instância.

O fato é que eles têm obrigação de instalar esses orelhões e não um orelhão só. Como instalaram em Bonfim, mas sim tantos quanto forem necessários. Mas a lógica é perversa. Sabe qual é a lógica, Senhores Vereadores? O orelhão é mais barato, é uma obrigação da operadora Oi tê-lo funcionando, se ele não funcionar, automaticamente o consumidor vai para onde? Para a telefonia celular, que é mais cara. Então, é uma lógica perversa. E o que o senhor Solon deve fazer? Encaminhe essa comunicação lá para minha promotoria que eu tomo providências, faço o que for necessário para instalarem outros e para fazerem a manutenção específica nesse orelhão que o senhor está apontando. Só peço que o senhor faça a localização dele direitinho, onde fica para que possamos fazer isso.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Vamos para a pergunta do Senhor Jafê, que mora na Rua Sabiá, no Bairro Mecejana. A pergunta é sobre a quebra das cláusulas abusivas nos contratos de fornecedoras de serviço de banda larga que têm a obrigação de fornecer no mínimo 10% do que foi contratado e previsto pela ANATEL, e sobre o remapeamento de sinal para a telefonia móvel.

O Doutor Ademir Teles, Procurador de Defesa do Consumidor e Cidadania – A prestação de serviço dessas empresas é como se você fosse ao mercado e comprasse 10 quilos de batata, e o dono do mercado só tivesse a obrigação de entregar dois quilos. As empresas entregam apenas 20% do serviço que contratamos. Se lhe entregarem 2 megas de velocidade, você não entra na justiça, porque vai perder a ação e ainda vai ter que indenizar os advogados da empresa, pois ela está cumprindo uma determinação da ANATEL. A cláusula é absolutamente abusiva, mas é um abuso legalizado pela ANATEL. Por isso eu pedi lá, e peço mais uma vez, desculpa, em forma de desabafo, pois nós precisamos fiscalizar a ANATEL. Que lógica perversa é essa onde eu compro 10 quilos de batata e o comerciante me entrega, obrigatoriamente, somente dois? Agora, aqui, a prestação do serviço de telefonia funciona dessa forma. Então, Deputado, quem precisa mudar? O consumidor, que está coberto de razão, Jafê, mas nós não temos poder de mudar isso somente aqui, nem a justiça tem, a não ser que nós façamos em nível nacional. Todos os Ministérios Públicos que estão hoje discutindo esse tema, começaram a julgar a inconstitucionalidade dessas resoluções da ANATEL. Nós estamos começando a discutir, judicialmente, para ver se há uma possibilidade jurídica, porque, do contrário, o Jafê está certo, metem a mão no nosso bolso mesmo.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Agora a pergunta é do senhor Reinaldo dos Santos, que mora no Bairro Raiar do Sol. Ele, mais do que uma pergunta, traz uma informação sobre o que todos nós

estamos vivenciando no dia a dia e, neste debate, mais proficuamente.

A empresa OI cobra uma taxa muito cara e o consumidor não está satisfeito com o serviço oferecido, porque o sinal é muito ruim. O Doutor Ademir já disse, não procure outra empresa não, pois você vai cair na mesma esparrela, vai ser a mesma coisa. Infelizmente, é o sistema que tem que melhorar. Que tem que funcionar mais eficazmente. Agora, temos a pergunta da senhora Eliane Beijas: A CPI terá realmente poder para mudar algo em prol dos consumidores? Esta Casa vai nos defender? Vou dizer qual é o propósito da CPI. O propósito da CPI é exatamente esse, colher o depoimento da sociedade, dos representantes da sociedade, da sociedade organizada, para que possamos sintetizar os fatos através de um relatório, votar esse relatório e, de forma oficial, encaminhá-lo para a União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais que é a UNALE. Essa CPI, similar a nossa, já foi instalada, de acordo com a última reunião que nós tivemos em Brasília, em 16 Estados, com perspectiva de chegar a 18, e o propósito é que seja feita nas 27 Assembleias do Brasil. A partir daí, a UNALE vai sintetizar tudo isso e, como as Assembleias representam a população brasileira, nosso propósito vai ser também forçar o Congresso Nacional a investigar e a mudar essa legislação. Vocês acham que não, e muita gente não acredita, mas já está tramitando na Câmara uma nova lei a respeito das antenas, em função das CPIs instaladas no Brasil inteiro. O sistema é muito poderoso e vocês têm assistido a julgamentos no Supremo Tribunal Federal. O ministro mais novo lá é o Ministro Luiz Barroso. Ele tem dito que o Brasil tem que mudar a lógica do financiamento público de campanha, porque senão, a corrupção, que não é do PT, não é do PSDB, que aconteceu no passado, continuará hoje e amanhã. Enquanto as empresas continuarem financiando as campanhas políticas no Brasil, pois o mal está nesse financiamento, onde nasce o comprometimento dos poderosos com as empresas. A imprensa, de um modo geral, não está apoiando de forma clara, firme e contundente a CPI, porque elas também são grandes patrocinadoras da imprensa nacional. O Paraná foi o único Estado brasileiro que já concluiu essa CPI. Sabem por quê? Porque a imprensa se juntou ao parlamento. As empresas não queriam ir, mas foram forçadas pela massificação da imprensa, e a população, tendo informação, se revoltou. Não podemos punir as empresas, nós podemos fazer esse papel de colher informações, elaborar um relatório, encaminhar e cobrar a procedência como a sociedade nos cobra. Essa legislação está correta? É coerente? A imprensa é o grande aliado da sociedade, e o Ministério Público faz seu papel. Temos PROCONs eficientes, mas a legislação é frouxa. Então, desculpa o desabafo, mas estamos aqui com o propósito de mudança, agora, dizer para vocês que realmente vai mudar, não sei. Então, vejo o propósito das Assembleias e da UNALE, estou crente que os resultados serão positivos, podem até demandar algum tempo, mas os resultados virão e vocês podem ter certeza disso.

Agora a pergunta é da senhora Jordânia, que é uma funcionária da ALE e que faz um comentário: as ligações da VIVO estão muito ruins. Quando estamos em uma ligação, começa a cortar a nossa fala. Sem contar que, em relação às recargas, a VIVO rouba os nossos créditos. E, nesse fenômeno chamado portabilidade, o cidadão não recebe a informação, vê o um número do telefone e acha que está ligando para um número da VIVO, mas, na realidade, esse número, através da portabilidade, mudou para a TIM, para a OI e sai infinitamente mais caro do que ele está imaginando pagar, porque a portabilidade se transformou em uma verdadeira mina de ouro para as operadoras. Então, é isso que acontece. O que custa, pergunto eu, as operadoras informarem que você está ligando para um número de outra operadora? O sistema pode fazer isso, mas eles não fazem, pois é uma maneira de ganhar mais em cima da sociedade. A última pergunta é da senhora Raquel: multas mais rigorosas devem ser aplicadas às empresas de telefonia que violarem os direitos do consumidor, multas altas e com rapidez na aplicação, assim fará com que melhorem o serviço? O Doutor Ademir acabou de falar sobre isso, pois se realmente o cidadão que é lesionado, como a pessoa que ele citou que foi ao supermercado e sofreu um constrangimento, buscar seu direito, e ganhar pelo dano moral que sofreu. Essa decisão não representa nada diante dos bilhões e bilhões de faturamento anual. Então, no momento em que essas multas se tornarem vultosas, como ele falou no valor de 100 mil, 200 mil, dependendo do dano, eles vão pensar duas vezes, porque nós já tivemos aqui a oitiva com o Doutor Ademir e também já tivemos a oitiva com o judiciário questionando isso. Há uma máxima que diz: “isso não é instrumento para enriquecer, mas também não pode ser um instrumento para desestimular o cidadão a buscar seus direitos na justiça, muito pelo contrário, isso tem que ser um

instrumento para respeitar o direito da cidadania”. Então gente, o problema é complexo. Nós estamos poderosos. A partir da próxima semana nós vamos convocar as empresas. Em alguns vai dar dor de barriga, em outros, febre, mas com certeza, outros vão à justiça para que a Assembleia, enquanto CPI, não tenha que buscar a força o cara para depor na marra. Então, nós estamos enfrentando um sistema muito poderoso, mas com determinação e com coragem vamos buscar aquilo que é melhor para a sociedade, que é o respeito e a boa prestação de serviço, porque o cidadão paga e paga caro.

O Doutor Ademir Teles, Procurador de Defesa do Consumidor e Cidadania – Deputado, eu poderia só fazer uma complementação rápida em relação ao primeiro ponto que o senhor falou, sobre o sinal ruim da VIVO? Uma coisa que chama a atenção da gente aqui em Boa Vista e que precisa ser visto do ponto de vista técnico, e fica uma sugestão para a CPI, é ouvir, de repente, engenheiros sobre qual a razão do sinal piorar quando chove, já que estamos tratando de um sinal de rádio frequência. Se essas torres todas funcionam com sinal de frequência modulada, qual a razão para isso ficar ruim? Inclusive, qual a razão para a INTERNET se tornar mais lenta quando chove ou quando ameaça chover? Essa seria uma sugestão do ponto de vista, apenas técnico, ouvir alguém que realmente conheça do assunto. E, sobre o segundo ponto que o senhor comentou, Deputado, de começarmos a ouvir as empresas, não se surpreenda se chegar um batalhão de advogados vindos de outros Estados, porque isso não é incomum, aliás, é bastante comum, para exercer aquela pressão sobre Vossas Excelências. E, sei que aqui não tem homens covardes, vão enfrentá-los e vão fazer o trabalho que tem que ser feito. Portanto, não se surpreendam, porque comigo não é diferente do que tenho dito. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Coronel Chagas – Senhores acabam de me informar que o Município de Caracará está há uma semana sem telefonia celular e sem Internet. Se não me engano, a operadora lá é a VIVO. E, já que estamos com a representante da VIVO no Plenário, vamos aproveitar para pedir providências, para que coloquem o Município de Caracará no ar, para que eles possam se comunicar com o resto do País.

Antes de encerrar os trabalhos dessa audiência pública, temos aqui ofícios que temos encaminhado aos Presidentes das Câmaras de Vereadores sobre as audiências públicas que temos realizado no interior do Estado. Hoje, convidamos para esta audiência pública além da Câmara Municipal de Vereadores de Boa Vista, também a Câmara Municipal do Alto Alegre, de Mucajaí e do Cantá. Não sabemos as razões, mas os vereadores do Município do Cantá e do Município de Mucajaí não comparam, bem como nenhum edil e nenhum representante daquelas comunidades. Por outro lado, os vereadores de Alto Alegre nos encheram de alegria ao comparecer, demonstrando que têm compromisso com o Município de Alto Alegre. Parabéns a vocês. E representando a Câmara de Boa Vista, está aqui a Vereadora Aline Rezende. Solicito ao Deputado Ivo Som que entregue ao Presidente da Câmara Municipal de Alto Alegre, Vereador Max Queiroz da Silva, uma cópia do ofício no qual solicitamos em um prazo de quinze dias a resposta sobre algumas perguntas que formulamos, pois precisamos que a Câmara colabore respondendo tais perguntas.

Solicito ao Senhor Deputado Flamarion Portela que entregue à Vereadora Aline Rezende, Vice-Presidente da Câmara Municipal de Boa Vista, o ofício com os questionamentos que precisamos que a Câmara de Boa Vista responda.

Acredito que atingimos os objetivos tratados nesta audiência Pública, ouvindo a comunidade que se fez presente, os representantes de órgãos de defesa do consumidor como o Ministério Público, a OAB e o PROCON. Quero informar que, após esta audiência pública que foi a quinta realizada, nós vamos realizar uma reunião interna, administrativa da CPI, para estabelecermos as datas em que vamos fazer as oitivas, colher os depoimentos dos representantes da ANATEL, e dos representantes das operadoras. Acreditamos que ainda agora, no mês de setembro, possamos concluir esses trabalhos e depois teremos condições de verificar se haverá necessidade de mais alguma diligência. Se não houver, se nosso relator se der por satisfeito e os demais membros da Comissão também. Vamos aguardar a confecção e a elaboração do relatório pelo Relator com a equipe técnica da CPI, para depois fazermos a última reunião da CPI para votarmos este relatório.

Gostaria de informar que todo cidadão que quiser trazer alguma informação, alguma denúncia, alguma sugestão, alguma crítica ou algum elogio aos trabalhos das operadoras, é só nos procurar aqui, na Assembleia, ou diretamente no PROCON que nos trará as informações. Gostaria de dizer também que as oitivas da ANATEL e dos

representantes das operadoras serão abertas ao público e as pessoas poderão acompanhar. Elas irão acontecer no Plenarinho, no mais tardar daqui a uns dez dias.

Nada mais tendo a tratar agradecemos a todos que colaboraram, participaram e contribuíram para o sucesso desta audiência. Obrigado.

Deputado Coronel Chagas
 Presidente da CPI da Telefonia
 Deputado Erci de Moraes
 Deputado Flamarion Portela
 Vice-Presidente da CPI da Telefonia
 Relator da CPI da Telefonia
 Deputado Brito Bezerra
 Membro da CPI da Telefonia
 Deputado Ivo Som
 Membro da CPI da Telefonia

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI
(Criada nos termos das Resoluções de nºs 013 e 14 /13 de -
Publicada no Diário Oficial nº1554 de 12 de abril de 2013

TERMO DE DEPOIMENTO

Aos sete dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no auditório Deputado Valério Magalhães (Plenarinho), por volta das quinze horas e vinte e cinco minutos, compareceu a **Sr^a. Jaqueline Pina Barra**, Executiva de Relações Institucionais da TIM/Norte brasileira, solteira, portadora da Carteira de Identidade nº 13453 OAB/PA, C.P.F. 729.791.352-91, nascida em 31 de janeiro de mil novecentos e oitenta e tres na cidade de Belém-PA, filha de Vivaldo de Jesus Barra Júnior e Célia Aparecida Alves Pina, residente e domiciliada a Rua Samuel Benchimol, 3030 – Bl 4 Apt/] 34 – Manaus/AM que se fazia acompanhar da Sr^a Thais de melo Yaccoub OAB 121.599/RJ, assessora jurídica, Sr. Sergio Moreira de Oliveira, Executivo de Relações Institucionais e do Sr^o José Félix Bezerra, Especialista em Qualidade de Rede, Coordenador de Operações e Manutenção AM/RR, a fim de prestar depoimento na qualidade de representante legal da Operadora TIM, onde encontravam-se os Senhores Deputados Estaduais membros da **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI**, sendo: **Deputado Coronel Chagas** - Presidente da Comissão, **Deputado Erci de Moraes** - Vice-Presidente, **Deputado Brito Bezerra** – Membro e **Deputado Ivo Som** – Membro. E, ainda nas presenças dos Senhores, **Dr. Marcelo Bruno Gentil Campos OAB nº 333-A**, **Bruna Carolina Santos Gonçalves – OAB/RR nº 801** e **Dr^a Anna Carolina Carvalho de Souza - OAB 544** - Consultores Jurídicos deste Poder Legislativo. O Senhor **Deputado Coronel Chagas**, Presidente da Comissão, retro dita, iniciando os trabalhos, solicitou ao Senhor Deputado Relator “ad hoc”, **Deputado Brito Bezerra**, que fizesse a leitura da Ficha de Identificação da Depoente, constante supra, o que foi feito. Ato contínuo, o Senhor Presidente informou, mediante a projeção de “slides”, a depoente as razões da abertura da presente CPI da Telefonia, criada e instalada com objetivo de apurar, por fato determinado, a responsabilidade por dano ao consumidor na prestação inadequada de serviço de telefonia oferecido pelas Operadoras que atuam no Estado de Roraima nos termos do Art. 24, inciso VIII da Constituição Federal, referente à falta de investimento e defasagem tecnológica nos equipamentos; áreas com cobertura, mas sem sinais ou com sinal deficiente; queda frequente de ligações telefônicas; a má prestação na transmissão de dados; forma de cobrança nos cartões pré-pagos, por fim, a resolutividade do serviço das centrais de atendimentos, na solução das reclamações dos consumidores, tendo por fato determinado apurar com objetividade os danos ao consumidor, constante da Resolução que a criou. Informou o Senhor Presidente que a pesquisa da UNALE indica que em alguns Estados mais de 50% das ações nos Juizados Especiais estão relacionados às Operadoras de telefonia celular por questões de cobranças indevidas de ligações e planos não contratados cobrados nas faturas. Informando, ainda, que as metas da CPI são: verificar se os investimentos das Operadoras que atuam no Estado acompanharam a demanda do crescimento dos números de linhas; se está sendo feita fiscalização pelos Órgãos Públicos responsáveis; se a legislação que está sendo aplicada é a melhor para o consumidor; se as legislações referentes ao meio ambiente, nas três esferas governamentais, estão atrapalhando a expansão ou novos investimentos. Esclarecendo que o objetivo da oitiva é de fazer o diagnóstico do problema que venham a contribuir

para encaminhamento as autoridades competentes do setor. Inicialmente o Senhor Presidente agradeceu a presença da depoente, ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Relator “ad hoc”, **Deputado Brito Bezerra** que inicialmente agradeceu a presença e informou que a depoente pode consultar sua assessoria quando entender necessário; PERGUNTADO em quais municípios a TIM atua em Roraima. RESPONDEU que atua em Boa Vista, Caracarái, Amajari, Bonfim, Mucajaí, Normandia, Pacaraima e Rorainópolis. PERGUNTADO se a empresa TIM tem conhecimento da insatisfação dos usuários em razão de carência de cobertura; RESPONDEU que sim tem conhecimento que há 01 (uma) reclamação por mês. Que todas as reclamações pelos diversos canais de comunicação da empresa são solucionadas. PERGUNTADO se a empresa tem conhecimento da insatisfação de cliente em razão de quedas de ligação, cair sinal. RESPONDEU que a empresa não identificou reclamações nesse sentido. Que quanto a ausência de reclamações, acredita que se dê ao atendimento dos indicadores de qualidade da ANATEL, que determina como padrão de qualidade até 2% de queda de chamada, sendo que a TIM atinge o percentual de 0,52%, portanto, muito abaixo do padrão de qualidade indicado pela ANATEL. PERGUNTADO em quantas horas a empresa sana os problemas de interrupção dos serviços. RESPONDEU que depende da problemática. Que em caso de necessidade de deslocamento de uma equipe para o interior, em até 4 horas. Que tem uma equipe técnica em Boa Vista e no interior tem uma empresa prestadora de serviço situada em pontos estratégicos. PERGUNTADO se a empresa tem conhecimento que algum município em Roraima já ficou até mais de dez dias sem os serviços. RESPONDEU que tem conhecimento de 01 (um) caso em razão de queima de um equipamento causado por descarga elétrica por duas vezes no mesmo local. Que no caso específico houve a queima inclusive do equipamento de reserva, dessa forma houve a necessidade da aquisição do equipamento fora do Estado, bem como o seu transporte até o local, uma situação atípica ocorrida no município de Amajari. PERGUNTADO se a empresa tem um planejamento estratégico para fazer frente aos problemas que se apresentam em Roraima, a curto prazo. RESPONDEU que quanto a cobertura, a medição dos índices estão dentro das exigências da ANATEL e no ano de 2013 o investimento em dados. Que foi ampliado em torno de 5 mil elementos de qualidade em 3G em fase de conclusão até dezembro/2013. Que foi iniciada a implantação da rede 4G, com prazo de conclusão no primeiro trimestre de 2014. PERGUNTADO qual o valor em reais até 2014 em Roraima. RESPONDEU que em 2013 foram 4,39 milhões que serão investidos até janeiro de 2014. Que para o ano de 2014 esta em fase de planejamento. PERGUNTADO que na contratação de serviço de internet o cliente ao contratar, por exemplo, 2 Mega a empresa entrega o que foi contratado; RESPONDEU que na internet móvel o contrato se dá por volume de dados, sendo entregue a quantidade do que é contratado. PERGUNTADO referente as antenas existente em Roraima se não haveria a necessidade de um número maior de antenas ou com maior capacidade de alcance. RESPONDEU que em Roraima são 28 sites, sendo em Boa Vista 21 (todos com tecnologia dual 2G e 3G) e 7 no interior. Que a área urbana esta coberta dentro dos padrões de qualidade da ANATEL. PERGUNTADO se existe algum projeto de instalar a telefonia móvel no setor rural em Boa Vista e outros municípios em Roraima. RESPONDEU que no leilão do ano passado referente a implantação de 4G foi leiloado naquela ocasião a telefonia móvel celular rural e outra empresa foi quem venceu o leilão. PERGUNTADO quantas linhas de telefonia móvel da empresa existem em Roraima. RESPONDEU que são 100,467 mil linha ativas. PERGUNTADO qual o faturamento da empresa em Roraima. RESPONDEU que o faturamento não é desmembrado por Estado, não tendo os valores para o Estado de Roraima. Ato contínuo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor **Deputado Erci de Moraes** - Vice-Presidente que inicialmente agradeceu a todos e a depoente pela presença e PERGUNTADO se as ligações dos municípios nas fronteiras têm a mesma qualidade dos da Capital. RESPONDEU que as ligações realizadas nos municípios de Bonfim e Pacaraima estão dentro dos índices de qualidades estabelecidos pela ANATEL. PERGUNTADO Qual é o valor do investimento previsto para Roraima no ano de 2014. RESPONDEU que não tem os dados de investimento para 2014 porque o planejamento ainda está em fase de conclusão. Na sequência o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor **Deputado Ivo Som** que saudou inicialmente a todos, parabenizou

a Operadora e agradeceu a depoente e PERGUNTADO quantos funcionários tem a TIM em Roraima. RESPONDEU que são 29 colaboradores em Roraima, sendo um menor aprendiz. Que são 8 funcionários diretos e 21 indiretos. PERGUNTADO por que o usuário encontra dificuldades para o reembolso que solicita da empresa; RESPONDEU que a TIM trabalha com base na inovação, na qualidade e transparência. Que dentro desses pilares busca solucionar os problemas, investindo em canais de solução. Que o Call Center tem tratamento com taxa de 70% de resolução. Que a trabalha com a inclusão de novos serviços para atendimento. Que o serviço de atendimento via Chat on line para atender o cliente de forma imediata com fornecimento de protocolo. Que atua junto como os PROCON's mediante o canal 0800 e em Roraima o percentual de resolatividade é de 100%. Que no judiciário a empresa busca participar das conciliações e busca encerrar os processos mediante acordos. PERGUNTADO o que a operadora TIM tem a dizer sobre as operadoras de telefonia serem as primeiras em reclamação. RESPONDEU que a telefonia tem um numero expressivo de usuários. Que atualmente os usuários estão usando cada vez mais os serviços de telefonia. Que a oferta de serviços tem aumentado de maneira significativa, bem como, a venda de aparelho celular. Que a TIM no ranking junto aos PROCON's é a empresa menos reclamada. PERGUNTADO qual a nacionalidade da empresa TIM. RESPONDEU que a empresa TIM participações é uma empresa brasileira de capital aberto, sendo que a TIM Brasil é subsidiária da TELECON Itália. Na sequência o Senhor Presidente **Deputado Gerson Chagas**, fez o uso da palavra PERGUNTADO se a depoente assume o compromisso de enviar a esta CPI os dados referentes ao faturamento da empresa nos últimos 12 meses no prazo de 10 dias, bem como os valores referente aos tributos e os de investimentos para 2014. RESPONDEU que referente aos tributos foram 7 milhões em ICMS em 2012. Que quanto ao faturamento e valores de investimentos para 2014 não poderia cumprir o prazo de 10 dias e por isso solicita o prazo de 30 dias para enviar os dados solicitados. Momento em que foi concedido o prazo até 5 de novembro do corrente ano. PERGUNTADO quantas linhas telefônicas existem em Roraima e quantas são Pré-pagas e quantas são pós-pagas, bem como, quantas são por municípios. RESPONDEU que tecnicamente não é possível fornecer os dados por municípios em razão das linhas serem registradas mediante o número DDD; PERGUNTADO qual a quantidade de antenas em Roraima. RESPONDEU que são 21 sites em Boa Vista e um em cada um dos sete municípios atendidos pela empresa. PERGUNTADO qual a participação da TIM no mercado de Telefonia Móvel em Roraima, e a Internet; REPONDEU que é de 19,4% no mercado (dados da ANATEL) de julho de 2013. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado o Senhor Presidente, mais uma vez agradeceu a presença de todos e deu por encerrado o presente termo que depois de lido e achado conforme, vai assinado por mim, Marcondes Medeiros Mota, que digitei, pela depoente, pela assessora jurídica da TIM, pelos Membros da Comissão e pelos Consultores Jurídicos da Assembleia Legislativa como testemunhas. Depoimento encerrado às dezessete horas. Por conforme abaixo assinam.

Depoente

 Presidente

 Vice Presidente

 Relator “ad hoc”

 Membro

Márcia Brito Wanderley

Secretária da Comissão

TESTEMUNHAS:

 Dr^a Thais de Melo Yaccoub
 OAB 121.599/RJ

Marcondes Medeiros Mota

Digitador

 Dr. Marcelo Bruno g. Campos OAB 333-A
 Consultor Jurídico da ALE/RR

 Dr^a Bruna Carolina S. Gonçalves OAB 801
 Consultora Jurídica da ALE/RR

 Dr^a Anna Carolina C. de Souza OAB 544
 Consultora Jurídica da ALE/RR

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO-CPI

(Criada nos termos das Resoluções de nºs 013 e 14 /13 de - Publicada no Diário Oficial nº1554 de 12 de abril de 2013

TERMO DE DEPOIMENTO

Aos dois dias do mês de outubro do ano de dois mil e treze, na Assembleia Legislativa do Estado de Roraima no auditório Deputado Valério Magalhães (Plenarinho), por volta das quinze horas e vinte minutos, compareceu o Sr. Enylson Flavio Martinez Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica/VIVO brasileiro, casado, engenheiro, portador da Carteira de Identidade nº 8384374, C.P.F. 079.602.168-60, naturalidade de Votuperanga-SP, filho de Eny Aymore Camolesi e Lizette Martinez Camolesi, residente e domiciliado a SQS, 114 – BL-A Apt. 607 Brasília-DF que se fazia acompanhar pelo Srº Marlon Dutra, Coordenador de Operações e Manutenção AM/RR; Srª Margarita C. Schuatz, Gerente Regional Comercial; Srº Olenita Paes Barreto, Relações Institucionais Norte e Drº José Eduardo Pereira Júnior OAB 8637/DF, Gerente Jurídico/ Telefônica Brasil, a fim de prestar depoimento na qualidade de representante legal da Operadora VIVO, onde encontravam-se os Senhores Deputados Estaduais membros da **Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI**, sendo: **Deputado Coronel Chagas** - Presidente da Comissão, **Deputado Erói de Moraes** - Vice-Presidente, **Deputado Flamarion Portela** - Relator, **Deputado Brito Bezerra** – Membro e **Deputado Ivo Som** – Membro. E, ainda nas presenças dos Senhores, **Dr. Marcelo Bruno Gentil Campos OAB nº 333-A**, **Bruna Carolina Santos Gonçalves – OAB/RR nº 801** e **Drª Anna Carolina Carvalho de Souza - OAB 544** - Consultores Jurídicos deste Poder Legislativo. O Senhor **Deputado Coronel Chagas**, Presidente da Comissão, retro dita, iniciando os trabalhos, solicitou ao Senhor Deputado Relator que fizesse a leitura da Ficha de Identificação da Depoente, constante supra, o que foi feito. Ato contínuo, o Senhor Presidente informou, mediante a projeção de “slides”, ao depoente as razões da abertura da presente CPI da Telefonia, criada e instalada com objetivo de apurar, por fato determinado, a responsabilidade por dano ao consumidor na prestação inadequada de serviço de telefonia oferecido pelas Operadoras que atuam no Estado de Roraima nos termos do Art. 24, inciso VIII da Constituição Federal, referente à falta de investimento e defasagem tecnológica nos equipamentos; áreas com cobertura, mas sem sinais ou com sinal deficiente; queda frequente de ligações telefônicas; a má prestação na transmissão de dados; forma de cobrança nos cartões pré-pagos, por fim, a resolutividade do serviço das centrais de atendimentos, na solução das reclamações dos consumidores, tendo por fato determinado apurar com objetividade os danos ao consumidor, constante da Resolução que a criou. Informou o Senhor Presidente que a pesquisa da UNALE indica que em alguns Estados mais de 50% das ações nos Juizados Especiais estão relacionados às Operadoras de telefonia celular por questões de cobranças indevidas de ligações e planos não contratados cobrados nas faturas. Informando, ainda, que as metas da CPI são: verificar se os investimentos das Operadoras que atuam no Estado acompanharam a demanda do crescimento dos números de linhas; se está sendo feita fiscalização pelos Órgãos Públicos responsáveis; se a legislação que está sendo aplicada é a melhor para o consumidor; se as legislações referentes ao meio ambiente, nas três esferas governamentais, estão atrapalhando a expansão ou novos investimentos. Esclarecendo que o objetivo da oitiva é de fazer o diagnóstico do problema que venham a contribuir para encaminhamento as autoridades competentes do setor. Inicialmente o Senhor Presidente agradeceu a presença do depoente, ato contínuo, o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor Deputado Relator, **Flamarion Portela** que inicialmente agradeceu a presença e orientou que depoente pode consultar sua assessoria quando entender necessário; PERGUNTADO qual a função do depoente na empresa VIVO; RESPONDEU que é Diretor de Relações Institucionais e relações corporativa com sede em Brasília e São Paulo; PERGUNTADO quem representa a empresa em Roraima. RESPONDEU que é a Senhora Margarida, presente nesse recinto; PERGUNTADO qual a participação da VIVO no mercado de Telefonia Móvel em Roraima, e a Internet; RESPONDEU que é de 65% do mercado; PERGUNTADO qual o faturamento da telefonia VIVO em Roraima RESPONDEU Não tem os dados de faturamento, porém informa que a empresa VIVO gerou 22 milhões em 2012 ICMS no Estado; PERGUNTADO Qual a taxa de retorno em forma de investimento para Roraima na melhorar do sistema e em valores absolutos. RESPONDEU taxa de retorno varia em torno de 4,8% do total investido. Que houve um investimento de 5 milhões em 2012 em infra-estrutura e fará apresentação do plano

de investimento para o ano de 2013 e 2014 em Roraima; PERGUNTADO qual a avaliação do depoente quanto a fiscalização da ANATEL? se ela cumpre o seu papel; RESPONDEU que tem 25 ano de telecomunicação. Que a ANATEL atua fortemente na fiscalização, pois existem muitas aplicadas e as empresas são autuados, inclusive implantou um plano de melhoria de qualidade e a impressão do depoente e que a ANATEL cumpre o seu papel de fiscalização; PERGUNTADO qual a nacionalidade da Operadora VIVO; RESPONDEU que pertence ao grupo Telefônica da Espanha que é o acionista majoritário, com participação de empresa brasileira; PERGUNTADO Qual o número de funcionário que tem a empresa VIVO em Roraima? Existem terceirizados? Quantos? RESPONDEU que são 28 funcionários próprios e funcionários terceirizados. Que não sabe informa o número de terceirizados, porém, são 19 pontos de revenda e parceiros de manutenção; PERGUNTADO qual o número de reclamações que a empresa VIVO em Roraima recebe por mês; RESPONDEU que nos PROCON's foram 66 reclamações no mês de agosto e que os dados de janeiro até agosto serão repassados juntamente com outros já fornecidos a CPI na apresentação; PERGUNTADO quais os motivos de tantas reclamações no PROCON e no Call Center da empresa; RESPONDEU que no Call Center as reclamações maiores são relativas a contestação de contas e planos. Que a empresa tem um número de reclamações não resolvidas muito baixo. Que no mês de agosto todas as 66 reclamações foram resolvidas. QUE desconhece se há alguma reclamação contra a empresa na justiça que tenha passado do pelo PROCON, havendo demandas judiciais cujos clientes não procuraram resolver suas reclamações na empresa; PERGUNTADO por que continuam vendendo linhas diante da precariedade do sistema, não se poderia limitar o número de linhas; RESPONDEU que a empresa tem a maior cobertura no Estado, pois foi a empresa que mais investiu em Roraima e tem, em razão disso o maior número de clientes. Que haverá um investimento com instalação de novos sítios nos bairros Bela Vista, Caraná e vila Equador. QUE a empresa busca trazer as tecnologias de ponta. Que a venda esta em sintonia com a capacidade do sistema, sendo que a ANATEL fiscaliza esse indicador de metas estabelecido no plano de metas de melhorias da ANATEL. QUE na região ocorrem acidentes relacionados ao rompimento das linhas de fibras óticas. Que inexistente na região norte o Backbone, que é o canal de transmissão da região como outras regiões países, sendo hoje a comunicação feita por fibra ótica ou satélite. Que os maiores problemas são decorrentes da infra-estrutura que ainda esta sendo construída e a deficiência da infra-estrutura da energia elétrica. Que a queda de energia causa transtornos técnicos que não dependem dos equipamentos da empresa. PERGUNTADO quantas linhas existem na telefonia móvel da VIVO em Roraima? RESPONDEU que são 339.699 mil linhas, sendo 305.213 mil de linhas pré pagas e 34.486 de linhas pós pagas no mês de julho. PERGUNTADO qual é o número de linhas por torres/ antenas em Roraima RESPONDEU que a quantidade de clientee em Roraima divididos pelo número de antenas vai dar um numero grande, no entanto, esse número por si só não é determinante para definição da qualidade. QUE a tecnologia de ampliação da capacidade da antena pode ser potencializada, instalando equipamentos que fazem essa ampliação. Que a VIVO esta ampliando a sua capacidade nos 32 sítios existente e ampliando o número de torres. PERGUNTADO quanto a portabilidade, qual é a dificuldade da empresa, porque não informa de qual a operadora pertence o telefone que o cliente está ligando RESPONDEU que a empresa reconhece que o custo de ligação fora da rede é alto. Que a dificuldade técnica é por não existir uma tecnologia de informação e encaminhamento de chamada. Que as empresa colocam algum dispositivo que passam essa informação como uma música ou um sinal. Que a solução dessa questão esta relacionada como a concorrência entre as empresa, dessa forma a solução é questão de tempo. PERGUNTADO no que diz respeito a cobertura a legislação prevê 80% da área urbana, no entanto, percebemos uma grande carência no setor e vivenciamos quedas de ligação, porque que isso acontece? RESPONDEU que em Boa vista a cobertura urbana é próximo de 100% que poderá passar os dados específicos posteriormente; PERGUNTADO em quais municípios a VIVO atua no Estado de Roraima; RESPONDEU que além de Boa Vista atua nos municípios de Caracarái, Cantá, Mucajái, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã. Que não tem o planejamento para crescer a outros municípios em razão da falta de infra-estrutura no Estado. Que o FUST (fundo de universalização das telecomunicações) não é usado para o objetivo que o fundo foi criado. Que o objetivo do fundo é viabilizar a implantação de telecomunicações em áreas e regiões onde a mesma

não é viável economicamente (onde a receita não remunera o investimento). Que a VIVO arrecada mais de 500 milhões de reais por ano para esse fundo. Ato contínuo o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor **Deputado Erci de Moraes** - Vice-Presidente que inicialmente agradeceu a todos e ao depoente pela presença e PERGUNTOU se existe disponível algum mecanismo tecnológico pra que as operadoras preste conta dos créditos que o usuário utiliza na linha pré pago; RESPONDEU que a telefonia pré pago é a grande fatia do mercado. Que a empresa tem como informar ao usuário mediante ferramentas como mensagens de texto ou via internet, no site da empresa. Que a emissão de conta dos pré-pagos teria algumas dificuldades, pois, que os usuários migram de residência de número e mesmo de operadora de forma muito rápida. Que a pergunta é relevante e a empresa fará um estudo sobre o assunto, pois tem algumas particularidades, como por exemplo o custo operacional dessa emissão. Que o pré-pago tem vários custos operacionais associados, por exemplo a valor do chip é de R\$ 10,00 reais e a ANATEL cobra uma taxa de R\$ 26,83 centavos para ativação, logo existe um custo que nem sempre retorna, embora o mercado do pré pago gere uma receita para a empresa a margem de lucro é muito pequena; Na sequência o Senhor Presidente passou a palavra ao Senhor **Deputado Ivo Som** que saudou inicialmente a todos, parabenizou a Operadora e agradeceu ao depoente e PERGUNTOU a que se atribui a grande reclamação das telefonias ocupando o primeiro lugar em denúncias; RESPONDEU que em vários estados o primeiro lugar em reclamações é de outras empresa, Mato Grosso por exemplo são empresas de eletrodomésticos. Que os números de reclamações tem relação com o grande número da base, a complexidade tecnológica do serviço, bem como, a utilização do serviço com muita frequência pelo usuário e em alguns casos o desconhecimento do usuário quanto ao serviço que esta utilizando. PERGUNTADO qual investimento da empresa para o Estado de Roraima para 2014; RESPONDEU que em 2012 o investimento foi de 5 milhões em infra-estrutura. Que haverá a implantação do anel de fibra ótica ate dezembro viabilizando a tecnologia 4G com investimento em torno de 5 a 7 milhões em 2013; PERGUNTADO porque o usuário encontra dificuldades para o reembolso que solicita da empresa; RESPONDEU que o serviço de atendimento ao usuário da empresa constatando problemas que possam gerar reembolso aos usuários a empresa faz o reembolso imediato nos casos de menor complexidade. Que o trabalho conjunto com o PROCON permite a solução dos problemas sem o litígio judicial. Que das 37 reclamações do mês junho que procuraram o PROCON foram resolvidas pelo canal 0800. Que a empresa reconhece que a solução, em alguns casos, pode não ser na velocidade que o usuário espera, no entanto a empresa tem colaborado para a solução das reclamações; Na sequência o Senhor Presidente **Deputado Gerson Chagas**, fez o uso da palavra e PERGUNTOU em quais municípios a VIVO atua em Roraima. RESPONDEU atua em Boa Vista, Caracaraí, Cantá, Mucajá, Pacaraima, Rorainópolis e Uiramutã; PERGUNTADO se a empresa VIVO tem conhecimento da insatisfação dos usuário em razão de carência de cobertura; RESPONDEU que sim, tem conhecimento. PERGUNTADO se a empresa tem conhecimento da insatisfação de cliente em razão de quedas de ligação, cair sinal. RESPONDEU que sim. Que a queda se dá por vários fatores e em Boa Vista esta dentro dos indicadores da ANATEL. PERGUNTADO em quantas horas a empresa sana os problemas de interrupção dos serviços. RESPONDEU que a manutenção demanda algum tempo, em torno de duas horas nos casos mais simples. Que no caso de queda de energia depende da operadora. Que nos problemas que não envolve terceiros é em torno de uma hora. PERGUNTADO se a empresa tem conhecimento que em alguns municípios em Roraima ficaram mais de até dez dias sem os serviços RESPONDEU que sim, sendo que o restabelecimento dos sinais não dependem apenas da operadora; PERGUNTADO se a empresa tem um planejamento estratégico para Roraima para fazer frente aos problemas que se apresentam em Roraima, a curto prazo. RESPONDEU que melhoria de percepção e melhoria do serviço serão potencializado mediante 3 novos sítios em Boa Vista. Que haverá a ampliação da base para a transmissão de dados com 12 sítios com tecnologia 4G até dezembro 2013, construir um anel ótico para melhorar o acesso e a

fluidez de tráfego e ampliação de portadora em Boa Vista. Que em Manaus o backbone com ampliação da transmissão de dados foi instalado em agosto de 2013. Que as ações estruturante passam por problemas característicos da região. PERGUNTADO qual o valor em reais ate 2014 em Roraima. RESPONDEU que 2012 o investimento foi de 5 milhões e de janeiro a dez de 2013 em torno de 5 milhões com expansão da capacidade e impletação da tecnologia de 3G, GSM e 4G; Que até o momento foi executado 1720 mil na ampliação da capacidade transmissão, investindo em tecnologia 4G em torno de um milhão, sendo que as ações estão em andamento e deverão ocorrer até dez 2013. Que o planejamento para 2014 não fechou quanto ao investimento, sendo que tão logo esteja pronto remetera a esta casa. PERGUNTADO que na contratação de serviço de internet o cliente ao contratar, por exemplo, 2 megas a empresa entrega o que foi contratado; RESPONDEU que na banda larga fixa tem regulamentação diferente e existe um equipamento de medição especifica. Que a empresa busca atingir as metas estabelecidas pela ANATEL. Que a empresa tem o entendimento que cumpre as metas estabelecidas; PERGUNTADO referente as antenas existente em Roraima se não haveria a necessidade de um número maior de antenas ou com maior capacidade de alcance. RESPONDEU que o investimento tem que ser continuado. Que se analisa o tráfego e com essa informação vai-se ampliando. Que a capacidade da empresa tem a meta de implantar 150 sítios por mês no Brasil. Que 1500 antenas deverão ser implantadas no período de um ano. Que no planejamento da empresa a ampliação tem relação com o tráfego de rede; Que é realizado o monitoramento pela ANATEL. Que em Boa Vista estão sendo instalados 3 novos sítios com base no monitoramento da necessidade de tráfego. PERGUNTADO se existe algum projeto de instalar a telefonia móvel no setor rural em Boa Vista e outros municípios em Roraima. RESPONDEU que a empresa tem em Roraima 65% do mercado pelo trabalho realizado no Estado. Que a meta estabelecida pela ANATEL no leilão do 4G tem como extensão a cobertura de toda a área rural no Brasil. Que sim, essas áreas serão atendidas pela operadora detentora da obrigação. Que no Estado de Espírito Santo e outros Estados estão fazendo a Parceria Público Privado para a expansão da área rural. E como nada mais disse e nem lhe foi perguntado o Senhor Presidente, mais uma vez agradeceu a presença de todos e deu por encerrado o presente termo que depois de lido e achado conforme, vai assinado por mim, Marcondes Medeiros Mota, que digitei, pelo depoente, pelos Membros da Comissão e pelos Consultores Jurídicos da Assembleia Legislativa como testemunhas. Depoimento encerrado às dezoito horas e vinte minutos. Por conforme abaixo assinam.

Depoente

Presidente

Vice Presidente

Relator

Membro

Membro

Edelzânia Silva de Oliveira
Secretária da Comissão

Marcondes Medeiros Mota
Digitador

TESTEMUNHAS:

Drº José Eduardo Pereira Júnior
OAB 8637/DF

Dr. Marcelo Bruno g. Campos OAB 333-A
Consultor Jurídico da ALE/RR

Bruna Carolina Santos Gonçalves – OAB/RR nº 801
Consultora Jurídica da ALE/RR
Drª Anna Carolina Carvalho de Souza - OAB 544
Consultora Jurídica da ALE/RR



APROXIMANDO
O PODER LEGISLATIVO
DA POPULAÇÃO.



OUTUBRO ROS

TODOS CONTRA O
CÂNCER DE MAMA



A Assembleia Legislativa de Roraima apoia essa causa.

